
ANUÁRIO DE POLÍTICAS ACADÊMICAS

FACULDADE DE CIÊNCIAS
MÉDICAS DE MINAS GERAIS



2024



MANTENEDORA

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL LUCAS MACHADO

CONSELHO DIRETOR FELUMA

Dr. Wagner Eduardo Ferreira

Presidente

Dr. Neylor Pace Lasmar

Vice-presidente

Dr. Eduardo Luís Guimarães Machado

Secretário-geral de Administração e Finanças

REITORIA

Prof. José Celso Cunha Guerra Pinto

Reitor

Prof.^a Ana Paula Lima de Almeida Amorim

Vice-Reitora Educacional

Prof.^a Maria do Carmo

Vice-Reitora de Integração Docente Assistencial

DIRETORIA DE ESTRATÉGIA E NOVOS NEGÓCIOS

Flávio de Almeida Amaral

Diretor de Estratégia e Novos Negócios

DIRETORIA FELUMA

Túlio Pedrosa Gomes

Diretor Executivo

Flávio Rocha Gonçalves

Diretor de Operações

FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE MINAS GERAIS

Prof.^a Claudia Lourdes Soares Laranjeira

Diretora Geral

Prof.^a Susan Martins Lage

Diretora de Graduação e 1^a Vice-Diretora

Prof.^a Marcela Unes Pereira Rennó

Diretora de Pós-graduação e 2^a Vice-Diretora

Prof. José Felipe Pinho da Silva

Diretor de Pesquisa e Extensão e 3^o Vice-Diretor

Prof. Jair Leopoldo Raso

Secretário Geral

Prof.^a Débora Lucciola Coelho

Vice-diretora de Pós-graduação



Copyright ©2024 by Editora Universitária Ciências Médicas de MG

Todos os direitos reservados. Este livro ou qualquer parte dele não pode ser reproduzido ou utilizado em qualquer forma sem a permissão do editor expressa por escrito, exceto para o uso de breves citações em resenha de livro ou revista acadêmica.

Fundação Educacional Lucas Machado (Feluma) *

Presidente: WAGNER EDUARDO FERREIRA

Vice-presidente: NEYLOR PACE LASMAR

Secretário-geral de Administração e Finanças: EDUARDO LUIS GUIMARÃES MACHADO

Diretoria de Estratégia e Novos Negócios*

Diretor de Estratégia e Novos Negócios: FLÁVIO DE ALMEIDA AMARAL

Diretoria*

Diretor Executivo: TÚLIO PEDROSA GOMES

Diretor de Operações: FLÁVIO ROCHA GONÇALVES

Reitoria*

Reitor: JOSÉ CELSO CUNHA GUERRA PINTO COELHO

Vice-Reitora Educacional: ANA PAULA LIMA DE ALMEIDA AMORIM

Vice-Reitora de Integração Docente Assistencial: MARIA DO CARMO

Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) *

Diretora: CLAUDIA LOURDES SOARES LARANJEIRA

Diretora de Graduação e 1ª Vice-diretora: SUSAN MARTINS LAGE

Diretora de Pós-graduação e 2ª Vice-diretora: MARCELA UNES PEREIRA RENNÓ

Diretor de Pesquisa e Extensão e 3º Vice-diretor: JOSÉ FELIPPE PINHO DA SILVA

Secretário Geral: JAIR LEOPOLDO RASO

Vice-diretora de Pós-graduação: DÉBORA LUCCIOLA COELHO

* Corpo diretivo referente ao período de publicação da presente obra.

Projeto gráfico da capa, do miolo e diagramação

CAROLINE GISCHEWSKI

Editora Universitária

Ciências Médicas de MG

Alameda Ezequiel Dias, 275

CEP: 30130-110

Belo Horizonte/MG – Brasil

Telefone: (31) 3248-7151

editorafcmmg@feluma.org.br

Departamento editorial

PAULO ROBERTO RODRIGUES MACHADO

ANTÔNIO CÉSAR DE OLIVEIRA

FABÍOLA GOMES TERENCEZ GONÇALVES

ELEN KARINE DE OLIVEIRA SANTOS

JACQUELINE PEREIRA DOS SANTOS

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A636 Anuário de políticas acadêmicas: Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. / Mariana Ribeiro Volpini Lana, José Felipe Pinho da Silva, Larissa Tavares Aguiar, organizadores. – 1. ed. - Belo Horizonte: Editora Universitária Ciências Médicas de MG, 2024.

160 p. il.; 21 x 29 cm; 1,87 Mb

Vários autores.

ISBN: 978-65-88250-48-8

1. Ensino Superior. 2. Ensino - políticas. 3. Políticas acadêmicas. I. Lana, Mariana Ribeiro Volpini. II. Silva, José Felipe Pinho da. III. Aguiar, Larissa Tavares. IV. Título.

CDU: 378.4(047)

Ficha elaborada por Fabíola Gomes Terenzi Gonçalves - CRB6/2588

Impresso no Brasil.

Printed in Brazil.

PREFÁCIO

Prezados membros da comunidade acadêmica,

É com grande prazer que apresentamos o Anuário de Políticas Acadêmicas da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Este documento abrangente ilustra nosso compromisso com a excelência, com a inovação e com a sociedade.

O anuário transcende a mera compilação de políticas e diretrizes; ele simboliza nosso empenho em fornecer uma educação de alta qualidade, capaz de atender às necessidades sempre em transformação de nossos alunos. Esse compromisso está alinhado com nossa missão, visão e valores institucionais, assim como com nosso Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico dos Cursos e Planejamento Estratégico.

Neste documento, você encontrará descrições detalhadas das políticas que norteiam nossas práticas institucionais nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Enfatizamos nossa responsabilidade em cumprir as legislações vigentes e em responder às demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

Além disso, o anuário detalha a avaliação e o constante aprimoramento de nossos processos acadêmicos, incorporando práticas inovadoras e bem-sucedidas em nossa instituição.

Convidamos todos os membros da nossa comunidade acadêmica a explorar este anuário e a participar ativamente na implementação e desenvolvimento de nossas políticas acadêmicas. Acreditamos que a colaboração e o diálogo aberto são essenciais para promover o contínuo avanço de nossa instituição, permitindo-nos evoluir e adaptar às mudanças, mantendo nosso compromisso com a educação de alta qualidade e com impacto positivo na sociedade.

Esperamos que este anuário não apenas oriente nossas políticas e iniciativas, mas também inspire e motive todos os membros da nossa comunidade acadêmica. Juntos, continuaremos a moldar o futuro da educação em saúde, de maneira ética, humanizada, profissional e qualificada.

Atenciosamente,

PROF. DRA. CLÁUDIA LOURDES SOARES LARANJEIRA
Diretora Geral FCMMG

PROF. DRA. SUSAN MARTINS LAGE
Diretora de Graduação e 1ª Vice-Diretora

SUMÁRIO

11 ENSINO

12 POLÍTICA DE QUALIDADE ACADÊMICA

- 12 CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 13 OBJETIVOS
- 13 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS
- 14 CONDIÇÕES
- 14 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS
- 17 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
- 18 CONSIDERAÇÕES FINAIS

19 POLÍTICA DE SISTEMÁTICA DA ATUALIZAÇÃO CURRICULAR E FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES

- 19 CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 20 OBJETIVOS
- 20 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS
- 20 CONDIÇÕES
- 21 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS
- 24 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
- 24 CONSIDERAÇÕES FINAIS

25 POLÍTICA INCLUSÃO DE LIBRAS COMO COMPONENTE CURRICULAR NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

- 25 CONSIDERAÇÕES INICIAIS
 - 26 OBJETIVOS
 - 26 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS
 - 26 CONDIÇÕES
 - 27 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS
 - 28 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
 - 28 CONSIDERAÇÕES FINAIS
-

30 POLÍTICA DE INCLUSÃO DIGITAL

- 30 CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 31 OBJETIVOS
- 31 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS
- 31 CONDIÇÕES
- 32 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS
- 34 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
- 35 CONSIDERAÇÕES FINAIS

36 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO

- 36 CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 37 OBJETIVOS
- 38 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS
- 38 CONDIÇÕES
- 39 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS
- 39 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
- 40 CONSIDERAÇÕES FINAIS

42 POLÍTICA DE TRANSVERSALIDADE

- 42 CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 43 OBJETIVOS
- 43 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS
- 43 CONDIÇÕES
- 44 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS
- 46 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
- 46 CONSIDERAÇÕES FINAIS

47 POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE E APOIO PSICOPEDAGÓGICO

- 47 CONSIDERAÇÕES INICIAIS
 - 48 OBJETIVOS
 - 48 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS
 - 49 CONDIÇÕES
 - 49 DIRETRIZES E PROCEDIMENTO
 - 52 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
 - 52 CONSIDERAÇÕES FINAIS
-

53 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE PERMANÊNCIA DISCENTE

- 53 CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 53 OBJETIVOS
- 54 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS
- 54 CONDIÇÕES
- 54 Diretrizes e PROCEDIMENTOS
- 57 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
- 57 CONSIDERAÇÕES FINAIS

58 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

- 58 CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 59 OBJETIVOS
- 59 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS
- 60 CONDIÇÕES
- 60 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS
- 62 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
- 62 CONSIDERAÇÕES FINAIS

63 PESQUISA E INOVAÇÃO

64 POLÍTICA EDITORIAL

- 64 CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 64 OBJETIVOS
- 65 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS
- 65 CONDIÇÕES
- 66 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS
- 66 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
- 67 CONSIDERAÇÕES FINAIS

68 POLÍTICA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

- 68 CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 69 OBJETIVOS
- 70 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS
- 70 CONDIÇÕES
- 70 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS
- 72 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
- 73 CONSIDERAÇÕES FINAIS

75 POLÍTICA DE INCENTIVO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL E ARTÍSTICA

- 75 CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 76 OBJETIVOS
- 77 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS
- 77 CONDIÇÕES
- 78 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS
- 81 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
- 81 CONSIDERAÇÕES FINAIS

83 POLÍTICA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

- 83 CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 84 OBJETIVOS
- 84 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS
- 85 CONDIÇÕES
- 85 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS
- 86 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
- 86 CONSIDERAÇÕES FINAIS

88 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INOVAÇÃO

- 88 CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 89 OBJETIVOS
- 89 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS
- 90 CONDIÇÕES
- 90 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS
- 92 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
- 93 CONSIDERAÇÕES FINAIS
- 93 ANEXO

94 EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

95 POLÍTICA DE RELACIONAMENTO COM O GOVERNO E A COMUNIDADE

- 95 CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 96 OBJETIVOS
- 97 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS
- 97 CONDIÇÕES
- 98 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS
- 99 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
- 100 CONSIDERAÇÕES FINAIS

101 POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO COM O SUS

- 101 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**
- 102 OBJETIVOS**
- 103 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS**
- 103 CONDIÇÕES**
- 104 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS**
- 105 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**
- 105 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

106 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DIREITOS HUMANOS E APOIO ÀS MINORIAS, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

- 106 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**
- 107 OBJETIVOS**
- 108 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS**
- 108 CONDIÇÕES**
- 109 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS**
- 110 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**
- 111 CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 112 ANEXO**

115 POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

- 115 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**
- 116 OBJETIVOS**
- 116 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS**
- 117 CONDIÇÕES**
- 117 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS**
- 118 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**
- 118 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

120 POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 120 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**
 - 121 OBJETIVOS**
 - 122 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS**
 - 122 CONDIÇÕES**
 - 123 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS**
 - 124 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**
 - 124 CONSIDERAÇÕES FINAIS**
-

125 POLÍTICA DE EXTENSÃO

- 125 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**
- 126 OBJETIVOS**
- 127 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS**
- 127 CONDIÇÕES**
- 129 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS**
- 143 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**
- 146 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

147 POLÍTICA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO E O ASSÉDIO

- 147 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**
- 148 OBJETIVOS**
- 149 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS**
- 149 CONDIÇÕES**
- 150 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS**
- 151 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**
- 152 CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 153 ANEXO**

155 POLÍTICA DE ADESÃO AO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI

- 155 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**
 - 156 OBJETIVOS**
 - 156 ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS**
 - 157 CONDIÇÕES**
 - 158 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS**
 - 159 AVALIAÇÕES E ACOMPANHAMENTO**
 - 159 CONSIDERAÇÕES FINAIS**
 - 160 ANEXOS**
-

ENSINO

POLÍTICA DE QUALIDADE ACADÊMICA

ALEXANDRE SÉRGIO DA COSTA BRAGA
FLAVIA CARDOSO SCHAPER
MARIANA RIBEIRO VOLPINI LANA
RODRIGO ITABORAY FRADE

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A política institucional de qualidade é um documento elaborado pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos que orientem as ações e práticas relacionadas a excelência e o aprimoramento contínuo da formação acadêmica dos estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação oferecida pela instituição. Este documento reflete o compromisso da instituição em consolidar-se nacionalmente e internacionalmente como uma escola de excelência na formação de profissionais de saúde, conectados às demandas da sociedade.

A elaboração desta política surge da necessidade de garantir uma formação que se adapte e esteja em constante evolução para fornecer uma educação de alto nível que prepare os alunos adequadamente para a prática e para o mercado. Além disso, está em conformidade com o Estatuto, Regimento Geral e PDI relacionados aos cursos de graduação e pós-graduação da FCMMG. Por meio desta política, buscamos garantir a integridade, transparência e eficácia das práticas relacionadas a formação acadêmica de graduandos e pós-graduandos da FCMMG.

É fundamental ressaltar que esta política é parte integrante do compromisso da FCMMG com a excelência acadêmica, a integridade institucional e o bem-estar de todos os membros da comunidade, como alunos, professores e colaboradores dos cursos da Faculdade.

Ao desenvolver e implementar esta política, pretendemos promover um ambiente acadêmico favorável à igualdade e à inclusão, incentivando o desenvolvimento dos alunos e colaboradores envolvidos na instituição e nos cursos de graduação e pós-graduação, garantindo o cumprimento dos mais altos padrões éticos e legais em todas as nossas atividades institucionais.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O objetivo geral da Política Institucional de Qualidade é estabelecer diretrizes e procedimentos que complementem o Estatuto, Regimento Geral e PDI da FCMMG, garantindo a integridade, transparência e eficácia das práticas relacionadas à formação acadêmica de alunos de graduação e pós-graduação da instituição.

Objetivos específicos

Estabelecer procedimentos claros para garantir a contínua melhoria da qualidade acadêmica e institucional relacionados aos cursos de graduação da FCMMG.

Promover a conscientização e o treinamento de todos os membros da instituição sobre o desenvolvimento dos processos pedagógicos relacionados aos cursos de graduação e pós-graduação da FCMMG.

Garantir a conformidade com o estatuto, regimento geral e PDI da FCMMG sendo um dos instrumentos que asseguram o cumprimento da visão institucional de ser referência nacional de qualidade em educação, saúde, ciência e tecnologia.

Propiciar um ambiente acadêmico favorável à igualdade e à inclusão, promovendo o rigor e a qualidade do ensino, em todos os ciclos de estudo, de modo a atrair o melhor talento nacional e internacional.

Avaliar regularmente a eficácia da Política de Qualidade Acadêmica e realizar ajustes conforme necessário para garantir sua relevância e efetividade.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A Política Institucional de Qualidade se aplica a todos os membros da comunidade da FCMMG, incluindo, mas não se limitando a docentes, discentes, funcionários administrativos e colaboradores terceirizados da instituição. Além disso, a política abrange todas as unidades, departamentos e setores da FCMMG.

Os principais envolvidos na implementação e execução desta política incluem toda comunidade acadêmica como colaboradores técnico-administrativos, docentes, coordenadores do curso e demais áreas responsáveis pelos resultados de aprendizagem e qualidade acadêmica da graduação e pós-graduação da FCMMG. Esta Política também é aplicável a órgãos reguladores dos cursos oferecidos como o Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Saúde, e os Conselhos Federais dos cursos.

A colaboração e o comprometimento de todos os envolvidos são essenciais para o sucesso da política e para garantir sua adesão e eficácia em toda a instituição.

CONDIÇÕES

Para a implementação da Política Institucional de Qualidade, são necessárias algumas condições referentes a recursos humanos e financeiros, infraestrutura física e administrativa, e participação de parceiros, como detalhados abaixo. É fundamental que todas as condições listadas sejam adequadamente cumpridas para assegurar o sucesso, a eficácia e a sustentabilidade da política a longo prazo.

- **Recursos Humanos:** Garantir a contratação e disponibilidade de pessoas qualificadas e treinadas para liderar e executar as atividades relacionadas à Política Institucional de Qualidade. Como exemplo, a designação de responsáveis pela supervisão, implementação e monitoramento das diretrizes estabelecidas para garantir a melhora da qualidade acadêmica da FCMMG.
- **Recursos Financeiros:** Dispor de recursos financeiros suficientes para cobrir os custos associados à implementação e manutenção da Política Institucional de Qualidade ao longo do tempo. Isso inclui a alocação de orçamento específico, a busca de financiamento externo, quando necessário, e o monitoramento dos gastos relacionados à política.
- **Infraestrutura:** Providenciar os recursos materiais e tecnológicos necessários para possibilitar o acesso a sistemas de informação, instalações físicas adequadas e equipamentos relevantes, permitindo a implementação da política.
- **Infraestrutura Administrativa:** Assegurar a existência de processos e estruturas administrativas adequadas para dar suporte à implementação da Política Institucional de Qualidade. Isso pode envolver a criação de comitês, grupos de trabalho ou outras instâncias de coordenação e governança.
- **Participação de Parceiros:** Estabelecer parcerias estratégicas com outras instituições, organizações ou órgãos relevantes, como empresas privadas e órgãos governamentais, que contribuam para o sucesso da política e melhora da qualidade dos cursos da FCMMG.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

Uma Política Institucional de Qualidade para os cursos de graduação e pós-graduação é essencial para garantir uma formação de alto nível que prepare os alunos adequadamente para a prática e para o mercado. Neste contexto, seguem as diretrizes:

Diretriz: Padrão de qualidade educacional

Programa: Concepção e atualização do curso

Descrição: Criação de demandas regulatórias de mercado que reforcem os diferenciais institucionais e definam as expectativas em termos de currículo, métodos de ensino, avaliação e infraestrutura.

Objetivo: Garantir o desenvolvimento contínuo de componentes curriculares que integrem os projetos pedagógicos dos cursos da FCMMG e colaborem com a formação do perfil profissional dos estudantes, oferecendo oportunidades de aprendizagem ampliadas.

Projeto: Modelo educacional

Descrição: Conceber e implementar um modelo educacional que diferencie a prestação de serviços educacionais e sejam percebidos e valorizados pelos estudantes.

Objetivo: Conduzir resultados de aprendizagem superiores baseados no desenvolvimento de competências profissionais.

Ação: Currículo integrado e atualizado

Descrição: Desenvolvimento de currículos integrados que abordem todas as áreas relevantes da prática profissional e seja regularmente revisado e atualizado.

Objetivo: Revisar e atualizar o currículo de forma a refletir os avanços científicos e as melhores práticas profissionais.

Diretriz: Capacitação institucional

Programa: Corpo docente qualificado

Descrição: Promover cursos e eventos e incentivar a participação em atividades de desenvolvimento profissional contínuo para manter a excelência no ensino.

Objetivo: Desenvolver o corpo docente/tutores continuamente no que compete à prática pedagógica, ao modelo educacional adotado, e outros conceitos relevantes à ação docente.

Projeto: Envolvimento ativo dos estudantes

Descrição: Implementar o uso intensivo de metodologias ativas nos diferentes espaços de aprendizagem, apoiando o processo de aprendizagem com base no envolvimento dos estudantes no processo.

Objetivo: Promover o envolvimento ativo dos estudantes e demais partes interessadas (internas e externas) nos processos de melhoria contínua da instituição.

Ação: Eventos e Premiações

Descrição: Realização de eventos científicos internos e com participação externa, além de cerimônias de premiações para os destaques anuais dos colaboradores da instituição.

Objetivo: Promover o desenvolvimento profissional e o reconhecimento do mérito dos colaboradores (docentes, tutores e pesquisadores e não docentes).

Diretriz: Excelência nacional e internacional

Programa: Alianças nacionais e internacionais

Descrição: Incrementar uma política de alianças com parceiros nacionais e internacionais (acadêmicos e não acadêmicos) a partir da criação de editais e eventos que favoreçam essa o crescimento e especialização institucional.

Objetivo: Estimular e potenciar sinergias no âmbito do Ensino, Iniciação Científica e interação social com impacto internacional entre todos os envolvidos nos cursos da FCMMG.

Projeto: Colaboração com instituições de saúde

Descrição: Estabelecimento de parcerias sólidas com instituições de saúde locais e regionais.

Objetivo: Garantir oportunidades adequadas de aprendizado prático e clínico para os alunos, bem como para facilitar a pesquisa e a colaboração interprofissional.

Ação: Cultura Empreendedora

Descrição: Realização de workshops e oficinas sobre empreendedorismo, inovação e desenvolvimento tecnológico para todos os colaboradores da instituição e especificamente voltada para o curso da FCMMG.

Objetivo: Estimular uma cultura empreendedora entre os estudantes para contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e social do país.

Diretriz: Igualdade e Inclusão

Programa: Suporte ao estudante

Descrição: Implementação de programas e instrumentos pedagógicos que facilitem a participação de estudantes e colaboradores com deficiência ou necessidades especiais. Além de oferecer suporte acadêmico e pessoal abrangente aos alunos e colaboradores, incluindo tutoria, aconselhamento acadêmico e serviços de saúde mental.

Objetivo: Apoiar pedagogicamente os estudantes e colaboradores ao longo de sua trajetória acadêmica, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e de apoio que valorize a diversidade e o bem-estar dos estudantes.

Projeto: Educação a distância

Descrição: Prover os elementos necessários à oferta de educação a distância de curso de pós-graduação garantindo resultados de aprendizagem definidos nas matrizes curriculares, bem como decorrentes da experiência de aprendizagem digital relevantes no âmbito profissional.

Objetivo: Oferecer alternativas de desenvolvimento discente que garantam flexibilidade e atendem seus interesses pessoais e/ou profissionais ao longo de sua trajetória acadêmica.

Ação: Infraestrutura e recursos didáticos

Descrição: Implementação e manutenção de infraestrutura de ponta como bibliotecas equipadas, laboratórios modernos e tecnologias educacionais atualizadas

Objetivo: Garantir que a instituição disponha de infraestrutura física e recursos didáticos adequados para suportar o ensino prático e clínico de excelência.

Diretriz: Avaliação da qualidade acadêmica

Programa: Avaliação continuada

Descrição: Implementar sistemas de avaliação contínua do desempenho dos alunos e do currículo, utilizando uma variedade de métodos, como exames escritos, avaliações práticas e de desempenho clínico, além do feedback dos alunos.

Objetivo: Identificar áreas do curso que necessitam ser melhoradas ou atualizadas, assim como ajustes do currículo conforme necessário.,

Projeto: Cultura de qualidade transversal

Descrição: Desenvolver uma cultura de qualidade transversal a todas as atividades realizadas na instituição, estabelecendo mecanismos de avaliação apropriados.

Objetivo: Definir e monitorar o cumprimento de políticas de responsabilidade social e extensão legitimadas mundialmente e que reforcem os resultados de aprendizagem desejados

Ação: Avaliação institucional e certificação

Descrição: Submeter os cursos da FCMMG a avaliações externas e certificações reconhecidas nacionalmente e internacional.

Objetivo: Contribuir para melhoria contínua do curso e instituição no que se refere a indicadores acadêmicos externos, obrigatórios e não obrigatórios, garantindo a conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos pelas autoridades reguladoras e órgãos profissionais.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A direção e as coordenações do curso, em conjunto, são responsáveis pela avaliação e aprimoramento contínuo da qualidade acadêmica com o propósito de garantir o desenvolvimento de competências – gerais, da instituição e do curso – com vistas ao atingimento de resultados de aprendizagem. A avaliação e acompanhamento da Política Institucional de Qualidade busca garantir que os objetivos estabelecidos sejam alcançados para que a política implementada seja eficaz e mantida ao longo do tempo. Para isso, abordagens serão adotadas para monitorar o impacto e a efetividade da política:

- **Avaliações Periódicas:** Serão realizadas avaliações periódicas da política para revisar sua eficácia e relevância, levando em consideração feedbacks e experiências de todos os envolvidos. Serão realizados também avaliações periódicas dos ciclos de estudo para no que se refere à qualificação e à competência necessárias ao desempenho das funções por parte dos docentes e tutores. Essas avaliações fornecerão insights para ajustes e aprimoramentos necessários para a qualidade dos cursos da FCMMG.
- **Pesquisas e Consultas:** Serão conduzidas pesquisas e consultas com os membros da comunidade envolvidos nos cursos da FCMMG para avaliar sua percepção, satisfação e sugestões de melhoria. Esses dados serão utilizados para informar decisões e iniciativas futuras relacionadas à política, assim como à adequação dos recursos didáticos e pedagógicos.
- **Mecanismos de Revisão:** Serão desenvolvidos mecanismos formais de revisão da política, e investigações especializadas e interdisciplinar. Isso permitirá a atualização e adaptação da política, conforme necessário, para garantir a relevância contínua em face de mudanças nas circunstâncias e necessidades institucionais.

Por meio dessas medidas de avaliação e acompanhamento, a FCMMG garantirá que a Política Institucional de Qualidade permaneça eficaz, relevante e alinhada com seus objetivos institucionais e com as necessidades da comunidade em constante evolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Institucional de Qualidade representa um marco importante na jornada da FCMMG em direção à consecução de seus objetivos e à promoção de seus valores fundamentais. Ao longo deste documento, foram delineadas diretrizes claras e procedimentos detalhados que visam orientar a conduta e as práticas de todos os membros da comunidade acadêmica e administrativa.

A Qualidade Acadêmica é um dos pilares de sustentação de uma instituição que preza por oferecer um ensino de excelência. Sendo assim, o trabalho de uma instituição deve ser realizado em todas as esferas acadêmicas, sempre com o intuito de oferecer o melhor para os estudantes. Esse trabalho deve englobar diversas atividades como a capacitação constante de professores e a preparação dos estudantes para uma vida profissional de sucesso. Em razão das responsabilidades e convicções, a Qualidade Acadêmica está fundamentada nos valores definidos na missão institucional da FCMMG que acredita que quando nossos estudantes são bem-sucedidos, o país prospera e a sociedade se beneficia.

Em última análise, a Política Institucional Qualidade representa um compromisso firme com a excelência, a integridade e a responsabilidade em todas as nossas atividades e em todos os aspectos de nossa instituição.

POLÍTICA DE SISTEMÁTICA DA ATUALIZAÇÃO CURRICULAR E FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES

RODRIGO SANTANA DUTRA
SERGIO NEVES DRUMOND
SUSAN MARTINS LAGE
TATIANE DIAS BACELAR

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Política de sistemática da atualização curricular e flexibilidade dos componentes curriculares é um documento elaborado pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos que orientem as ações e práticas relacionadas a política de atualização do currículo e a adaptabilidade dos elementos curriculares na FCMMG. Este documento reflete o compromisso da FCMMG com a sua missão de impulsionar o desenvolvimento social e a qualidade de vida por meio da educação, saúde, cultura, ciência, inovação e tecnologia. Além de estar em acordo com a visão da FCMMG que é consolidar-se nacionalmente e internacionalmente como uma escola de excelência na formação de profissionais de saúde, conectados às demandas da sociedade.

A elaboração desta política surge da necessidade de oferecer uma grade curricular atualizada e flexível para permitir a participação do aluno na construção de seu próprio percurso acadêmico durante a graduação. Além disso, possibilita o desenvolvimento de habilidades e competências, não somente em áreas específicas de sua formação, como em aspectos emocionais e sociais.

Esta Política está em conformidade com a legislação educacional, com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) propostas pelo Ministério da Educação (MEC), com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de cada um dos cursos da FCMMG e com o Regimento Interno da instituição.

É importante ressaltar que esta política é parte integrante do compromisso da FCMMG com a excelência acadêmica, a integridade institucional e o bem-estar de todos os membros da comunidade acadêmica. Ao desenvolver e implementar esta política, pretendemos promover um ambiente de melhoria contínua para oferecer um ensino de qualidade.

OBJETIVOS

A Política de sistemática da atualização curricular e flexibilidade dos componentes curriculares tem por objetivo estabelecer diretrizes para a elaboração de alterações e atualizações curriculares dos cursos de graduação da FCMMG.

Objetivo Geral

O objetivo geral da Política de sistemática da atualização curricular e flexibilidade dos componentes curriculares é garantir a constante adequação e relevância do currículo dos cursos da FCMMG para formar profissionais capacitados e atualizados para atender às demandas em constante evolução da área da saúde.

Objetivos específicos

- Garantir que o currículo dos cursos esteja alinhado com os avanços científicos, tecnológicos e as necessidades emergentes da área.
- Assegurar que o currículo atenda aos padrões e diretrizes educacionais estabelecidos pelos órgãos reguladores.
- Facilitar a integração de diferentes disciplinas e áreas de conhecimento, promovendo uma abordagem interdisciplinar no ensino.
- Permitir a incorporação de feedback de estudantes, professores, e instrumentos de avaliação para garantir que o currículo atenda às necessidades do mercado de trabalho e da comunidade.
- Assegurar que o currículo atenda às necessidades de uma diversidade de estudantes, considerando diferentes origens socioeconômicas, culturais e de habilidades.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

Esta política abrange todos membros dos cursos de graduação da FCMMG como docentes, discentes, e funcionários administrativos. Os principais envolvidos na implementação e execução desta política incluem a coordenação dos cursos juntamente aos professores membros dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos e os colegiados dos cursos.

CONDIÇÕES

Para a efetiva implementação da Política de Sistemática da Atualização Curricular e Flexibilidade dos Componentes Curriculares, são necessárias as seguintes condições:

- Recursos Humanos: Garantir a disponibilidade de professores no corpo docente que sejam qualificados e treinados para liderar e executar as atividades relacionadas à política na coordenação dos cursos e nos NDEs.

- Infraestrutura Administrativa: Assegurar a existência de estruturas administrativas adequadas para dar suporte à implementação da política.
- Recursos Financeiros e Infraestrutura: Providenciar os recursos materiais e tecnológicos necessários para apoiar a implementação da política.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

A Política Institucional de Sistemática da Atualização Curricular e Flexibilidade dos Componentes Curriculares seguem as seguintes diretrizes:

Diretriz: Atualização curricular

Ação: Reunião semanal do NDE dos cursos de graduação da FCMG

Descrição: O NDE de cada curso, órgão de assessoramento do colegiado do curso de graduação, deverá se reunir semanalmente e, quando necessário, colocar em pauta as alterações curriculares que se fizerem necessárias para acompanhar a contemporaneidade quanto ao perfil dos estudantes, da sociedade e do mercado. As reuniões deverão ter registro em ata. As atualizações curriculares deverão manter um equilíbrio entre teoria, prática e inovações metodológica e tecnológica. Os Projetos pedagógicos dos cursos deverão ser entendidos como instrumentos dinâmicos e norteadores da gestão acadêmica, de forma que a elaboração, o desenvolvimento e a atualização sejam rotineiros e permanentes, contribuindo, de forma estratégica, para a melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, da formação do aluno. A elaboração de alterações e atualizações do PPC, e acompanhamento da execução dos currículos ficará a cargo do NDE. As atualizações curriculares deverão, obrigatoriamente, estar em conformidade com a legislação educacional, com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) propostas pelo MEC, com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como com outros documentos que dão suporte à sua elaboração e desenvolvimento. As propostas de atualização curricular elaboradas pelo NDE deverão ser aprovadas pelo colegiado de curso, com registro em ata.

Objetivos: Assegurar que o currículo atenda às necessidades de uma diversidade de estudantes, considerando diferentes origens socioeconômicas, culturais e de habilidades.

Ação: Reunião do colegiado do curso

Descrição: O colegiado de cada curso deverá se reunir para analisar e deliberar sobre as propostas de atualização curricular elaboradas pelo NDE.

Objetivos: Garantir que o currículo dos cursos estejam alinhados com os avanços científicos, tecnológicos e as necessidades emergentes da área.

Ação: Reunião da coordenação de curso com a diretoria da FCMMG.

Descrição: Reuniões periódicas devem ser realizadas entre a coordenação dos cursos e a diretoria da faculdade para fomentar a discussão sobre a atualização dos currículos.

Objetivos: Assegurar que o currículo atenda aos padrões e diretrizes educacionais estabelecidos pelos órgãos reguladores. Facilitar a integração de diferentes disciplinas e áreas de conhecimento, promovendo uma abordagem interdisciplinar no ensino.

Ação: Capacitação dos docentes

Descrição: Oferta de cursos de curta duração para capacitação dos docentes em metodologias de ensino. As capacitações são organizadas pelo Núcleo de Desenvolvimento Docente (NDD). Além do incentivo à participação em programas de educação continuada

Objetivos: Permitir melhorias nas metodologias de ensino das disciplinas e atualização constante em práticas pedagógicas.

Diretriz: Avaliação internas constantes

Ação: Relatório da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Descrição: Análises realizados pela coordenação dos cursos de graduação da FCMMG a partir da análise do relatório da CPA de avaliações realizadas pelos acadêmicos e docentes. O coordenador da CPA deve enviar para a coordenação de curso os resultados da CPA a cada semestre. A coordenação de curso deverá ler a avaliação e se necessário levar sugestão de mudanças curriculares na reunião de NDE.

Objetivo: Promover melhorias nos currículos dos cursos de graduação da FCMMG a partir da análise do relatório das avaliações realizadas pelos acadêmicos e docentes por meio da CPA.

Diretriz: Resultados das avaliações externas.

Ação: Análise do resultado do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e de avaliações externas

Descrição: Análise do resultado do ENADE de cada curso e de avaliações externas da instituição. A coordenação de curso deve analisar os resultados e se necessário levar sugestão de mudanças curriculares na reunião de NDE.

Objetivo: Permitir a incorporação de feedback de estudantes, professores, e instrumentos de avaliação para garantir que o currículo atenda às necessidades da comunidade. Assegurar que o currículo atenda às necessidades do mercado de trabalho e de uma diversidade de estudantes, considerando diferentes origens socioeconômicas, culturais e de habilidades.

Diretriz: Flexibilização curricular

Os Projetos pedagógicos de cursos deverão prever a incorporação de outras formas de aprendizagem e de formação profissional dos alunos, por meio da flexibilidade de componentes curriculares. A flexibilidade curricular permite uma maleabilidade espacial e temporal no curso, promovendo a autonomia e o protagonismo do estudante que pode aprofundar seu conhecimento e direcionar sua formação para as áreas de maior interesse. Disciplinas optativas institucionais e específicas de cada curso, atividades complementares, programas de iniciação científica, extensão, monitoria e mobilidade internacional ampliam as possibilidades de aprendizagem e permitem a customização do currículo, tornando-o ainda mais atraente para o estudante e para o mercado profissional.

Ação: Disciplinas optativas

Descrição: Oferta de disciplinas optativas específicas de cursos e institucionais para todos os alunos dos cursos de graduação da FCMMG.

Objetivo: Dar autonomia ao aluno para que ele construa seu percurso no ensino superior e seu currículo, com a sua identidade. Permitir a transdisciplinaridade na trajetória da formação do aluno.

Ação: Editais de pesquisa

Descrição: Oferta de editais para participar de atividades de iniciação científica, eventos científicos, e experiência com escrita de resumos e artigos científicos para todos os alunos dos cursos de graduação da FCMMG, possibilitando a integração entre os cursos da FCMMG.

Objetivo: Estimular o desenvolvimento da criatividade, do espírito de inovação e de criação de soluções tecnológicas voltadas às necessidades da sociedade.

Ação: Editais de projetos de extensão

Descrição: Oferta de editais para participar de ligas acadêmicas e projetos de extensão interdisciplinares para todos os alunos dos cursos de graduação da FCMMG possibilitando a integração entre os cursos da FCMMG e desenvolvimento da habilidade do trabalho em equipe.

Objetivo: Permitir a transdisciplinaridade na trajetória da formação do aluno.

Ação: Editais acadêmicos e de mobilidade

Descrição: Oferta de editais para participar de monitorias e programas de mobilidade.

Objetivo: Articular formação profissional e necessidades do mercado de trabalho. Oferecer oportunidades dos alunos se atualizarem e acompanharem as mudanças do mundo.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A Política Institucional de Sistemática da Atualização Curricular e Flexibilidade dos Componentes Curriculares será avaliada e acompanhada pelo coordenador de curso em conjunto com o CPA. Medidas de avaliação e acompanhamento garantirão que essa política se permaneça eficaz, relevante e alinhada com seus objetivos institucionais e com as necessidades da comunidade em constante evolução.

- **Avaliações Periódicas:** Serão realizadas avaliações periódicas da política para revisar sua eficácia e relevância, levando em consideração feedbacks e experiências de dos professores e alunos em cada um das disciplinas. Como exemplo, serão avaliados os indicadores de desempenho obtidos pelos resultados da avaliação da CPA dos cursos de graduação.
- **Pesquisas e Consultas:** Serão conduzidas pesquisas e consultas com os membros da comunidade envolvidos nos cursos da FCMMG para avaliar sua percepção, satisfação e sugestões de melhoria.
- **Mecanismos de Revisão:** Desenvolvimento de mecanismos formais de revisão das notas dos cursos no ENADE e a quantidade de editais de iniciação científica, ligas acadêmicas e de projetos de extensão.

Esses indicadores serão acompanhados semestralmente para avaliar possíveis mudanças necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Sistemática da Atualização Curricular e Flexibilidade dos Componentes Curriculares é um documento relevante para garantia de ensino de qualidade. Considerando o que foi apresentado nos itens anteriores, pode-se afirmar que este documento se destina a oferecer diretrizes para o processo dinâmico e sistemático de atualização curricular e flexibilidade dos componentes curriculares.

Essa política representa um compromisso firme com a excelência, a integridade e a responsabilidade em todas as nossas atividades e em todos os aspectos de nossa instituição.

POLÍTICA INCLUSÃO DE LIBRAS COMO COMPONENTE CURRICULAR NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

MARIANA RIBEIRO VOLPINI LANA
MARINA DA CUNHA PINTO COLARES
TATIANE DIAS BACELAR
WALLESKA CAMARGO VIEIRA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Política Institucional de Inclusão de Libras é um documento elaborado pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) com o propósito de estabelecer diretrizes gerais para a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina curricular nos cursos de graduação da instituição. Este documento reflete o compromisso da FCMMG em consolidar-se como uma instituição de excelência na formação de profissionais de saúde alinhados às necessidades da sociedade.

A política de inclusão de Libras como disciplina curricular no ensino superior segue os preceitos e determinações do Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, referente à Língua Brasileira de Sinais – Libras. Além disso, está em conformidade com o Estatuto, Regimento Geral e PDI relacionados aos cursos de graduação da FCMMG. Por meio dessa política, busca-se assegurar que pessoas com deficiência auditiva tenham acesso a um ensino de alto nível na instituição, visando à eficácia da formação acadêmica dos estudantes da FCMMG.

É importante destacar que esta política é parte integrante do compromisso da FCMMG com a excelência acadêmica e a integridade institucional de toda a comunidade acadêmica, incluindo alunos, professores e colaboradores. Ao desenvolver e implementar esta política, o objetivo é promover um ambiente acadêmico que favoreça a igualdade e a inclusão, incentivando o desenvolvimento dos alunos e colaboradores envolvidos na instituição, e garantindo o alto padrão institucional.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O objetivo geral da Política Institucional de Inclusão de Libras é estabelecer diretrizes que complementem o Estatuto, Regimento Geral e PDI da FCMMG, promovendo a inclusão da Libras como disciplina curricular dos cursos de graduação da FCMMG.

Objetivos específicos

- Garantir o acesso à Língua Brasileira de Sinais – Libras a comunidade acadêmica da FCMMG especialmente às pessoas em deficiência auditiva.
- Oferecer suporte acadêmico-pedagógico para o uso da comunicação na modalidade gestual-visual utilizada pela comunidade surda no Brasil, possibilitando a participação efetiva e crítica na comunidade acadêmica e na sociedade, bem como o aprimoramento e a ampliação dos conhecimentos e habilidades dos alunos, com foco na profissionalização em saúde.
- Promover a inclusão social das pessoas com deficiência auditiva por meio da capacitação de mais pessoas no ambiente acadêmico, nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da FCMMG.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A Política Institucional de Inclusão de Libras abrange todos os membros da comunidade da FCMMG, incluindo docentes, discentes, funcionários administrativos e colaboradores objetivando promover a inclusão de pessoas surdas ou com deficiência auditiva em diversos contextos acadêmicos e profissionais.

CONDIÇÕES

Para a implementação da Política Institucional de Inclusão de Libras Os projetos pedagógicos dos cursos de graduação deverão estar amparados nas Diretrizes Curriculares Nacionais e na normativa que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais–Libras, sendo elas o Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. É fundamental que as condições descritas abaixo sejam adequadamente cumpridas para assegurar o sucesso, a eficácia e a sustentabilidade da política.

- A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) deverá ser obrigatoriamente ofertada como disciplina optativa institucional para os cursos de graduação da FCMMG.
- A disciplina optativa institucional de Libras (Língua Brasileira de sinais) deverá contemplar os seguintes estudos:
 - Das bases históricas acerca do reconhecimento legal da modalidade comunicativa viso-espacial da língua brasileira de sinais – Libras como parte integrante do aprendizado e compreensão dos atributos legais da inclusão dos surdos nas áreas da educação e da saúde.
 - Dos léxicos, da linguística, da cultura e da identidade surda.

- Das variações linguísticas e sinais icônicos da LIBRAS. As necessidades do paciente surdo.
- Da importância do acolhimento das pessoas surdas nos atendimentos clínicos. Inclusão social do deficiente auditivo no contexto universitário.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

Uma Política Institucional de Inclusão de Libras como parte integrante dos currículos dos cursos de graduação é fundamental para assegurar a igualdade de acesso à informação, possibilitando uma formação de alta qualidade que prepare os alunos de forma adequada para a prática e o mercado de trabalho. Para alcançar esse objetivo, serão implementados os seguintes procedimentos:

A disciplina optativa institucional de Libras (Língua Brasileira de Sinais) objetivará, o desenvolvimento de conhecimento, habilidades e atitudes a seguir:

Conhecimentos

- Adquirir conhecimentos básicos de um conjunto lexical envolvendo a variação dialetal da LIBRAS praticada em Minas Gerais;
- Compreender o código gestual do Alfabeto Manual ou escrita manual datilológica e como a mesma é utilizada em situações comunicativas;
- Adquirir noções básicas da organização fonológica da LIBRAS, expressas através dos Parâmetros Fonológicos da LIBRAS;
- Adquirir noções básicas da organização morfosintática da LIBRAS;
- Refletir criticamente sobre a concepção da LIBRAS enquanto língua com status linguístico equivalente ao das línguas orais;
- Adquirir noções básicas de dialeto, variação dialetal, idioleto, empréstimo linguístico e regionalismo em LIBRAS.

Habilidades

- Desenvolver estratégias de leitura, interação e compreensão de textos sinalizados e registrados em vídeos;
- Desenvolver estratégias de conversação em LIBRAS;
- Desenvolver estratégias de conversação que utilizem o Alfabeto Manual;
- Desenvolver a habilidade de reconhecer e produzir enunciados básicos em situações comunicativas envolvendo as seguintes temáticas: saudação, apresentação, escolaridade, organização espacial e temporal;
- Princípios o desenvolvimento da habilidade de produção do sentido em LIBRAS;
- Desenvolver estratégias para aprimorar as habilidades gestuais, motoras e visuais.

Atitudes

- Refletir sobre a importância e o valor linguístico e cultural da LIBRAS;
- Refletir criticamente sobre o respeito e valorização dos hábitos, costumes e tradições culturais das pessoas surdas;
- Reconhecer-se como sujeito que está a desenvolver enunciados em uma modalidade de língua gestual-visual, portanto diferente da modalidade oral que é utilizada predominantemente na sociedade.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) terá carga horária de 60h. Dos 100 pontos distribuídos durante o curso da disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) estarão aprovados os alunos que obtiveram nota igual ou superior a 60 pontos. Os alunos que não alcançarem média de 60 pontos serão submetidos a uma avaliação especial no valor de 100 pontos.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento da Política Institucional de Inclusão de Libras busca garantir que os objetivos estabelecidos sejam alcançados para que a política implementada seja eficaz e mantida ao longo do tempo.

- **Avaliações Periódicas:** Serão realizadas avaliações regulares para revisar a eficácia da inclusão da disciplina como componente curricular, levando em consideração feedbacks e experiências de todos os envolvidos. Essas avaliações direcionarão ajustes e aprimoramentos essenciais para a qualidade da disciplina oferecida nos cursos de saúde da FCMMG.
- **Pesquisas e Consultas:** Serão realizadas pesquisas e consultas com os membros da comunidade acadêmica para avaliar sua percepção, satisfação e sugestões de aprimoramento. Esses dados serão fundamentais para embasar decisões e iniciativas futuras relacionadas à política, bem como para aprimorar os recursos de infraestrutura, materiais didáticos e pedagógicos, garantindo uma melhor adequação às necessidades da comunidade acadêmica.
- **Mecanismos de Revisão:** Periodicamente, a FCMMG analisará as necessidades de atualização ou aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e softwares institucionais. Isso possibilitará a atualização e adaptação da política, conforme necessário, para assegurar sua contínua relevância diante das mudanças nas circunstâncias e necessidades institucionais, garantindo um ambiente acadêmico moderno e eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Institucional de Inclusão de Libras como componente curricular dos cursos de graduação da FCMMG promove o avanço da inclusão da comunidade surda, ao estabelecer o ensino de LIBRAS como parte integrante da formação de seus profissionais. Ao longo deste documento, foram delineados procedimentos detalhados para orientar a conduta e as práticas de todos os membros da comunidade acadêmica.

A inclusão de Libras representa um marco importante na jornada da FCMMG em direção à promoção de seus valores fundamentais para oferecer um ensino de excelência. Portanto, o trabalho da instituição abrange diversas atividades, como a capacitação constante de colaboradores, investimentos em infraestrutura e a preparação dos alunos para uma vida profissional de sucesso. Fundamentada nos valores definidos na missão institucional da FCMMG, a Inclusão de Libras reflete a convicção de que o sucesso de nossos alunos contribui para a prosperidade do país e o benefício da sociedade.

Em última análise, a Política Institucional de Inclusão de Libras representa um compromisso firme com a excelência, a integridade e a responsabilidade social da Instituição.

POLÍTICA DE INCLUSÃO DIGITAL

JESSICA CAMILA SOARES
LEANDRO DUARTE DE CARVALHO
MARAYRA INES FRANCA COURY
WALLESKA CAMARGO VIEIRA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Política Institucional de Inclusão Digital é um documento elaborado pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) com o objetivo de estabelecer diretrizes gerais que expressam os parâmetros dentro dos quais as ações de Inclusão Digital se desenvolvem na FCMMG. Este documento reflete o compromisso da instituição em consolidar-se nacionalmente e internacionalmente como uma escola de excelência na formação de profissionais de saúde, conectados às demandas da sociedade.

A elaboração desta política surge da necessidade de garantir acesso às tecnologias a todos os membros da instituição para fornecer uma educação de alto nível que prepare os alunos adequadamente para a prática e para o mercado. Além disso, está em conformidade com o Estatuto, Regimento Geral e PDI relacionados aos cursos de graduação e pós-graduação da FCMMG. Por meio desta política, buscamos garantir a inserção de pessoas em vulnerabilidade socioeconômica e com deficiência, visando a eficácia da formação acadêmica de graduandos e pós-graduandos da FCMMG.

Vale ressaltar que esta política é parte integrante do compromisso da FCMMG com a excelência acadêmica e a integridade institucional de toda a comunidade acadêmica, como alunos, professores e colaboradores.

Ao desenvolver e implementar esta política, pretendemos promover um ambiente acadêmico favorável à igualdade e à inclusão, incentivando o desenvolvimento dos alunos e colaboradores envolvidos na instituição, garantindo o alto padrão institucional.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O objetivo geral da Política Institucional de Inclusão Digital é estabelecer diretrizes que complementem o Estatuto, Regimento Geral e PDI da FCMMG, garantindo o acesso às tecnologias de Informação e utilização acadêmico pedagógica das tecnologias de informação para promover a inclusão social de toda a comunidade acadêmica da FCMMG, principalmente as pessoas com vulnerabilidade socioeconômica e necessidades especiais.

Objetivos específicos

- Garantir o acesso às tecnologias da Informação, de modo a permitir a inserção de toda a comunidade acadêmica na sociedade da informação, principalmente, as pessoas em vulnerabilidade socioeconômica e com deficiência.
- Dar suporte para o acesso e a utilização acadêmico-pedagógica das tecnologias de informação possibilitando produzir e distribuir informações e conhecimento, participando de maneira efetiva e crítica da sociedade, além de aprimoramento e ampliação os conhecimentos/habilidades dos alunos com foco na profissionalização em saúde.
- Promover a inclusão social das pessoas em vulnerabilidade socioeconômica e com deficiência por meio da inclusão digital no ambiente acadêmico da FCMMG, nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A Política Institucional de Inclusão Digital se aplica a todos os membros da comunidade da FCMMG, incluindo, mas não se limitando a docentes, discentes, funcionários administrativos e colaboradores terceirizados da instituição. Além disso, a política abrange todas as unidades, departamentos e setores da FCMMG.

Os principais envolvidos na implementação e execução desta política incluem toda comunidade acadêmica como meio de promover o desenvolvimento humano, científico e tecnológico da instituição. Esta Política também é aplicável a órgãos reguladores dos cursos de graduação e pós-graduação como o Ministério da Educação (MEC) e da Saúde.

CONDIÇÕES

Para a implementação da Política Institucional de Inclusão Digital, são necessárias condições referentes a recursos humanos e financeiros, infraestrutura física e administrativa. É fundamental que as condições descritas abaixo sejam adequadamente cumpridas para assegurar o sucesso, a eficácia e a sustentabilidade da política.

- Recursos Humanos: Garantir a contratação e disponibilidade de pessoas qualificadas e treinadas para liderar e executar as atividades relacionadas à Política Institucional de Inclusão Digital. É necessário a designação de responsáveis pela supervisão, implementação e monitoramento das diretrizes estabelecidas para garantir a acessibilidade e melhorar a inclusão tecnológica da comunidade relacionada aos cursos de graduação e pós-graduação.
- Recursos Financeiros: Dispor de recursos financeiros suficientes para cobrir os custos associados à implementação e manutenção da Política Institucional de Inclusão Digital. Isso inclui a alocação de orçamento específico, e o monitoramento dos gastos relacionados à política.
- Infraestrutura: Providenciar os recursos materiais e tecnológicos necessários para possibilitar o acesso a sistemas de informação e equipamentos relevantes, como aplicativos, softwares especializados e laboratórios equipados para permitir a implementação da política.
- Infraestrutura Administrativa: Assegurar a existência de processos e estruturas administrativas adequadas, como a criação de comitês, grupos de trabalho ou outras instâncias de coordenação e governança, para dar suporte à implementação da Política Institucional de Inclusão Digital.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

Uma Política Institucional de Inclusão Digital é essencial para garantir a igualdade de acesso à informação para que os alunos tenham uma formação de alto nível que prepare os alunos adequadamente para a prática e para o mercado. Para isso, algumas diretrizes precisam ser implementadas:

Diretriz: Acessibilidade Digital

Programa: Plataformas digitais com tecnologia assistiva

Descrição: A Instituição disponibiliza a Plataforma de e-books Minha Biblioteca oferecendo recursos como:

- Leitura em voz alta: Basta apenas o usuário clicar em executar para escutar a publicação escolhida. O usuário também pode selecionar a voz no idioma do livro (a quantidade de idiomas varia de acordo com o navegador utilizado). Além disso, há outras funcionalidades do recurso, como: ajustes na taxa de velocidade, no tom e no volume da voz. Esta função de leitura em voz alta está disponível em todas as obras da biblioteca on-line.
- Exibição: Neste recurso o usuário pode alterar tamanho do texto, fonte do texto, modo de visualização (cor da tela), ativar a visão noturna para ambientes com pouca luz, margem da página e altura da linha.
- Ferramentas que facilitam o estudo como, realces, citações, anotações, impressão, compartilhamento, áudios por seleção de texto.

Objetivo: Garantir e facilitar o acesso de toda a comunidade acadêmica a livros e documentos essenciais para a sua formação, oferecendo oportunidades de aprendizagem ampliadas.

Projeto: Colaboradores qualificados

Descrição: Contratação de equipe capacitada na linguagem de Libras, como na biblioteca para auxiliar na inclusão digital da comunidade acadêmica.

Objetivo: Favorecer e facilitar a comunicação com as pessoas com deficiências auditivas e da fala, no momento da entrevista de referência, no empréstimo de documentos ou na realização de pesquisas nos computadores da biblioteca.

Ação: Softwares para acessibilidade

Descrição: Disponibilização de softwares e plugins de recursos de tecnologias assistivas como VLIBRAS e eSSENTIAL Accessibility. Além disso, os portais e os ambientes de ensino a distância (EAD) possuem o plugin da plataforma Equalweb que oferta a solução com 100% de conformidade com WCAG 2.1, ADA, Section 508, AODA, EM 301549, IS 5568 e LBI. Por fim, o software NVDA e teclado em braile estão instalados e disponíveis na Biblioteca da FCMMG para os deficientes visuais para pesquisa e afins.

Ação: Laboratórios acessíveis e empréstimos de equipamentos

Descrição: Disponibilização de laboratórios de informática acessíveis—conforme a norma ABNT NBR 9050:2020 – e tablets para empréstimos que são destinados ao uso da comunidade acadêmica. Os ambientes dos Laboratórios de Informática contam com teclados em braile, fones de ouvido e softwares de acessibilidade que são adaptados conforme a demanda.

Objetivo: Ampliar e facilitar o acesso a membros da comunidade em vulnerabilidade social e deficiência favorecendo a inclusão digital.

Diretriz: Inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica

Programa: Internet gratuita

Descrição: Disponibilizar gratuitamente uma rede Wifi moderna, de alta disponibilidade e com gestão em tempo real, em toda a instituição. Além de disponibilizar pacotes de ferramentas de produtividades Office 365 (Outlook; OneDrive; Word; Excel; PowerPoint; PowerBI, entre outros) nos computadores oferecidos para uso dos alunos no ambiente acadêmico.

Objetivo: Garantir a inclusão digital sem custos para a toda comunidade acadêmica.

Programa: Infraestrutura e recursos didáticos

Descrição: Disponibilizar laboratórios de informática, que se destinarão a pesquisas, elaboração de trabalhos, acesso à internet e aulas práticas. Além de quatro salas multifuncionais equipadas com mesas interligadas e mais de 100 notebooks disponibilizados para seus alunos.

Objetivo: Garantir o acesso à tecnologia para toda comunidade acadêmica.

Projeto: Terminais de acesso rápido

Descrição: Implementação de terminais de acesso rápido nos corredores que poderão ser utilizados para impressões de trabalhos acadêmicos, com uma cota de semestral para cada aluno. Cada aluno possui uma cota semestral equivalente a 220 folhas.

Objetivo: Diminuir gastos dos alunos com material acadêmico e facilitar o acesso dos mesmos à tecnologia.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A equipe do Núcleo de Acessibilidade e Apoio Pedagógico (NAAP) e a Central de Relacionamento Acadêmico são responsáveis por acolher e acompanhar os alunos que apresentarem alguma dificuldade de acesso às tecnologias, apresentar situação de vulnerabilidade socioeconômica ou se declararem com alguma deficiência, necessitando de auxílio especializado. O acompanhamento da Política Institucional de Inclusão Digital busca garantir que os objetivos estabelecidos sejam alcançados para que a política implementada seja eficaz e mantida ao longo do tempo.

- **Acompanhamento Periódico:** O discente que se declarar com deficiência ou que apresente -se em situação de vulnerabilidade socioeconômica através de sua inserção na instituição será contactado pelo NAAP ou pela Central de Relacionamento Acadêmico que, por meio de uma equipe especializada de consultores, irá acolher suas necessidades e acompanhar sua demanda desde o início, oferecendo soluções integradas. Serão realizadas avaliações periódicas da política para revisar sua eficácia e relevância, levando em consideração feedbacks e experiências de todos os envolvidos. Além do NAAP, os docentes também poderão ser acompanhados pelo(a) Coordenador(a) de Curso e demais setores envolvidos. A equipe do NAAP realizará semestralmente uma Declaração de Orientação ao (a) Coordenador (a) de Curso, com o intuito de orientar os professores sobre esses alunos. Pois, caso os docentes observem qualquer dificuldade desses alunos, reportarão ao NAAP, para que o setor possa orientar os professores ou acolher e reavaliar junto ao estudante a necessidade do acompanhamento e, se necessário, o sensibilize para tratamento externo. Além disso, os discentes poderão, a qualquer momento, retornar ao NAAP e solicitar qualquer tipo de tecnologia assistiva ou outros facilitadores. Esses acompanhamentos periódicos fornecerão insights para ajustes e aprimoramentos necessários para a qualidade da inclusão digital de todos os envolvidos nos cursos de graduação e pós-graduação.
- **Pesquisas e Consultas:** Serão conduzidas pesquisas e consultas com os membros da comunidade envolvidos para avaliar sua percepção, satisfação e sugestões de melhoria. Esses dados serão utilizados para informar decisões e iniciativas futuras relacionadas à política, assim como à adequação dos recursos de infraestrutura, didáticos e pedagógicos.
- **Mecanismos de Revisão:** Ao fim de cada ano serão identificadas, por parte da FCMMG, as necessidades de atualização ou aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e softwares da Instituição. Isso permitirá a atualização e adaptação da política, conforme necessário, para garantir a relevância contínua em face de mudanças nas circunstâncias e necessidades institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Institucional de Inclusão Digital visa garantir o acesso à informação não só à pessoa com deficiência, mas a todos da comunidade acadêmica, uma vez que, através da internet, é possível acessar e utilizar informações e recursos com autonomia, independência e de maneira eficiente. Ao longo deste documento, foram delineadas diretrizes detalhadas que visam orientar a conduta e as práticas de todos os membros da comunidade acadêmica e administrativa.

A Inclusão Digital representa um marco importante na jornada da FCMG em direção à promoção de seus valores fundamentais para oferecer um ensino de excelência. Sendo assim, o trabalho de uma instituição deve englobar diversas atividades como a capacitação constante de colaboradores, infraestrutura e a preparação dos alunos para uma vida profissional de sucesso. Em razão das responsabilidades e convicções, a Inclusão Digital está fundamentada nos valores definidos na missão institucional da FCMG que acredita que quando nossos alunos são bem-sucedidos, o país prospera e a sociedade se beneficia.

Em última análise, a Política Institucional de Inclusão Digital representa um compromisso firme com a excelência, a integridade e a responsabilidade em todas as nossas atividades e em todos os aspectos de nossa instituição.

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO

CLAUDIA DE LOURDES SOARES LARANJEIRA
CORINNE ANDREE IMBS
JOSÉ CELSO CUNHA GUERRA PINTO COELHO
RAFAEL DUARTE SILVA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Contextualização

A incorporação da temática da internacionalização nos planos de aprimoramento da qualidade do ensino superior estendeu-se em escala global no decorrer das últimas duas décadas. O processo atual de internacionalização do ensino superior, fortalecido por iniciativas originadas no continente europeu, apresenta alguns marcos históricos:

- Convenção de Lisboa (1997) – revisão do modelo europeu de reconhecimento de diplomas.
- Declaração de Sorbonne (1998) – firmada por França, Inglaterra, Alemanha e Itália, reafirmando a necessidade de criação de reconhecimento mútuo dos diplomas europeus do ensino superior para fins profissionais.
- Declaração de Bolonha (1999) – definição de um núcleo central de objetivos, constituídos pela unificação dos graus acadêmicos, introdução do conceito de empregabilidade e a valorização da aprendizagem ao longo da vida.

A questão da internacionalização está presente também no cenário lusofônico, onde, ao lado das iniciativas individuais, pode-se identificar a atuação da rede de cooperação AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa) da qual a FCMMG faz parte.

Conceitos

Com base em KNIGHT (2004), internacionalização é “o processo intencional de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global aos propósitos, funções e oferta de educação pós-secundária, de forma a melhorar a qualidade da educação e da pesquisa para todos os estudantes e funcionários e contribuir significativamente para a sociedade”.

Ainda segundo a mesma autora (2010), alguns benefícios da internacionalização incluem: consciência internacional, melhoria da qualidade do ensino, fortalecimento da pesquisa e da produção de conhecimento, inovação no currículo, no ensino e na pesquisa, melhoria da cooperação e da solidariedade internacional, entre outros.

Contexto atual na Feluma/FCMMG

A Fundação Educacional Lucas Machado e a Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais entendem que o conceito de internacionalização deve ser integrado na cultura organizacional da instituição e criou em 2018, para esses fins, a Assessoria de Relações Internacionais que é diretamente vinculada à Diretoria.

Foi criado também a Comissão de Internacionalização da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, composta pelos coordenadores das áreas de graduação, pós-graduação, pesquisa e assistência para a discussão de ações e programas voltados para o desenvolvimento e a consolidação da internacionalização, tanto em nível de graduação como em pós-graduação, envolvendo os três grandes eixos (ensino, pesquisa e extensão). Incumbe também à Comissão a elaboração das diretrizes de Internacionalização.

Com a criação da Reitoria da Feluma e da FCMMG em janeiro de 2024, a Assessoria de Relações Internacionais passou a ser vinculada diretamente ao Reitor em exercício. A presidência da Comissão de Internacionalização incumbe ao Reitor em exercício.

Essa Política Institucional de Internacionalização está pautada na missão e visão da Feluma e da FCMMG e no documento institucional PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional de 2022-2026 que prevê a necessidade de iniciativas para aumentar as atividades voltadas à internacionalização da Instituição.

Com 17 parcerias vigentes em 2024, a Feluma/FCMMG consolidou sua presença internacional ao aderir à AULP (Associação de Universidades de Língua Portuguesa). Assim, a FCMMG busca avançar em seu processo de internacionalização por meio de uma política de alianças estratégicas, incluindo apoio financeiro.

OBJETIVOS

Objetivo geral

O objetivo geral da internacionalização da Feluma/FCMMG é promover a excelência acadêmica, a diversidade cultural e o intercâmbio de conhecimento em um contexto global.

Objetivos específicos

- Preparar os alunos de graduação e pós-graduação para o mercado global proporcionando experiências internacionais, como mobilidades e estágios no exterior para enfrentar os desafios e oportunidades de um mundo cada vez mais interconectado
- Fortalecer a internacionalização da docência facilitando a participação às colaborações internacionais

- Fomentar a pesquisa colaborativa com instituições estrangeiras de diferentes países permitindo o compartilhamento de recursos, conhecimentos e perspectivas diversas
- Promover a qualidade da educação buscando elevar os padrões acadêmicos com a exposição à diferentes metodologias de ensino, de práticas e de pesquisa
- Fortalecer a reputação internacional da instituição aumentando a visibilidade e o prestígio da instituição, atraindo financiamentos, parcerias e oportunidades de colaboração
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável promovendo ações de cooperação em pesquisa e educação nas áreas de ciência, tecnologia, meio ambiente e saúde global seguindo as metas globais 3 e 4 das Nações Unidas para a Agenda de Desenvolvimento Sustentável de 2030



ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

Na Feluma/FCMMG, a internacionalização tornou-se um ponto de destaque no cenário acadêmico. A presente política abrange todos os níveis da política educacional (graduação e pós-graduação), como todos os atores da instituição (dirigentes, gestores, funcionários, docentes e discentes).

CONDIÇÕES

Para que os objetivos de internacionalização da Feluma/FCMMG sejam alcançados, é necessário estabelecer condições estratégicas que possibilitem sua efetivação:

- Investir em programas de mobilidade e estágios no exterior para os alunos de graduação e pós-graduação, proporcionando-lhes experiências internacionais que os preparem para os desafios do mercado global.
- Promover políticas que incentivem e facilitem a participação do corpo docente em colaborações internacionais, estimulando o intercâmbio de conhecimento e práticas pedagógicas.
- Estimular parcerias e projetos de pesquisa conjuntos com instituições estrangeiras, visando ao compartilhamento de recursos e à ampliação do escopo das investigações.
- Implementar programas de capacitação e atualização pedagógica para os professores, oferecendo-lhes oportunidades de desenvolverem competências em metodologias de ensino internacionais.
- Desenvolver estratégias de comunicação e marketing internacional para elevar a visibilidade e reputação da instituição no cenário global, atraindo investimentos e parcerias internacionais.

- Engajar-se ativamente em iniciativas de cooperação internacional voltadas para o desenvolvimento sustentável, alinhadas com as metas da Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU, promovendo ações conjuntas nas áreas de ciência, tecnologia, meio ambiente e saúde global.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

As diretrizes e procedimentos da internacionalização institucional da Feluma/FCMMG são definidas pela Comissão Institucional de Internacionalização presidida pelo Reitor da instituição. Os procedimentos são elaborados e implementados pela Assessoria de Relações Internacionais em parceria com os diferentes setores da instituição. Essas diretrizes e procedimentos consolidam a estratégia institucional de internacional e seguem os objetivos citados:

- Elaboração das estratégias de internacionalização (Comissão Institucional)
- Desenvolvimento de parcerias internacionais para mobilidades acadêmicas de discentes, docentes e pesquisadores
- Promoção de programas acadêmicos internacionais incoming e outgoing facilitando o acesso aos programas e oferecendo suporte logístico
- Suporte para estudantes e docentes internacionais garantindo a inclusão desse público internacional na instituição
- Monitoramento e avaliação das atividades de internacionalização para garantir o alcance dos objetivos e identificar as áreas de melhoria
- Aprimoramento da proficiência linguística dos alunos, docentes e funcionários da instituição.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Considerando que o processo de internacionalização é dinâmico nos diferentes cenários, é fundamental a constante avaliação, monitoramento e definição de indicadores. A Assessoria de Relações Internacionais pode contar com o apoio de 9 indicadores inseridos no sistema de qualidade institucional. São eles os seguintes:

- Indicador de mobilidades outgoing para os alunos de graduação
- Indicador de mobilidades outgoing para os alunos de pós-graduação
- Indicador de mobilidades incoming para os alunos de graduação
- Indicador de mobilidades incoming para os alunos de pós-graduação
- Indicador de editais de seleção para mobilidades internacionais
- Indicador de satisfação de cliente externo (alunos)
- Indicador de satisfação de cliente interno (docentes)
- Indicador de eventos internacionais
- Indicador de práticas inovadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Internacionalização da Feluma/FCMMG almeja alcançar seus objetivos, formando profissionais da área de saúde, preparados para enfrentar os desafios globais e desenvolvendo pesquisas que possam ser inseridas em um contexto internacional. Para isso, a Feluma/FCMMG se compromete a manter uma autoavaliação continuada dessas atividades e também buscar aprofundar seu processo de internacionalização de forma ativa, participativa e plural.

A colaboração entre instituições de ensino e pesquisa tem impulsionado avanços significativos na produção de conhecimento científico, fortalecido a mobilidade entre os membros da comunidade acadêmica e ampliado o acesso a fontes de financiamento para pesquisa e inovação. Essa colaboração também tem proporcionado uma inserção em redes internacionais, auxiliando na internacionalização tanto dentro como fora da instituição.

ANEXO

Portaria N° 037/2024, de 23 de abril de 2024

	PC – PORTARIA CONJUNTA	Padrão n°: PC– DIR – FEL 37/2024
		Estabelecida em: Abril/2024
Assunto: Alteração da composição da Comissão de Internacionalização da FCMMG/Feluma.		

PORTARIA N° 037/2024, DE 23 ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a Alteração da Composição da Comissão de Internacionalização da FCMMG/Feluma.

O Conselho Diretor e o Reitor da Fundação Educacional Lucas Machado-Feluma/FCMMG, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

resolvem:

Art.1º- Alterar a Composição da Comissão de Internacionalização da FELUMA/FCMMG.

Art. 2º- A Comissão passa a ter a seguinte composição:

1. Reitor (a) e Presidente da Comissão e representante da Feluma
2. Primeiro (a) Vice-Reitor (a)
3. Diretor (a) Geral da FCMMG
4. Assessor (a) de Relações Internacionais
5. Diretor (a) da graduação da FCMMG
6. Diretor (a) da Pós-Graduação da FCMMG
7. Coordenador (a) da Pós-graduação Stricto Sensu da FCMMG
8. Diretor (a) de Pesquisa e Extensão da FCMMG
9. Presidente da Comissão de Internacionalização do Mestrado Acadêmico.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registre-se, divulgue-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2024.


José Celso Cunha Guerra Pinto Coelho
Reitor da Feluma/FCMMG


Wagner Eduardo Ferreira
Presidente da Fundação Educacional Lucas Machado – FELUMA

POLÍTICA DE TRANSVERSALIDADE

FLAVIA CARDOSO SCHAPER
LEILA DE FÁTIMA SANTOS
SERGIO NEVES DRUMOND
SUSAN MARTINS LAGE

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Política Institucional de Transversalidade é um documento elaborado pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos que orientem as ações e práticas relacionadas a transversalidade entre as disciplinas dos cursos da graduação da FCMMG.

Este documento reflete o compromisso da instituição com o propósito de “Fazer a saúde acontecer” e com a missão de “Impulsionar o desenvolvimento social e a qualidade de vida por meio da educação, saúde, cultura, ciência, inovação e tecnologia”. Além disso, está alinhado com a visão da FCMMG de “Consolidar-se nacionalmente e internacionalmente como uma escola de excelência na formação de profissionais de saúde, conectados às demandas da sociedade”.

A elaboração desta política surge da necessidade de enriquecer a experiência educacional dos nossos estudantes e formar profissionais competentes e cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a construção de um futuro mais justo, sustentável e inclusivo. Ao adotar uma abordagem transversal, nossa instituição reconhece a necessidade de ultrapassar as fronteiras tradicionais das disciplinas acadêmicas, integrando diferentes conhecimentos. Pode-se afirmar que a transversalidade diz respeito ao tratamento integrado nos diferentes componentes curriculares. É transversal porque os temas a serem trabalhados são entendidos como questões do cotidiano da formação do discente, que perpassam todas as disciplinas tradicionalmente oficiais da grade curricular. Portanto, transversalizar não significa criar novas disciplinas.

É fundamental ressaltar que esta política é parte integrante do compromisso da FCMMG com a excelência acadêmica, a integridade institucional e o bem-estar de todos os membros da comunidade acadêmica e está em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação. Ao desenvolver e implementar esta política, pretendemos promover uma cultura institucional que valorize a interdisciplinaridade e o diálogo entre diferentes áreas do saber.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O objetivo geral da Política Institucional de Transversalidade é estabelecer diretrizes e procedimentos que promovam a integração das diversas áreas do conhecimento e disciplinas dentro dos cursos de graduação da FCMMG, visando melhorar a qualidade do ensino e preparar profissionais mais capacitados para atender às demandas da sociedade.

Objetivos específicos

- Integrar as diferentes disciplinas de cada curso da FCMMG para fomentar uma abordagem interdisciplinar.
- Revisar e adaptar os currículos dos cursos para incorporar componentes transversais que promovam a interação entre diferentes áreas do conhecimento, garantindo uma formação mais ampla e integrada aos estudantes.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A Política Institucional de Transversalidade se aplica a todos os membros da comunidade da FCMMG, incluindo docentes e discentes. Os principais envolvidos na implementação e execução desta política incluem a coordenação do curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), e o colegiado de curso.

CONDIÇÕES

Para a efetiva implementação da Política Institucional de Transversalidade, é necessário que haja uma Infraestrutura administrativa eficiente para assegurar a existência de processos e estruturas administrativas adequadas para dar suporte à implementação da Política. Por exemplo, é fundamental que as coordenações de cursos se mantenham atualizadas e discutam em cada NDE, e se necessário os colegiados dos cursos de graduação que devem estar preparados para revisar e atualizar a grade curricular do curso. Além disso, a instituição deverá garantir recursos humanos qualificados, treinados e sempre atualizados para que consigam implementar e monitorar todas as diretrizes estabelecidas para a Política de Transversalidade.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

Diretriz: para incorporação de interdisciplinaridade e transversalidade

Programa: Revisão e atualização curricular

Descrição: A transversalidade nos cursos de graduação FCMMG está evidenciada na interação entre as disciplinas e na aplicação dos conteúdos da saúde ao contexto histórico, social e econômico do país, consolidando as bases fundamentais para a formação cidadã do futuro egresso. Os NDE dos cursos devem se reunir de forma frequente para rever a necessidade de atualizar a grade curricular de cada curso.

O curso de graduação em Medicina da FCMMG, por exemplo, tem como objetivo a formação médica generalista, humanista, crítica, reflexiva e ética. O egresso médico deve ser capaz de atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação, individual e coletivamente, com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade e da saúde integral do ser humano, tendo como transversalidade em sua prática, sempre, a determinação social do processo de saúde e doença. Três departamentos e 20 disciplinas se destacam nessa abordagem: Ético-legal e do Exercício Profissional (Gestão Pessoal, Gestão em Saúde, Humanização e Integralidade, Exercício Profissional I, II e III), Extensão Curricular (Prática Formativa na Comunidade I a VIII) e Saúde Coletiva e Preventiva (Ciências Sociais Aplicadas à Saúde, Práticas em Saúde Coletiva I e II, Medicina de Família I e II, Internato de Saúde Coletiva), uma vez que priorizam as discussões e atividades pautadas nas questões éticas, bioéticas e relacionadas aos direitos humanos.

No contexto da saúde pública brasileira, é importante ressaltar que a transversalidade é um dos princípios da Política Nacional de Humanização (2003), que tem como diretrizes o acolhimento, a gestão participativa e cogestão, a ambiência, a clínica ampliada e compartilhada, a valorização do trabalhador e a defesa dos direitos dos usuários. No currículo dos cursos de graduação da FCMMG, as disciplinas supracitadas estão ancoradas à disciplina Humanização e Integralidade e aos temas transversais, por meio dos quais também se relacionam. Os principais tópicos abordados nessas disciplinas são: 1) Reflexão sobre o caráter social das ciências e do saber médico; 2) Relações indivíduo-sociedade com ênfase na construção social do indivíduo e da cultura; 3) Construção de conceitos de socialização, controle social, instituição, violência simbólica e resistência social; 4) Estudo das relações sociais pelas quais se constituem tanto os indivíduos quanto a prática médica na contemporaneidade; 5) Reconhecimento da organização dos serviços públicos de saúde; 6) Direitos humanos; 7) A diversidade e a questão das minorias na sociedade; 8) Relações étnico-raciais; 9) História e cultura afro-brasileira, africana e indígena; 10) Políticas de educação ambiental e desenvolvimento nacional sustentável. Por meio desse enfoque, o curso de Medicina da FCMMG busca formar médicos que estejam preparados para enfrentar os desafios contemporâneos e contribuir positivamente para a sociedade na qual estão inseridos.

O curso de graduação em Fisioterapia da FCMMG, por exemplo, atendendo aos termos da Resolução CNE/CP N° 1, de 17/06/2004, que institui DCN para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tem incorporado as exigências expressas pela

referida resolução, por meio de abordagens éticas e filosóficas relativas ao processo de modernização da cultura e dos sistemas de dominação nela inscritos, especialmente na disciplina de Ciências Sociais. No âmbito das disciplinas Ciências Sociais, Educação em Saúde e Humanização da Assistência, Habilidades Comportamentais e Práticas em Saúde Coletiva, são apresentadas aos estudantes temáticas relativas à modernidade, à escravidão, à formação cultural brasileira, à crise de racionalidade capitalista de modo a assegurar a apropriação do conhecimento e sua atuação na sociedade.

Os conteúdos curriculares do curso de Psicologia da FCMMG abordam de modo sistemático temas transversais, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação da FCMMG com a sociedade, via integração dos processos de ensino, pesquisa e extensão. No curso de Psicologia da FCMMG, as temáticas políticas públicas, promoção e prevenção da saúde, desenvolvimento humano, direitos humanos e diversidade constituem como o plano de transversalização do curso. Disciplinas como Psicologia, Arte e Cultura, Psicologia, Ciência e Profissão, Políticas Públicas, Psicologia e Saúde Coletiva desenvolvem conteúdos para a discussão de temas transversais.

A transversalidade vai além das disciplinas que compõe a matriz curricular. No curso de enfermagem, por exemplo, são desenvolvidos outros projetos que favorecem a transversalidade no curso, como o Trabalho Integrado, que ocorre anualmente. O Trabalho Integrado (TI), previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Projeto Político Pedagógico do Curso, propõe um diálogo entre as disciplinas dos períodos e se coloca enquanto estratégia para a formação generalista. Além disso, constitui uma das atividades avaliativas que funciona de forma transversal para todas as disciplinas do período. Outra atividade anual é a Avaliação Parcial Integradora de Conhecimento (APIC). Esta avaliação é distinta das demais, pois demanda por parte dos docentes, a construção de casos clínicos ou situações problema, acompanhados de questões abertas e fechadas que façam avaliação do conteúdo transversal.

Por fim, um elemento dos cursos, incluindo a Medicina, que amplifica a transversalidade é o Internato em Saúde Coletiva. Os alunos têm a oportunidade de desenvolver o Internato em Centro de Saúde ou Unidade Básica de Saúde de cidades do interior do estado de Minas Gerais ou em Centros de Saúde da cidade de Belo Horizonte. Além da interação com diversos profissionais, há o convívio com alunos de outros cursos da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, sendo possível a interação e transversalização.

Objetivos: Integrar as diferentes disciplinas de cada curso da FCMMG para fomentar uma abordagem interdisciplinar. Revisar e adaptar os currículos dos cursos para incorporar componentes transversais que promovam a interação entre diferentes áreas do conhecimento, garantindo uma formação mais ampla e integrada aos estudantes.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A avaliação e o acompanhamento da Política Institucional de Transversalidade são importantes para garantir sua efetividade e relevância contínuas.

- **Avaliações Periódicas:** Serão realizadas avaliações periódicas da política para revisar sua eficácia e relevância, levando em consideração feedbacks e experiências de todos os envolvidos.
- **Pesquisas e Consultas:** Serão conduzidas pesquisas e consultas com todos os envolvidos por essa política nos cursos da FCMMG para avaliar a percepção, satisfação e sugestões de melhoria, com o objetivo de informar e facilitar as tomadas de decisões e iniciativas futuras relacionadas com a adequação dos recursos didáticos e pedagógicos ligados à transversalidade.

Portanto, serão realizadas avaliações periódicas da política, levando em consideração o resultado da autoavaliação institucional por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e considerando também as experiências de todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Institucional de Transversalidade representa um marco importante para FCMMG. Reconhecemos a importância vital de ter temas transversais na matriz curricular dos cursos da graduação da FCMMG e estamos comprometidos em assegurar que os princípios e padrões estabelecidos nesta política sejam incorporados na nossa instituição.

Em última análise, a Política Institucional de Transversalidade representa um compromisso com a excelência, a integridade e a responsabilidade em todas as nossas atividades e em todos os aspectos de nossa instituição.

Desta forma, a inserção dos temas transversais contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica nos estudantes, capacitando-os a compreender a interdependência entre o ser humano e o meio ambiente, a valorizar a diversidade étnico-racial, a promover a equidade e a justiça social, bem como preservar e valorizar a memória coletiva e o patrimônio cultural.

POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE E APOIO PSICOPEDAGÓGICO

JOÃO HENRIQUE DE SOUZA SANTOS
MARINA DA CUNHA PINTO COLARES
MAYLA PRATES DE ABREU
TATIANE DIAS BACELAR

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais reconhece a importância de um ambiente acadêmico que promova a saúde mental, o bem-estar e a inclusão de seus discentes. A criação do Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico (NAAP) reflete o compromisso da instituição com esses princípios, proporcionando um espaço de acolhimento e suporte para aqueles que enfrentam desafios emocionais, pedagógicos e sociais ao longo de sua trajetória acadêmica.

O NAAP foi concebido como um setor interdisciplinar, alinhado às melhores práticas pedagógicas e psicológicas, para oferecer apoio psicopedagógico que contribua para a melhoria do desempenho acadêmico e a promoção do bem-estar dos alunos. Este núcleo atua na prevenção, intervenção e pós-venção das dificuldades enfrentadas pelos discentes, garantindo um acompanhamento contínuo e especializado.

Esta política de apoio psicopedagógico estabelece diretrizes claras e procedimentos padronizados para o funcionamento do NAAP, visando à transparência e eficiência nos atendimentos. Acreditamos que, ao fornecer um suporte adequado, contribuimos para a formação de profissionais mais preparados, não apenas em termos de conhecimento técnico, mas também em resiliência emocional e habilidades sociais.

O apoio psicopedagógico oferecido pelo NAAP busca integrar as dimensões subjetiva e pedagógica, promovendo um processo de ensino-aprendizagem mais holístico e humanizado. Ao abordar as diversas formas de mal-estar que podem surgir durante o percurso acadêmico, o NAAP reafirma o compromisso da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais com a saúde integral de seus discentes.

A presente política é resultado de um esforço conjunto de diversos setores da instituição, visando criar um documento que norteie as ações do NAAP de forma eficiente e ética. Esperamos que, por meio dessa iniciativa, possamos continuar a promover um ambiente acadêmico saudável e inclusivo, onde cada aluno possa alcançar seu pleno potencial.

Definições

O Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico (NAAP) da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais é um setor interdisciplinar destinado a fornecer apoio psicopedagógico aos discentes, visando à qualidade no processo educativo e à garantia da acessibilidade na instituição, conforme a legislação vigente.

O NAAP atua na prevenção, intervenção e pós-venção frente aos impasses e dificuldades pedagógicas e psicológicas enfrentadas pelos discentes da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais.

OBJETIVOS

O NAAP tem como objetivos:

- Oferecer apoio psicopedagógico aos discentes visando à qualidade no processo educativo, através de abordagens clínicas e pedagógicas para as diversas formas de mal-estar.
- Acolher discentes que apresentem dificuldades em sua trajetória acadêmica.
- Investigar o mal-estar para delimitar demandas subjetivas e pedagógicas dos discentes.
- Intervir nas questões pedagógicas e subjetivas demandadas pelos discentes, visando efeitos terapêuticos sobre o mal-estar apresentado.
- Encaminhar os discentes para a rede parceira de atendimento/acompanhamento/tratamento.
- Monitorar casos de urgência/emergência, visando à adesão ao tratamento externo e à cessação da urgência/emergência.
- Orientar e auxiliar docentes e funcionários no manejo psicopedagógico dos discentes, caso a caso.
- Promover reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem e suas repercussões no cotidiano dos alunos.
- Atender discentes em dificuldade de aprendizagem para diagnóstico e encaminhamento externo, se necessário.
- Orientar os discentes em seu processo de formação profissional, acadêmica e pessoal, proporcionando atendimentos breves de cunho psicopedagógico e social, com a finalidade de integração, inserção e reinserção no âmbito acadêmico.
- Promover intervenções individuais ou coletivas com recomendações de soluções para maior eficácia e eficiência do processo de ensino-aprendizagem.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

O NAAP tem como atribuição básica fornecer apoio psicopedagógico institucional aos discentes e orientar o corpo docente e colaboradores dos setores administrativos, visando à melhoria do processo de ensino-aprendizagem e à redução do sofrimento psíquico.

CONDIÇÕES

Ao NAAP compete:

- Elaborar relatório semestral para sistematizar dados e compor um documento que relacione, qualitativa e quantitativamente, as atividades exercidas pelo NAAP, propondo ações de melhoria na comunidade acadêmica.
- Observar o sigilo profissional nos atendimentos e documentos.

O encaminhamento para atendimento pode ser feito por:

- Professores:
 - Em sala de aula, ao reconhecerem dificuldades de aprendizagem mais severas.
 - Quando o aluno apresentar problemas emocionais e/ou sociais que interfiram nas relações interpessoais em sala de aula.
- Coordenação e/ou Diretoria, ao identificar dificuldades nas interações interpessoais e no processo de ensino-aprendizagem.
- Qualquer setor da Faculdade, quando colaboradores observarem sofrimento, angústia, ansiedade ou dificuldades dos discentes.
- Familiares dos discentes, ao perceberem mudança repentina de comportamento ou dificuldades pedagógicas e desejarem compartilhar com a Faculdade.

Qualquer colaborador, professor, discente ou familiar que perceba algum sofrimento pode contatar o NAAP para sugerir acompanhamento. A equipe do NAAP preencherá o formulário “Solicitação de Atendimento” para controlar quem solicitou, a situação do caso e dar um retorno ao solicitante, por e-mail ou telefone.

O NAAP pode acompanhar o discente, individualmente ou em grupo, quando:

- Identificada a necessidade de atendimento, seja pedagógico ou psicológico.
- Identificada uma demanda do grupo em relação ao processo de ensino-aprendizagem que interfira no bom andamento em sala de aula.

Para ser acompanhado pelo NAAP, o discente deve procurar o setor para o agendamento do primeiro atendimento. No primeiro atendimento, o discente preencherá a ficha de cadastro para ser comunicado sobre os atendimentos, conforme sua disponibilidade.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTO

Os atendimentos realizados pelo NAAP visam promover a qualidade no processo educativo, com abordagens clínicas e pedagógicas para diversas formas de mal-estar, baseando-se nas esferas científicas da Psicologia e Psicopedagogia, possuindo as seguintes cargas e características:

- Atendimento individual de 1 hora.
- Atendimento em grupo, com cerca de 5 encontros de 1 hora e aproximadamente 40 discentes.
- atendimentos de urgência, quando o discente passar mal na Faculdade e os sintomas forem de ordem psicológica.
- Atendimento de pós-venção, quando ocorrer falecimento de discente ou docente, necessitando intervenção com grupos, turmas, familiares ou discentes.

Os atendimentos são realizados mediante agendamento prévio, que pode ser feito pessoalmente, por e-mail, telefone ou através do portal do aluno, exceto em casos de urgência e emergência, que são atendidos imediatamente.

Se o discente estiver em internato rural ou estágio sem presença na Faculdade, os atendimentos poderão ser online, pela Plataforma Institucional. Outros casos discutidos em supervisão também poderão ser atendidos online.

Os atendimentos são pautados pela demanda ou queixa apresentada pelo discente e trabalhados em até 5 encontros. Diante de uma nova queixa, o discente deverá retornar ao NAAP. Casos de monitoramento de risco (histórico de tentativa de suicídio) e monitoramento de atenção (ideação suicida e/ou discurso desesperançoso) podem ultrapassar os 5 atendimentos até adesão ao tratamento externo e/ou melhora do quadro.

Entrevista inicial

Na primeira entrevista, é importante verificar o motivo que trouxe o discente ao NAAP (queixa principal). O profissional deve observar as identificações e nomeações do discente que podem culminar em patologização dos problemas ou na forma como o estudante se posiciona na vida acadêmica. O profissional buscará identificar a natureza da demanda, classificando-a em esferas pedagógica ou subjetiva, e procederá conforme necessário.

Caso o discente concorde com o apoio psicopedagógico do NAAP, será agendado novo horário, esclarecendo sobre os atendimentos interdisciplinares, se realizados pela pedagoga ou psicóloga. Caso o discente não queira o apoio, será apresentada a rede parceira do NAAP para encaminhamento, se necessário, mantendo as “portas abertas” do NAAP.

Supervisão

A supervisão ocorrerá semanalmente, com a coordenação do NAAP, psicólogas e pedagoga. As colaboradoras escolherão os casos para supervisão, especialmente os que apresentarem impasses ou necessidade de acionar redes externas, outros setores, familiares, professores, etc. A coordenação também pode sugerir casos para supervisão. Supervisões extraordinárias podem ocorrer em situações de urgência.

A supervisão organiza as possibilidades de intervenção do NAAP, evitando que o apoio psicopedagógico se transforme em tratamento ou acompanhamento prolongado por todo o percurso acadêmico do aluno.

A supervisão também visa promover reflexões críticas sobre a atitude profissional, ética e eficiência, sendo um espaço de criação de novas possibilidades de pensar e conduzir os casos.

Atendimento psicopedagógico

Os atendimentos de apoio psicopedagógico intervêm na subjetividade e/ou pedagógico, atuando objetivamente nos sintomas sociais apresentados pelo discente para favorecer o laço social. Essas intervenções podem ter efeitos terapêuticos, mas não constituem tratamento analítico ou terapia.

A proposta é criar um vínculo de transferência com o aluno e delimitar a demanda para encaminhá-lo à rede parceira. Durante os atendimentos, o profissional deve localizar um saber e referenciar o tratamento externo. Não se deve dar continuidade sem clareza sobre a demanda e o alcance da intervenção do NAAP. Se houver confusão sobre tempo e atendimentos, a coordenação deve ser acionada para supervisão do caso.

No acompanhamento psicopedagógico, podem ser utilizadas ferramentas da área para auxiliar o discente na organização dos estudos, desenvolvimento do hábito de estudar, priorização de atividades acadêmicas e pessoais, etc., adaptadas a cada caso e demanda.

Encaminhamento e rede parceira externa

O NAAP mantém uma planilha de contatos da rede externa parceira, incluindo SUS, instituições de baixo custo (ONGs, OSCIPs, religiosas, sociais) e particular. Os profissionais do NAAP devem conhecer o fluxo de encaminhamentos para realizá-los corretamente.

A coordenação do NAAP deve conhecer as principais instituições parceiras para diálogo de encaminhamento e discussão de casos, quando necessário.

A supervisão dos casos deve orientar sobre o encaminhamento.

Encaminhamento de urgência/emergência:

- A urgência pode se caracterizar como emocional, situacional, social, acadêmica ou familiar. Deve ser investigada na entrevista inicial ou ao longo do processo. Casos em situação de risco são acolhidos até identificação da demanda e suporte na rede externa.
- Casos de urgência podem ocorrer durante o atendimento regular. A equipe deve acionar a coordenação do NAAP ou supervisão para análise e discussão de ações.

Em caso de atendimento de urgência, deve-se investigar a queixa e sintomas emocionais para intervir conforme a demanda e encaminhar o discente para tratamento e acompanhamento externo. A rede externa deve ser acionada para monitorar a continuidade do tratamento.

Contato com familiares

O NAAP pode entrar em contato com familiares para investigar a queixa e possíveis sintomas, com a devida permissão do discente. O contato deve ser respeitoso e sigiloso.

Abordagem interdisciplinar

A abordagem interdisciplinar do NAAP envolve psicólogos, psicopedagogos, pedagogos, coordenadores e docentes. As equipes trabalham em conjunto para promover o apoio psicopedagógico de forma integrada e eficaz.

Sigilo e ética

Todos os atendimentos realizados pelo NAAP são pautados pelo sigilo e ética profissional, respeitando a privacidade dos discentes e as normas estabelecidas pelos conselhos profissionais competentes.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

O NAAP realiza a avaliação contínua dos atendimentos, através de feedback dos discentes e supervisão de casos, para garantir a qualidade e eficácia do apoio psicopedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta política é revisada periodicamente, conforme necessário, para atender às demandas da comunidade acadêmica e aprimorar as práticas do NAAP.

Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação do NAAP em conjunto com a Diretoria da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais.

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE PERMANÊNCIA DISCENTE

ANA PAULA LIMA DE ALMEIDA AMORIM
CRISTIANE RODRIGUES CORREA
MARCIA TORRESAN DELAMAIN
MARIANA RIBEIRO VOLPINI LANA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Política Institucional de Permanência Discente é um documento elaborado pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos que orientem as ações e práticas relacionadas à permanência dos discentes. Este documento reflete o compromisso da instituição com a visão, missão e valores institucionais, promovendo um ambiente acolhedor e de suporte para todos os estudantes.

A elaboração desta política surge da necessidade de atender às demandas da comunidade acadêmica com vistas a favorecer o acesso e a permanência dos alunos na FCMMG até a conclusão de sua graduação.

É fundamental ressaltar que esta Política é parte integrante do compromisso da FCMMG com a excelência acadêmica, a integridade institucional e o bem-estar de todos os membros da comunidade acadêmica.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

A Política Institucional de Permanência Discente é crucial para apoiar os estudantes em sua jornada acadêmica. Ela tem como objetivo minimizar a evasão e favorecer a retenção, garantindo que todos os alunos recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento. Além disso, busca assegurar a integridade, transparência e eficácia das práticas relacionadas às soluções para enfrentar a desistência discente.

Objetivos Específicos

- Disponibilizar serviços de apoio psicológico e psicopedagógico para auxiliar os estudantes em suas demandas emocionais e acadêmicas, contribuindo para seu bem-estar e desempenho.
- Promover ações que valorizem a diversidade e a inclusão, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas características pessoais ou sociais, sintam-se respeitados e apoiados.
- Assegurar que os estudantes tenham fácil acesso a todos os recursos e serviços oferecidos pela instituição, incluindo bibliotecas, laboratórios e atividades extracurriculares.
- Assegurar que os estudantes tenham fácil acesso às informações relacionadas à concessão de auxílios, bolsas e fornecimento de serviços

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A Política Institucional de Permanência Discente tem como público-alvo os alunos dos cursos ofertados pela Faculdade, havendo o envolvimento de toda a comunidade acadêmica, por meio da atuação de seus diversos setores.

CONDIÇÕES

A implementação da política de acolhimento e permanência requer ações de assistência, equipe de profissionais (docentes, coordenadores de curso, psicólogos, gestores dos setores de apoio ao discente, entre outros, infraestrutura adequada (espaços de estudo, bibliotecas, laboratórios, salas de convivência e áreas de lazer) e monitoramento eficaz.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

Os procedimentos desta política fornecem orientações claras sobre como as disposições que deverão ser colocadas em prática como apoio continuado por meio de serviços de apoio e suporte ao discente e implementação de mecanismos de avaliação contínua das ações e dos programas de permanência discente.

Apoio Psicopedagógico

O Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico–NAAP, da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, configura-se um setor interdisciplinar com o objetivo de fornecer apoio psicopedagógico aos discentes visando qualidade no processo educativo e garantir a acessibilidade na instituição de acordo com a legislação vigente. No que se refere ao Apoio Psicopedagógico o NAAP atua na prevenção, intervenção e posvenção diante dos impasses e dificuldades pedagógicas e psicológicas vivenciadas pelos discentes da FCMMG.

O NAAP tem como atribuição básica fornecer aos discentes o apoio psicopedagógico institucional e orientar o corpo docente, colaboradores dos setores administrativos, visando melhoria do processo de ensino-aprendizagem e do sofrimento psíquico.

Os atendimentos realizados pelo NAAP visam a promover a qualidade no processo educativo, a partir da abordagem clínica e pedagógica nas diversas formas de manifestação do mal-estar. Caso o discente esteja no internato rural, ou na prática de estágios que não tenha presença na Faculdade, os atendimentos poderão acontecer em formato online. Outros casos discutidos em supervisão também poderão ser atendidos on-line. O atendimento on-line deve ser realizado pela Plataforma Institucional. Os atendimentos são pautados a partir da demanda ou queixa apresentada pelo discente e será trabalhada em até no máximo 5 encontros. No entanto, diante de uma nova queixa ou problema, ele deverá retornar ao NAAP. Já os casos considerados de monitoramento de risco (discentes que já tem um histórico de tentativa de suicídio) e monitoramento de atenção (casos com ideação suicida e/ou discurso desesperançoso) podem ultrapassar os 5 atendimentos, até adesão ao tratamento externo e/ou apresentar melhora do quadro apresentado.

Programa de Nivelamento

O Programa de Nivelamento tem por objetivo possibilitar revisão dos conceitos básicos, reduzindo os problemas de evasão ou reprovação nas primeiras séries do curso e possibilitar o aprimoramento e ampliação de seus conhecimentos/habilidades para a profissionalização em saúde. Este programa tem como público-alvo alunos ingressantes nos cursos ofertados pela FCMMG, como oportunidade de retomada dos estudos a partir de temas relevantes trabalhados no ensino médio e que serão importantes na condução dos objetos de conhecimento do curso superior em saúde.

O programa de Nivelamento é gratuito, apresentando carga horária de 10 horas nas disciplinas básicas, a saber; Língua Portuguesa, Biologia. Os alunos possuem acesso ao material através do ambiente virtual de aprendizagem. Os certificados dos cursos são emitidos pelo Setor de Pesquisa.

Central de Relacionamento Acadêmico

A Central de Relacionamento Acadêmico visa atender o aluno da FCMMG com mais agilidade por meio de telefone ou chat. O aluno contará com equipe especializada de consultores que irão acolher suas necessidades e acompanhar sua demanda desde o início, oferecendo soluções integradas.

Programa de Bolsas de Iniciação Científica

Os projetos de iniciação científica podem ser desenvolvidos com bolsas que contam com recursos institucionais sendo elas PROBIC, PROBIC-INNOVA

Os projetos de iniciação científica podem ser desenvolvidos em programas com bolsas oferecidas pelas instituições não governamentais parceiras da FCMMG ou com bolsas de órgãos governamentais de fomento e desenvolvimento da pesquisa e inovação como, por exemplo, o Programa de Apoio à Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC).

O processo seletivo ocorre por meio de editais específicos, lançados semestralmente pelo setor, amplamente divulgados para os alunos e docentes da FCMMG.

Programa de Bolsas de Monitoria

O processo seletivo para monitores das disciplinas dos cursos de graduação da FCMMG poderá ocorrer em 1 ou 2 etapas. Quando realizado em 2 (duas) etapas, considera na 1ª etapa a nota obtida na disciplina correspondente à inscrição no processo seletivo e na 2ª etapa acontecerá através de prova prática a ser realizada presencialmente no dia, horário e local descritos no edital. O processo seletivo será realizado em etapa única através da nota obtida na disciplina na disciplina correspondente à inscrição no processo seletivo.

Quando da aprovação do candidato no Processo Seletivo de Monitoria do semestre letivo, este deverá exercer as atividades de monitoria relacionadas à disciplina no qual foi aprovado, conforme definidas na descrição/requisitos do Edital. O monitor aprovado como remunerado terá os pagamentos efetuados por meio da concessão de desconto na mensalidade do curso em até 5 parcelas.

Programa de Bolsas e Financiamentos

O Conselho Diretor da Fundação Educacional Lucas Machado – Feluma, no uso de suas atribuições, normatizou a Política de concessão de benefícios para seus cursos de Graduação e Pós-Graduação da FCMMG.

Programa Universidade Para Todos (PROUNI): a Instituição aderiu ao programa, sendo concedidas bolsas de estudo integral para todos os cursos de graduação na proporção exigida pelo Programa e de acordo com o estabelecido nas normas aplicáveis.

Os descontos institucionais englobam: 1) Colaborador; 2) Descendente; 3) Irmãos; 4) Egresso, com bolsas que variam de 10 a 100% de desconto no valor da mensalidade, que deverá ser pleiteado no setor do Serviço Social, mediante apresentação da documentação pertinente.

A FCMMG estabeleceu parcerias que deverão respeitar os termos firmados nos contratos para sua concessão, sendo elas: 1) Conselho Regional de Enfermagem (COREN): desconto 40% (quarenta por cento) nas mensalidades do curso de Enfermagem; 2) Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG): desconto definido internamente pela FHEMIG nas mensalidades dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Psicologia; 3) Fundação José Fernandes de Araújo (FJFA): desconto 50% (cinquenta por cento) nas mensalidades do curso de Enfermagem, Fisioterapia e Psicologia; 4) Unimed-BH: desconto de 15% (quinze por cento) nas mensalidades dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Psicologia para os(as) colaboradores(as), estagiários(as) e médicos(as) cooperados(as) da Unimed-BH, extensivo aos(as) filhos(as) e cônjuges dos(as) beneficiários(as). O desconto deverá ser pleiteado no setor do Serviço Social, mediante apresentação da documentação pertinente.

Programa de Bolsas de Extensão

O Setor de Pesquisa e Extensão lança editais para a avaliação de Projetos de Extensão. Tais editais procuram estimular o desenvolvimento de projetos de extensão planejados com a participação de discentes da Instituição, em parceria com a comunidade, de modo interdisciplinar e indissociável ao tripé pesquisa, ensino e extensão. Por meio de edital específico, é realizada a seleção semestral, portanto, duas entradas anuais de acadêmicos bolsistas e voluntários para a participação nos projetos. Cada projeto de extensão selecionado conta com bolsas para os acadêmicos oferecidas semestralmente.

Para garantir a interdisciplinaridade, marca das atividades extensionistas da FCMMG, são oportunizadas vagas para bolsistas distribuídas entre os cursos de graduação de modo a garantir uma abordagem colaborativa e interconectada nos projetos.

Acesso a Infraestrutura Tecnológica

O setor de Recursos Didáticos disponibiliza empréstimos de *tablets*, *notebooks*, *flipchart*, caixas de som, microfones, suportes de banner e projetores multimídia para os alunos da FCMMG. Todos os espaços físicos da IES possuem rede Wi-Fi de alta velocidade, com livre acesso para ser utilizada por toda a comunidade acadêmica.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A avaliação e o acompanhamento desta política são fundamentais para garantir sua efetividade e relevância:

- Desenvolvimento de indicadores para medir o progresso.
- Realização de avaliações periódicas da política e atualização.
- Condução de pesquisas com a comunidade acadêmica, incluindo a autoavaliação institucional.
- Estabelecimento de mecanismos formais de revisão da política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição de ensino superior constitui-se um elemento importante a ser considerado na tomada de decisão para tratativas acerca da evasão de alunos. Assim, espera-se que uma tratativa assertiva produza um número maior de estudantes que finalizem com sucesso o seu curso escolhido.

POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

ANA PAULA LIMA DE ALMEIDA AMORIM
JULIANA DE FATIMA PINHEIRO
MARIANA RIBEIRO VOLPINI LANA
RODRIGO MOREIRA FALEIRO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Política de Egressos, estabelecida pela FCMMG, tem como objetivo principal criar e implementar uma série de medidas que promovam a proximidade e a continuidade do vínculo entre os graduados e pós-graduados e a instituição. Além disso, busca-se também proporcionar um ambiente acolhedor para o retorno dos egressos à instituição.

Considera-se como egresso todo o discente que tendo cumprido os requisitos curriculares obrigatórios em cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela instituição, tendo obtido o certificado de conclusão do curso.

É importante ressaltar que o egresso representa o produto das ações educacionais e, em decorrência, é a referência da instituição, como também, importante suporte à comunidade acadêmica na medida em que estabelece um elo entre a instituição e a realidade social de aplicação dos conhecimentos.

O acompanhamento dos egressos, conforme estabelecido nessa política, tem como finalidade a participação ativa desses indivíduos na governança institucional, por meio da avaliação contínua dos cursos oferecidos pela instituição. Essa participação contribui significativamente para o aprimoramento da formação oferecida pela FCMMG e para o desenvolvimento da educação continuada, garantindo que a instituição permaneça alinhada com as demandas da sociedade e as necessidades do mercado.

Dessa forma, a Política de Acompanhamento de Egressos da FCMMG não apenas fortalece os laços entre a instituição e seus ex-alunos, mas também promove a excelência educacional e o constante aprimoramento dos cursos oferecidos.

OBJETIVOS

Objetivos gerais

A Política de Acompanhamento e Acolhimento dos Egressos do corpo discente da FCMMG terá como finalidade aproximar, integrar e inserir os formados pela Instituição, no processo de avaliação contínua dos cursos, com vistas ao aprimoramento dos processos de educacionais e reforço da sustentabilidade e responsabilidade social da instituição.

Objetivos específicos

- Promover interação e relacionamento dos egressos com a comunidade acadêmica e entre os colegas da mesma turma, como também de outras turmas e cursos, estreitando os vínculos institucionais e fomentando a troca de conhecimentos e saberes;
- Construir, a partir do cadastro do egresso, um banco de dados com informações que possibilitem manter uma comunicação permanente e estreitar o vínculo institucional;
- Mapear a situação funcional do egresso, por meio do acompanhamento e análise de sua trajetória profissional em consonância a sua formação acadêmica, de modo a subsidiar proposição de ações que contribuam na inserção e na manutenção no mercado de trabalho;
- Examinar o desenvolvimento profissional dos egressos, com vistas a identificar as demandas do mercado de trabalho, bem como, demandas de formação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.
- Construir indicadores, a partir das informações colhidas em cadastro, subsidiando a avaliação do desempenho institucional, a apreciação da qualidade dos cursos ofertados e da influência dessa no mercado de trabalho e na sociedade;
- Contribuir no programa contínuo de avaliação institucional e dos cursos com vistas a auxiliar a revisão e a adequação curricular, ao planejamento e as ações de melhoria contínua da formação profissional e, mesmo, de novos cursos;
- Desenvolver ações que estimulem a continuidade e aprimoramento de sua formação profissional na Instituição.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A Política de Acompanhamento do Egresso da Faculdade de Ciências Médicas de MG (FCMMG) inclui todos os alunos que tenham completado com sucesso os requisitos curriculares obrigatórios em cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela instituição, e que tenham obtido o certificado de conclusão do curso. Isso engloba tanto os graduados quanto os pós-graduados, abarcando diferentes níveis de formação acadêmica. Além disso, se aplica a todos os setores acadêmicos e administrativos que possuem envolvimento direto e indireto com egresso da instituição.

CONDIÇÕES

A implementação da Política de Acompanhamento do Egresso da Faculdade de Ciências Médicas de MG (FCMMG), é apoiada pelo comprometimento institucional, definição de objetivos claros, estrutura organizacional adequada, disponibilização de recursos e ferramentas apropriados, comunicação eficaz, estratégias de engajamento dos egressos desde o início, avaliações contínuas de modo a permitir aprimoramentos contínuos, garantindo assim um acompanhamento robusto e eficiente que promova o engajamento dos ex-alunos, contribua para o aprimoramento institucional e apoie o desenvolvimento profissional e pessoal dos egressos.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

Mecanismos de acompanhamento e acolhimento dos egressos

Para fins de execução dessa política serão criados e implantados os mecanismos para o desenvolvimento das ações propostas

Núcleo de Egressos da FCMMG

O Núcleo de Egressos da FCMMG se constituirá no elo de articulação, sendo um canal permanente e ativo de comunicação da Instituição com os egressos, e de participação desses na instituição, conforme detalhado em documento específico.

Caberá ao Núcleo de Egressos da FCMMG a coordenação das ações de acompanhamento, ordenando e organizando o plano operacional dessa política no macroprocesso constituído por todos os setores administrativos e institucionais com intervenções voltadas aos egressos.

Parágrafo único. São considerados setores institucionais estratégicos para funcionamento dessa política: o controle acadêmico, no fornecimento da listagem de recém-egressos, imediatamente à colação de grau dos formados; a Tecnologia da informação, na implantação e atualização do sistema às necessidades emergentes; a Comunicação, na criação do portal do egresso, na alimentação desse espaço virtual e na divulgação nas redes sociais da Instituição auxiliando no relacionamento com os destinatários.

O Núcleo de Egressos, instância executora dessa política trabalhará em estreita relação com a Diretoria da FCMMG e com os gestores da administração acadêmica: Núcleo de Desenvolvimento Estruturante (NDE), Núcleo de Desenvolvimento Docente (NDD) e Colegiados de Cursos, fornecendo subsídios à avaliação e à tomada de decisão relacionadas ao aprimoramento dos cursos ofertados.

O Núcleo de Egressos participará dos trabalhos de avaliação institucional, enviando anualmente o relatório das atividades e os resultados de suas ações aos gestores administrativos, incluindo a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A Coordenação do Núcleo de Egressos será designada pelos gestores da administração acadêmica e do conselho diretor da instituição mantenedora.

Cadastramento do egresso

O cadastramento e atualização de dados serão realizados por meio de questionário eletrônico enviado por e-mail aos egressos da graduação e pós-graduação, listados pelos setores de controle acadêmico da FCMMG.

O questionário preenchido conterá um link direto e permanente com o Núcleo de Egressos da Faculdade FCMMG que coordenará a implantação e o desenvolvimento dessa política de acompanhamento de egressos.

O instrumento de cadastro também ficará disponível no Portal do Egresso para preenchimento pelo formado, a qualquer tempo, que se interesse em participar do Núcleo de Egressos.

O instrumento de coleta de dados, questionário, abordará informações que possibilitarão configurar:

- Perfil do egresso
- Atuação no ambiente profissional
- Percepção em relação ao percurso acadêmico do egresso na IES

Portal do Egresso

No estabelecimento da comunicação e relacionamento com os egressos, o Portal se constituirá no instrumento e veículo de contato com a instituição e com a comunidade acadêmica, de disseminação da informação, de troca de conhecimento e saberes

O Portal se constituirá de 2 (dois) campos específicos, sendo um destinado ao acesso pelos egressos da graduação e outro aos da pós-graduação.

Parágrafo único. Em cada um dos campos específicos terá áreas de acesso restrito e outras de acesso compartilhado entre egressos das duas modalidades de formação, além de consulta pelo público.

A consolidação do Portal do Egresso como espaço de acolhimento, de diálogo e de inter-relacionamento terá os objetivos de:

- Promover a integração à comunidade acadêmica com a divulgação de eventos acadêmicos, científicos, culturais e sociais que possam ser de interesse profissional aos egressos e, ainda, as atualidades nos campos de conhecimento e formação;
- Proporcionar um espaço virtual de socialização entre os egressos e desses com a comunidade acadêmica, com vistas a valorização profissional, a discussão de temas relevantes e de interesse comum;
- Divulgar a política de benefícios oferecida aos egressos, caracterizada por descontos: em eventos acadêmicos e sociais, bem como, em cursos de complementação ou de formação profissional continuada na instituição; na aquisição de produtos fornecidos por instituições parceiras, p. ex. jalecos, instrumentos de trabalho, livros, etc. (em estudo); no custo da alimentação realizada no restaurante localizado na instituição; na locação de espaços físicos da instituição, salas e auditórios, para realização

de seminários, simpósios e cursos pelos egressos (a definir as normas); além do, acesso a espaços da instituição e ao acervo físico da biblioteca da FCMMG e com plataforma lattes;

- Divulgar oportunidades abertas ao trabalho profissional fomentando a inserção no mercado de trabalho e empregabilidade aos egressos
- Estimular a atualização e continuidade da formação profissional, divulgando as oportunidades de complementação profissional e a oferta de cursos de pós-graduação na instituição;
- Construir os indicadores para fornecer subsídios à avaliação continuada dos projetos pedagógicos da graduação e pós-graduação, com base no instrumento de coleta de dados dos egressos, intentando o aprimoramento da formação.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Para garantir a execução eficaz da Política de Acompanhamento do Egresso da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG), serão criados e implantados mecanismos específicos:

- Núcleo de Egressos da FCMMG: Este núcleo será o principal canal de comunicação entre a instituição e os egressos, coordenando as ações de acompanhamento e facilitando a integração dos ex-alunos com a FCMMG. Ele colaborará estreitamente com setores estratégicos como o controle acadêmico, tecnologia da informação e comunicação, além de fornecer subsídios para avaliação institucional.
- Cadastro do Egresso: Será realizado por meio de questionários eletrônicos enviados aos egressos pela FCMMG, com link direto para o Núcleo de Egressos. O questionário abordará informações relevantes sobre o perfil, atuação profissional e percepção do percurso acadêmico do egresso na instituição.
- Portal do Egresso: Este portal servirá como um ponto central de comunicação e relacionamento entre a instituição e os egressos, dividido em seções para graduados e pós-graduados. Suas principais funções incluem a divulgação de eventos acadêmicos e profissionais, espaços para socialização e discussão, informações sobre benefícios oferecidos aos egressos, oportunidades de emprego, cursos de atualização e pós-graduação, além de fornecer indicadores para avaliação contínua dos cursos oferecidos pela FCMMG.

Esses mecanismos serão fundamentais para garantir a efetiva implementação da política de acompanhamento do egresso, promovendo a integração dos ex-alunos com a instituição, oferecendo suporte ao desenvolvimento profissional e contribuindo para o aprimoramento contínuo dos cursos da FCMMG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Acompanhamento e acolhimento de Egressos FCMMG está alinhado com o seu PDI, as diretrizes do MEC e do Sistema Nacional de Avaliação das Instituições de Ensino Superior.

Como processo de construção permanente, será alvo de revisão periódica podendo implantar outras ações, não contempladas nesse documento, que sejam do interesse das partes envolvidas, gestores administrativos e egressos.

PESQUISA E INOVAÇÃO

POLÍTICA EDITORIAL

DEBORA LUCCIOLA COELHO
FABIOLA GOMES TEREZI GONÇALVES
MARCELA UNES PEREIRA RENNO
PAULO ROBERTO RODRIGUES MACHADO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Editora Universitária Ciências Médicas de Minas Gerais no uso de suas atribuições, considerando a decisão da Alta Direção da Fundação Educacional Lucas Machado, DETERMINA:

Fica instituída a Política Editorial da EDITORA UNIVERSITÁRIA FCMMG, da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais.

A EDITORA UNIVERSITÁRIA FCMMG, tem por regra a publicação somente de obras cuja autoria, coordenação ou supervisão sejam oriundas de membros do corpo docente e/ou equivalentes da Instituição e demais Institutos Feluma.

Para obras cuja a autoria, coordenação e supervisão sejam provenientes de fontes externas à Instituição e demais Institutos Feluma, o projeto será enviado para apreciação e possível aprovação da Alta Direção Feluma.

OBJETIVOS

São objetivos da Política Editorial EDITORA UNIVERSITÁRIA FCMMG:

- Viabilizar publicações de interesse da comunidade universitária, que garantam a expressão, promoção, integração e intercâmbio de conhecimentos entre a comunidade acadêmica;
- Orientar e promover a edição de obras que disseminem o conhecimento técnico científico, artístico culturais, recursos didáticos pedagógicos;
- Apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão em consonância com a política geral EDITORA UNIVERSITÁRIA FCMMG;

- Divulgar o conhecimento técnico e científico produzido pela comunidade acadêmica;
- Divulgar a produção artística cultural, por meio da publicação de obras bibliográficas;
- Definir as linhas editoriais e critérios para a publicação das obras;
- Garantir caráter público e institucional das publicações.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

Toda a publicação impressa, de acordo com as capacidades técnicas da EDITORA UNIVERSITÁRIA FCMMG poderá ser disponibilizada em meio eletrônico, a partir dos interesses da Editora, autores e Instituição.

As publicações da EDITORA UNIVERSITÁRIA FCMMG atenderão às seguintes linhas editoriais:

- Técnico-científica;
- Didático-pedagógicos;
- Histórico-comemorativa.

A linha editorial técnico-científica destina-se à divulgação de obras de conhecimento especializado e sistematizado de interesse acadêmico.

A linha editorial de recursos didático pedagógicos será voltada ao apoio às atividades de ensino, nos níveis de ensino de graduação e pós-graduação.

A linha editorial histórico-comemorativa destina-se à publicação de obras vinculadas diretamente à preservação do patrimônio e memória institucional da Fundação Educacional Lucas Machado e seus respectivos institutos.

As propostas encaminhadas à Editora serão submetidas ao parecer e voto do Conselho Editorial, para verificação da adequação aos objetivos da Política Editorial da EDITORA UNIVERSITÁRIA FCMMG, do mérito e adequação às linhas de atuação do autor ou organizador da obra.

As avaliações elaboradas por comissão científica quando solicitadas pela coordenação da Editora, serão categorizadas da seguinte maneira: I. Aprovado; II. Aprovado com alterações; III. Reprovado.

CONDIÇÕES

As propostas deverão ser encaminhadas conforme as instruções e procedimentos constantes no manual de publicação na homepage da editora EDITORA UNIVERSITÁRIA FCMMG.

A submissão de propostas de publicação à EDITORA FCMMG são enviadas via e-mail e/ou através da aba “publique seu livro” na homepage da Editora para análise, contato e possível publicação.

Todas as propostas de publicação, edição, reedição, tradução e coedição, submetidas à EDITORA UNIVERSITÁRIA FCMMG necessitam de aprovação do Conselho Editorial.

As obras só serão publicadas após assinatura de contrato com o(s) autor(es) cedendo os direitos autorais da obra, para a EDITORA UNIVERSITÁRIA FCMMG.

A publicação de obras em coedição ou sob a forma de tradução, só será permitida após assinatura de convênio ou contrato, conforme o caso.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

A EDITORA UNIVERSITÁRIA FCMMG responsabilizar-se-á pela editoração, revisão ortogramatical, diagramação e impressão das obras a ela submetidas. Permitindo ao autor se responsabilizar por alguma das etapas de editoração, revisão ortogramatical, diagramação e/ou impressão, a seu critério.

Ao autor será atribuída a responsabilidade sobre a elaboração intelectual e originalidade da obra, às citações de textos, ilustrações e tabelas, bem como as respectivas referências existentes no original entregue à Editora.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Todos os processos da produção editorial são monitorados e avaliados semestralmente e/ou quando necessário, seguindo as premissas de avaliação e acompanhamento da Qualidade com base na Norma ISO 9001 com base nos seguintes indicadores:

- Quantidade de obras produzidas no período;
- Quantidade de participação de docentes na produção das obras;
- Nível de satisfação do cliente;
- Adesão aos processos da Qualidade;

A estrutura dos processos está contemplada em documentos institucionais a saber:

- Procedimento Operacional Padrão (POP);
- Procedimento Sistêmico (PRS);
- Matriz de Risco;
- Mapa de Processos;
- Inspeção de recebimento de serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Editora disponibilizará ao menos três exemplares de cada obra por ela publicada, à Biblioteca Universitária da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais.

A Editora responsabilizar-se-á pelo depósito legal das publicações, na Biblioteca Nacional, em obediência a Lei 10.994 / 2004.

Os casos omissos nesta Resolução serão analisados pelo Conselho Editorial da EDITORA FCMMG e submetidos à Direção da Faculdade Ciências Médicas, quando couber.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

POLÍTICA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ANTÔNIO PEIXOTO DE LUCENA CUNHA
JOSÉ FELIPPE PINHO DA SILVA
LARISSA TAVARES AGUIAR
LETÍCIA LEMOS JARDIM

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Política Institucional de Iniciação científica é um documento elaborado pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos que orientem as ações e práticas relacionadas à iniciação científica. Este documento reflete o propósito da Feluma e todos institutos de “Fazer a saúde acontecer”. Além disso, está alinhado com a missão da Feluma e todos seus institutos de “Impulsionar o desenvolvimento social e a qualidade de vida por meio da educação, saúde, cultura, ciência, inovação e tecnologia” e com a visão da FCMMG de “Consolidar-se nacionalmente e internacionalmente como uma escola de excelência na formação de profissionais de saúde, conectados às demandas da sociedade”.

As atividades de iniciação científica vão além do aprofundamento teórico e do desenvolvimento de habilidades técnicas, contribuindo para o crescimento intelectual, cultural, moral e ético do aluno. Assim, ao participar de projetos de pesquisa, o estudante exerce sua criatividade, constrói um raciocínio crítico, articula teoria e prática estimulando a busca por soluções para problemas do cotidiano. A FCMMG materializa seu compromisso com o desenvolvimento do conhecimento e avanço da ciência por diversos meios, o que inclui o fomento à pesquisa com um programa de bolsas de iniciação científica que se destaca pela sua grandiosidade e toda estrutura institucional de apoio à sua realização, que garantem a qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

O programa de iniciação científica da FCMMG conta com bolsas oferecidas em editais cuidadosamente construídos e distribuídos ao longo do ano letivo, que oferecem aos alunos regularmente matriculados oportunidades que vão além do iniciar científico, mas contribuem para sua formação integral. Por isso, os editais contemplam e valorizam iniciativas nas mais variadas áreas do saber ligadas às atividades dos cursos de graduação oferecidos pela instituição. Além disso, os editais específicos para projetos associados ao curso de mestrado colocam nossos alunos da graduação em contato com atividades científicas que estão além da vanguarda.

Atualmente, das bolsas de iniciação científica oferecidas, bolsas são financiadas com recursos próprios da instituição por meio de repasse de sua mantenedora Feluma, com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais FAPEMIG e outras por meio de um convênio com o Hospital Felício Rocho. Além do número expressivo de bolsas, continuamente monitorado e apoiado por uma equipe de professores dedicados a publicação de trabalhos científicos, estatístico e revisor de textos em língua inglesa com a finalidade de atender as demandas do nosso público acadêmico da FCMMG. Não obstante a esse apoio, a gestão e fomento das pesquisas são baseados em indicadores de qualidade de modo a otimizar os recursos para suas atividades fins

OBJETIVOS

Objetivo geral

Promover e incentivar a participação de estudantes de graduação em atividades de pesquisa, visando contribuir para o desenvolvimento do pensamento científico, da capacidade investigativa e do interesse pela pesquisa desde as etapas iniciais da formação acadêmica. Isso é feito por meio da concessão de bolsas, oferta de orientação por parte de professores e oportunidades de participação em projetos de pesquisa, estimulando assim o envolvimento dos estudantes com a produção de conhecimento científico e tecnológico.

Objetivos específicos

- Despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais dos discentes para sua participação efetiva em projetos científicos e culturais;
- Proporcionar o domínio da metodologia científica, estimulando o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade, visando formar profissionais aptos a buscar soluções inovadoras em saúde;
- Oferecer aos acadêmicos, desde os primeiros anos do curso, experiência do método científico com oportunidades para o desenvolvimento de projetos com relevância científica e social;
- Contribuir para o aumento da produção acadêmica de grande relevância científica;
- Incentivar o envolvimento de acadêmicos de graduação em pesquisas científicas, por meio da concessão de bolsas de iniciação científica (IC), cujos objetivos são estimular o desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica, tecnológica e à inovação;
- Apoiar a participação de docentes e discentes em congressos realizados fora do país, patrocinados por entidades científicas/acadêmicas;
- Buscar parcerias que proporcionem oportunidades a docentes e discentes para o desenvolvimento e/ou inovação de tecnologia, produto, processos e serviços;
- Estimular o desenvolvimento do pensamento analítico, do senso crítico e da criatividade dos acadêmicos a partir das condições criadas pelo confronto direto com os problemas cotidianos na área da saúde, com foco na promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A política de iniciação científica na Faculdade de Ciências Médicas abrange uma variedade de áreas e instituições, visando promover o desenvolvimento da pesquisa desde o nível de graduação até os cursos *stricto sensu* e institutos especializados, como o Instituto Feleuma. Essa abordagem ampla e integrada visa fomentar uma cultura de investigação científica em todos os níveis de ensino e pesquisa dentro da instituição.

Nos cursos de graduação da Faculdade de Ciências Médicas, a política de iniciação científica oferece oportunidades para os alunos se envolverem em projetos de pesquisa desde os estágios iniciais de sua formação acadêmica. Isso pode incluir participação em projetos de pesquisa liderados por professores, contato com práticas nos laboratórios ou participação em programas específicos de iniciação científica.

Além disso, a política se estende aos cursos *stricto sensu*, onde os estudantes são incentivados a se envolverem em pesquisas originais e contribuir para o avanço do conhecimento em suas respectivas áreas de estudo em conjunto com acadêmicos dos cursos de graduação.

Os Institutos da Feleuma, desempenham um papel fundamental na política de iniciação científica da Faculdade de Ciências Médicas. Ele oferece recursos e infraestrutura para a realização de pesquisas em uma variedade de áreas, desde medicina básica até estudos clínicos e epidemiológicos. Os alunos de graduação e pós-graduação têm a oportunidade de colaborar com pesquisadores em projetos de pesquisa multidisciplinares, enriquecendo sua experiência acadêmica e contribuindo para o avanço da ciência e aprendizagem.

CONDIÇÕES

A instituição demonstra um compromisso sólido em fomentar a pesquisa através de uma variedade de iniciativas. Isso inclui a implementação de programas de bolsas próprios, destinados a apoiar estudantes em suas atividades de iniciação científica, garantindo assim o acesso equitativo a oportunidades de pesquisa. Além disso, a instituição busca parcerias estratégicas com organizações externas e investe em infraestrutura de pesquisa e administração para fornecer o suporte necessário aos projetos de pesquisa. Esse empenho institucional visa promover uma cultura de pesquisa vibrante e estimulante, capacitando estudantes e pesquisadores a contribuir significativamente para o avanço do conhecimento em suas respectivas áreas de estudo.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

Monitoramento Constante e Adequação de Temáticas:

- Realizar um monitoramento constante dos resultados e indicadores para permitir a adequação das oportunidades e direcionamentos dos editais para temáticas de impacto na sociedade.

Lançamento de Editais:

- Lançar editais durante todo o ano de diversas modalidades que englobam a participação discente por meio da idealização e submissão de projetos.

Diversas Modalidades de Participação Discente:

- Modalidade em que o discente se candidata a projetos já em andamento.
- Modalidade em parceria com hospitais parceiros.
- Modalidade dedicada à inovação.
- Modalidade fomentada pela agência de fomento FAPEMIG.
- Modalidade realizada em conjunto com o *stricto sensu*.
- Modalidade dedicada a linhas de cuidados do SUS, entre outras.

Incentivo a Parcerias:

- Incentivar a formação de parcerias estratégicas com instituições de ensino, hospitais, empresas e outras entidades, visando ampliar as oportunidades de pesquisa e promover a troca de conhecimento e experiência.

Internacionalização:

- Promover a internacionalização dos projetos, incentivando a participação em congressos e eventos científicos internacionais, bem como o estabelecimento de colaborações com instituições estrangeiras.

Projetos Dedicados a Temas Sensíveis ao SUS:

- Estimular a realização de projetos dedicados a temas sensíveis ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando contribuir para a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços de saúde pública.

Manutenção de Estrutura de Apoio à Iniciação Científica:

- Garantir a manutenção de uma estrutura de apoio à iniciação científica, com corpo docente e administrativo dedicados, que ofereçam serviços voltados para otimizar a qualidade das publicações.
- Oferecer suporte e orientação aos discentes em todas as etapas do processo de pesquisa, desde a elaboração do projeto até a publicação dos resultados.

Manutenção e desenvolvimento das Revistas Próprias para Difusão do Conhecimento:

- Manter revistas científicas próprias, cujo objetivo seja a difusão dos conhecimentos obtidos por meio dos trabalhos de iniciação científica.

- Estimular a submissão de artigos pelos discentes, proporcionando uma oportunidade para que compartilhem suas descobertas e contribuam para o avanço do conhecimento científico em suas áreas de atuação.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A tramitação das pesquisas, o acompanhamento e avaliação das suas atividades obedecerão, obrigatoriamente, às normas do setor de Pesquisa e Extensão, aos itens presentes nos editais divulgados para a seleção dos bolsistas e as normas das agências de fomento (se houver). O acompanhamento de todas as pesquisas de iniciação científica vinculadas ao Setor de Pesquisa e Extensão será realizado pelos monitores do setor e pelos professores. Para o acompanhamento dos projetos aprovados serão realizadas reuniões individuais entre monitor e cada acadêmico bolsista. Nestas reuniões será preenchido um formulário padrão de acompanhamento, e o aluno deverá confirmar por e-mail as informações descritas no relatório em um prazo de cinco dias úteis. Posteriormente, os formulários preenchidos e o andamento da pesquisa serão avaliados pelo professor responsável pelas atividades de pesquisa. Em caso de andamento divergente da norma do respectivo edital o monitor irá contactar o professor orientador e os professores referência do Setor de Pesquisa e Extensão para a devida resolução. No caso do PIBIC–FAPEMIG o acompanhamento é realizado mensalmente pelos monitores do Setor de Pesquisa e Extensão seguido da compilação das informações pelos professores dedicados ao acompanhamento das atividades dos programas de iniciação científica. Esta checagem permite o cumprimento do teste de frequência do aluno, realizado via plataforma Everest. Em caso de identificação de problemas na execução do projeto, o professor responsável pelas atividades de pesquisa entrará em contato com o bolsista e o orientador para prestação de esclarecimentos. Fica a critério do Setor de Pesquisa e Extensão julgar cada caso individualmente, podendo acarretar advertência verbal, suspensão da bolsa ou cancelamento do projeto com devolução integral da bolsa.

Ao final do período de execução do projeto de pesquisa, o acadêmico bolsista deverá entregar, para o setor de Pesquisa e Extensão, relatório final, elaborado conforme as recomendações para elaboração do relatório final de pesquisa. O relatório será avaliado pelo professor responsável pelas atividades de pesquisa do setor de Pesquisa e Extensão, o qual julgará a adequação do relatório para o recebimento da certificação.

Os bolsistas de projetos de iniciação científica deverão obrigatoriamente submeter os resultados da pesquisa para publicação na Revista Interdisciplinar Ciências Médicas (RICM) ou em outra revista científica. O bolsista receberá o certificado somente mediante apresentação do comprovante de submissão em revista científica, que deverá estar anexado ao relatório final. O não cumprimento desse requisito implicará na não certificação da pesquisa.

Todos os bolsistas de projetos de iniciação científica deverão, anualmente, apresentar os resultados (parciais ou finais) de sua pesquisa no Simpósio de Pesquisa e Extensão Acadêmica da FCMMG. Os bolsistas deverão realizar as apresentações em forma de oral e/ou pôster. O bolsista que descumprir as regras previstas no edital e no presente regulamento terá seu projeto cancelado e deverá realizar a devolução integral da bolsa.

Caso o aluno decida por algum motivo (como para assumir outra bolsa) encerrar a iniciação científica antes do prazo final, isso deve ser comunicado formalmente ao Setor de Pesquisa e Extensão. Caso o encerramento da iniciação científica ocorra até o dia 15, o aluno não terá direito ao recebimento da bolsa daquele mês, ou seja, receberá apenas a mensalidade do mês anterior.

Para certificação, os projetos de pesquisa que ocorrem na FCMMG e que não foram contemplados com bolsas pelos editais, também deverão ser registrados no setor de Pesquisa e Extensão, previamente ao início das atividades. Os mesmos deverão apresentar a carta de aprovação emitida pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Os demais critérios exigidos para certificação são os mesmos dos projetos selecionados por edital e incluem o cadastramento do projeto no setor de Pesquisa e Extensão, a presença em reuniões com o monitor responsável pelo projeto, a apresentação do projeto no Simpósio de Pesquisa e Extensão Acadêmica da FCMMG, a elaboração de relatório final e a aprovação do mesmo pelos docentes vinculados à Pesquisa e Extensão.

Além disso, o Setor de Pesquisa e Extensão possui indicadores próprios, tais como: satisfação do cliente externo (alunos); abrangência do programa de iniciação científica; número de trabalhos publicados por ano, que auxiliam na tomada de decisão em relação à política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas bem-sucedidas, como o convênio com o Hospital Felício Rocho, oferecem aos alunos a oportunidade de vivenciar a prática hospitalar de perto. A pesquisa e os programas de iniciação científica representam uma base sólida para o desenvolvimento de inovações em saúde dentro da FCMMG. Para facilitar e impulsionar a inovação e a tecnologia, a Feluma, mantenedora da FCMMG, criou o Instituto de Inovação e Incorporação Tecnológica (IITCM), com o propósito de apoiar empreendedores em ciências da saúde, tanto dentro como fora da comunidade da FCMMG. O Instituto visa gerar, selecionar e fomentar ideias, além de apoiar projetos e estabelecer plataformas de desenvolvimento tecnológico alinhadas aos objetivos de pesquisa e desenvolvimento da FCMMG, criando novos projetos alinhados com a estratégia de inovação a longo prazo.

Para o período de 2022 a 2025, o Instituto de Inovação e Incorporação Tecnológica tem como principal meta lançar atividades de fomento ao empreendedorismo e plataformas de incorporação tecnológica, em colaboração com a comunidade discente e docente. Essas atividades serão pautadas pelos seguintes pilares: multidisciplinaridade, ênfase translacional, integração com outros institutos, fortalecimento dos recursos didáticos, estabelecimento de colaborações e parcerias externas e retorno à sociedade.

Essas atividades visam criar estruturas e procedimentos de apoio ao empreendedor, implementar plataformas de desenvolvimento tecnológico, prospectar novas ideias e parcerias, e integrar academicamente por meio da criação de cursos e outras atividades curriculares.

Para viabilizar a integração dos cursos de graduação com a estrutura de inovação da FCMMG, o Setor de Pesquisa e Extensão lançou o Programa de Bolsas de Iniciação Científica dedicado à inovação (PROBIC-

-INOVA/FCMMG). Este programa busca desenvolver o interesse dos estudantes pela pesquisa científica voltada à inovação, apoiar docentes e discentes no desenvolvimento de tecnologia, produtos, processos e serviços, contribuindo para a formação acadêmica e o desenvolvimento da sociedade.

A integração do programa PROBIC-INOVA com o Instituto de Inovação e Incorporação Tecnológica ocorre por meio de avaliadores Ad hoc do Instituto de Inovação Feluma e instituições parceiras. Além disso, o programa promove a participação em capacitações, eventos e disciplinas conjuntas, visando apresentar aos alunos as oportunidades de negócios para o desenvolvimento de soluções inovadoras em saúde.

No intuito de promover a interação entre alunos e potenciais orientadores, o Instituto de Inovação, em parceria com o Setor de Pesquisa e Extensão, está desenvolvendo um aplicativo que facilita a conexão entre discentes e docentes que compartilham interesses comuns para a realização de pesquisas. Este aplicativo será uma ferramenta essencial para a comunidade acadêmica, proporcionando uma maneira eficaz de identificar possíveis colaboradores e orientadores para projetos de pesquisa, estimulando assim a colaboração e a inovação dentro da instituição.

POLÍTICA DE INCENTIVO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL E ARTÍSTICA

CLAUDIA DE LOURDES SOARES LARANJEIRA
JAIR LEOPOLDO RASO
RAFAEL DUARTE SILVA
RODRIGO SANTANA DUTRA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A produção científica, cultural, artística e tecnológica é um dos principais alicerces para a geração e disseminação do conhecimento, enriquecendo o ensino e contribuindo significativamente para a formação de profissionais na área da saúde. Vivemos em um mundo onde o conhecimento se desenvolve em ritmo acelerado, impulsionado pelos avanços tecnológicos e pelos modernos sistemas de comunicação.

A Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) tem como missão “impulsionar o desenvolvimento social e a qualidade de vida por meio da educação, saúde, ciência e tecnologia”. Uma de suas prioridades é compartilhar o conhecimento produzido dentro da instituição para além de seus muros.

A política de incentivo à produção científica, cultural e artística da FCMMG, juntamente com sua mantenedora, a Feluma, é um reflexo dessa missão e incorpora as diretrizes da Diretoria de Pesquisa e Extensão, Diretoria de Graduação, Diretoria de Pós-Graduação, Teatro Feluma e Instituto de Inovação e Incorporação Tecnológica Feluma. Todos esses setores trabalham em harmonia para criar um ambiente favorável à produção científica, artística e cultural que seja relevante para estudantes, professores e colaboradores, atendendo às expectativas da sociedade.

Esta política é orientada por ações que promovem a produção científica, cultural e artística de maneira alinhada com a missão e visão da instituição. Para isso, inclui elementos fundamentais, como estrutura de suporte e incentivo à produção acadêmica, mecanismos de reconhecimento, colaboração interdisciplinar e estímulo a parcerias com outras instituições. Além disso, há um forte foco na capacitação de estudantes e professores para que possam atuar de forma efetiva nesses processos.

Não menos importante, a política estabelece diretrizes claras de ética e integridade acadêmica, assegura o acesso aberto ao conhecimento e incentiva sua disseminação. Para garantir que essas práticas sejam seguidas e para medir o impacto da política, são implementados mecanismos de avaliação e monitoramento.

Destacam-se algumas práticas inovadoras como o sistema de acompanhamento das publicações docentes que permitiu a criação do comitê científico do curso de medicina e a ampliação do setor de pesquisa e extensão. Além disso, a criação da revista de extensão e educação em saúde viabilizou a publicação de relatos de experiência do internato rural de maneira a ampliar o alcance das publicações da instituição.

O sistema de acompanhamento das publicações docentes permitiu a criação do comitê científico do curso de medicina e a ampliação do setor de pesquisa e extensão, sendo um dos destaques das práticas inovadoras. Junto com isso, a criação da revista de extensão e educação em saúde possibilitou a publicação de relatos de experiência do internato rural, ampliando o alcance das publicações da instituição.

Uma outra prática inovadora também de destaque foi a criação do curso de inovação na área da saúde em parceria com a Skema Business School. Este curso permitiu aos alunos experiências interdisciplinares em negócios na área da saúde, possibilitando que o incentivo às práticas inovadoras pelo Instituto de Inovação e Incorporação Tecnológica Feluma esteja incorporado na política institucional. Esse curso capacitou estudantes em temas como empreendedorismo, inovação e gestão em saúde, proporcionando uma visão mais ampla do setor e contribuindo para o desenvolvimento de soluções inovadoras.

Com essa abordagem abrangente, a FCMMG busca não apenas fomentar a produção científica, cultural e artística, mas também garantir que seu impacto alcance a sociedade como um todo, contribuindo para um desenvolvimento mais justo e sustentável.

OBJETIVOS

Objetivos gerais

Promover a geração e disseminação do conhecimento de forma coerente com a missão da instituição, impulsionando o desenvolvimento social e a qualidade de vida por meio da educação, saúde, ciência e tecnologia.

Objetivos específicos

- Promover a Produção Acadêmica e Cultural: Estimular a geração de conhecimento por meio de atividades científicas, culturais, artísticas e tecnológicas, criando um ambiente favorável para a pesquisa e inovação.
- Garantir Reconhecimento e Incentivos: Estabelecer mecanismos para reconhecer e incentivar estudantes, professores e colaboradores envolvidos na produção acadêmica, oferecendo prêmios, bolsas de estudo e outros benefícios.
- Incentivar Colaboração Interdisciplinar: Incentivar a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento para promover a inovação e criar projetos interdisciplinares com impacto significativo na sociedade.
- Oferecer Suporte Institucional Adequado: Disponibilizar recursos e infraestrutura para apoiar a produção acadêmica, como financiamento, laboratórios, bibliotecas e suporte técnico e administrativo.

- Promover a Ética e a Integridade Acadêmica: Implementar diretrizes claras para garantir práticas éticas e integridade acadêmica, incluindo medidas contra plágio, publicações predatórias, conflitos de interesse e outras formas de má conduta.
- Permitir Acesso Aberto ao Conhecimento: Promover a disseminação do conhecimento por meio do acesso aberto, permitindo que os resultados das pesquisas sejam compartilhados com a sociedade.
- Estabelecer Parcerias e Colaborações Externas: Estimular parcerias com outras instituições, organizações e empresas para expandir as oportunidades de pesquisa e aumentar o alcance das atividades científicas e culturais.
- Oferecer Capacitação e Orientação: Proporcionar oportunidades de treinamento, workshops e mentorias para apoiar o desenvolvimento das habilidades necessárias para a produção acadêmica e cultural.
- Implementar Avaliação e Monitoramento: Criar e aprimorar continuamente os mecanismos para avaliar e monitorar a eficácia da política, garantindo que ela esteja sendo seguida e medindo seu impacto para implementar melhorias quando necessário.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A política de incentivo à produção científica, cultural, artística e tecnológica da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) se estende a toda a comunidade acadêmica, abrangendo tanto discentes quanto docentes dos cursos de graduação e pós-graduação. Além disso, engloba também os institutos vinculados à Feluma, mantenedora da FCMMG, ampliando o alcance das atividades. Essa política visa não apenas fortalecer a produção interna, mas também estabelecer conexões significativas com a sociedade na qual a faculdade está inserida, promovendo o compartilhamento de conhecimento e contribuindo para o desenvolvimento social e cultural.

CONDIÇÕES

Para garantir a efetiva implementação da Política Institucional de Incentivo à Produção Científica, Artística e Cultural, é essencial considerar as seguintes condições:

- Recursos Humanos: É imprescindível assegurar que haja pessoal qualificado e treinado para liderar e executar as atividades relacionadas à política. Para isso, contamos com um setor de pesquisa e extensão que engloba professores dedicados ao apoio às atividades de pesquisa, além de um corpo administrativo que oferece diversos serviços à comunidade acadêmica. Destacamos o apoio ao comitê científico do curso de medicina, auxílio na publicação, suporte estatístico, diagramação, editoração e gestão das revistas.
- Infraestrutura: Providenciamos os recursos materiais e tecnológicos necessários para apoiar a implementação da política. Contamos com o Teatro Feluma e laboratórios destinados à pesquisa, garantindo assim um ambiente propício para o desenvolvimento das atividades científicas, artísticas e culturais. Além disso, a instituição é autorizada para o uso da plataforma RedCap.
- Participação de Parceiros: Estabelecemos parcerias estratégicas com outras instituições, organizações e partes interessadas relevantes que contribuem para o sucesso da política. Destacamos nossas cola-

orações com o Hospital Felício Rocho para a iniciação científica, o Instituto Unimed e a Prefeitura de Belo Horizonte, fortalecendo nossa rede de apoio e ampliando as oportunidades para nossos alunos e colaboradores.

- **Infraestrutura Administrativa:** Asseguramos a existência de processos e estruturas administrativas adequadas para dar suporte à implementação da política. Atualmente, contamos com uma Diretoria de Pesquisa que coordena as atividades do setor de pesquisa e extensão, os laboratórios de pesquisa, os comitês de ética (CEP, CEUA), além do canal técnico com o Núcleo de Ensino e Pesquisa (NEP), que assessoria a produção científica no Hospital Universitário, IOCM e ACM.
- **Recursos Financeiros:** Dispomos de recursos financeiros suficientes para cobrir os custos associados à implementação e manutenção da política ao longo do tempo. O Setor de Pesquisa e Extensão possui um orçamento próprio para apoiar as atividades de pesquisa e extensão, e a mantenedora da instituição destina recursos para fomentar a atividade de arte e cultura, garantindo assim a continuidade e o sucesso de nossas iniciativas.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

Promover ações para oportunizar a produção acadêmica científica, artística e cultural:

- Implementar, fomentar e acompanhar continuamente o Programa Institucional de Iniciação Científica que visa estimular o envolvimento de estudantes em projetos de pesquisa e extensão, criando um ambiente que incentiva a investigação científica desde o início da jornada acadêmica.
- Desenvolver Programas, projetos e atividades de pesquisa que integram alunos e professores dos cursos de graduação e do curso *Stricto sensu* em Ciências da Saúde da FCMMG.
- Programa de Extensão Arte e Cultura no Desenvolvimento Humanístico do Profissional do Presente e do Futuro, que estimula a criatividade e a expressão artística como parte do desenvolvimento profissional, integrando arte e cultura nos cursos de graduação e pós-graduação.
- Incentivar a realização de seções artísticas e culturais nos eventos acadêmicos científicos.

Incentivar a produção de soluções inovadoras no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação:

- Estabelecer meios de interface dos cursos de graduação e pós graduação com o Instituto de Inovação e Incorporação Tecnológica Feluma para a produção de produtos inovadores.
- Estruturação do projeto Ressonância de Ideias Ciências Médicas busca promover inovação por meio do Instituto Feluma, apoiando projetos que fomentem ideias criativas e inovadoras no campo das ciências médicas.
- Criar, fomentar e acompanhar Programa Institucional de Iniciação Científica dedicado a inovação PROBIC-INOVA, um programa de iniciação científica dedicado para inovação.

Incentivar práticas artísticas e culturais:

- Oferecer Cursos Livres de Teatro para Estudantes e Colaboradores, que proporcionar um ambiente que promova a criatividade e a expressão artística por meio de cursos de teatro abertos a estudantes e funcionários.
- Oferecer a disciplinas Optativas de Arte e Cultura: Oferecer disciplinas optativas que integrem arte e cultura na formação profissional, proporcionando uma visão mais ampla e humanística das profissões.
- Garantir fomento à Criação Artística por meio de Patrocínio Direto de Projetos Culturais, incluindo patrocínio e isenção de taxas para uso do teatro em produções mineiras, promovendo a produção artística e cultural.
- Oferecer a Cátedra Lucasiana que visa promover a pesquisa e o desenvolvimento de ideias inovadoras no campo da ciência e cultura sob um olhar da filosofia, servindo como um centro para debates e conhecimento.
- Manter o Centro de Memória Ciências Médicas de Minas Gerais de modo a proporcionar um ambiente dedicado para preservar e compartilhar a história e o legado da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, reforçando a cultura institucional.
- Incentivar a criação de grupos de estudo.
- Incentivar a criação de ligas acadêmicas.
- Incentivar a construção de grupos de pesquisa vinculados ao diretório do CNPq.

Promover ações para Reconhecimento e Incentivos à produção científica, artística e cultural:

- Proporcionar premiação para Projetos em Eventos Institucionais de modo a reconhecer e premiar a excelência na produção científica, artística e cultural.
- Oferecer gratificações para Orientação de Projetos de Extensão no sentido de incentivar professores a se envolverem em projetos de pesquisa e extensão.
- Fornecer apoio para que docentes e discentes possam participar de eventos, facilitando o compartilhamento de conhecimento e networking.
- Criação da Diretoria de Pesquisa e Extensão para analisar, propor e acompanhar ações estratégicas no âmbito dessa política, incentivando a melhoria contínua.
- Criação de Comitê Científico do Curso de Medicina no sentido de ampliar a produção científica de maneira homogênea nas diferentes áreas do curso de medicina.
- Fomentar as atividades de extensão.

Incentivar a Colaboração Interdisciplinar na produção científicas, artísticas e culturais:

- Valorizar a Interdisciplinaridade em Eventos, Editais de Iniciação Científica e em atividades de extensão iniciação de modo a fomentar a colaboração entre diferentes campos do conhecimento por meio de eventos e editais.
- Valorizar a interdisciplinaridade nos grupos de pesquisa, grupos de estudos e ligas acadêmicas.

Garantir que as práticas para a produção científica, artística e culturais estejam alinhadas com a ética e integridade acadêmica:

- Garantir a autonomia e condições de funcionamento do Comitês de Ética em Pesquisa, o que inclui o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) e o Comitê de Ética em Pesquisa em Animais (CEPA).
- Garantir práticas éticas e transparentes em pesquisas com seres humanos e animais.
- Promover mecanismos para prevenir plágio e evitar publicações predatórias, promovendo a integridade acadêmica.

Garantir acesso aberto ao conhecimento:

- Promover a gestão e autonomia da Revista Interdisciplinar Ciências Médicas e Suplementos para que sejam mecanismos para fornecer uma publicação de acesso aberto para disseminar conhecimento.
- Promover a gestão e autonomia da Revista de Extensão e Educação em Saúde para promover a extensão e a educação em saúde por meio de uma publicação dedicada.
- Garantir apoio para organização de eventos acadêmicos e científicos que incentivem a troca de ideias e a inovação.

Incentivar as práticas de Internacionalização:

- Estimular parcerias e colaboração com instituições estrangeiras para expandir o alcance do conhecimento produzido pela instituição no âmbito das atividades de pesquisa e extensão.
- Incentivar a realização e valorizar eventos acadêmicos com características internacionais.
- Buscar a incorporação de profissionais estrangeiros no corpo editorial das revistas sob gestão da FCMMG.
- Publicar os trabalhos científicos e incentivar a redação em língua inglesa.

Construir Parcerias e Colaborações Externas

- Programa de Iniciação Científica em Parceria com FAPEMIG para incentivar a pesquisa e o desenvolvimento acadêmico por meio de parcerias com outras instituições.
- Parceria com Hospitais e Instituições Médicas para oferecer oportunidades para pesquisa e prática profissional por meio de colaborações com hospitais parceiros.

Realizar Capacitações e Orientação:

- Cursos de Inovação na Área da Saúde em Parceria com *Skema Business School* que estimula a colaboração interdisciplinar e o desenvolvimento de soluções inovadoras por meio de cursos especializados.
- Capacitações pelo Núcleo de Desenvolvimento Docente que oferece oportunidades de capacitação para docentes e discentes para aprimorar o desenvolvimento acadêmico e profissional.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Para garantir a execução eficaz da Política de Acompanhamento do Egresso da Faculdade de Ciências Médicas de MG (FCMMG), serão criados e implantados mecanismos específicos:

- Núcleo de Egressos da FCMMG: Este núcleo será o principal canal de comunicação entre a instituição e os egressos, coordenando as ações de acompanhamento e facilitando a integração dos ex-alunos com a FCMMG. Ele colaborará estreitamente com setores estratégicos como o controle acadêmico, tecnologia da informação e comunicação, além de fornecer subsídios para avaliação institucional.
- Cadastramento do Egresso: Será realizado por meio de questionários eletrônicos enviados aos egressos pela FCMMG, com link direto para o Núcleo de Egressos. O questionário abordará informações relevantes sobre o perfil, atuação profissional e percepção do percurso acadêmico do egresso na instituição.
- Portal do Egresso: Este portal servirá como um ponto central de comunicação e relacionamento entre a instituição e os egressos, dividido em seções para graduados e pós-graduados. Suas principais funções incluem a divulgação de eventos acadêmicos e profissionais, espaços para socialização e discussão, informações sobre benefícios oferecidos aos egressos, oportunidades de emprego, cursos de atualização e pós-graduação, além de fornecer indicadores para avaliação contínua dos cursos oferecidos pela FCMMG.

Esses mecanismos serão fundamentais para garantir a efetiva implementação da política de acompanhamento do egresso, promovendo a integração dos ex-alunos com a instituição, oferecendo suporte ao desenvolvimento profissional e contribuindo para o aprimoramento contínuo dos cursos da FCMMG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de incentivo à produção científica, artística e cultural da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG), mantida pela Fundação Educacional Lucas Machado (Feluma), reflete um compromisso inabalável com a qualidade, ética e responsabilidade social. Essa política é guiada por princípios que visam fortalecer a pesquisa, a educação e a arte, criando uma comunidade acadêmica vibrante e engajada.

A busca pela qualidade é evidente em cada aspecto da política, desde a rigorosa análise de trabalhos científicos até a promoção de práticas inovadoras e colaborativas. A instituição emprega medidas antiplágio e combate publicações predatórias, garantindo que as produções acadêmicas sejam autênticas e contribuam para o avanço do conhecimento. O compromisso com a ética permeia todas as ações, com estruturas como o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e o Comitê de Ética em Pesquisa em Animais (CEPA), assegurando que as atividades de pesquisa sigam padrões elevados de integridade.

A responsabilidade social é um pilar central dessa política. A FCMMG/Feluma não apenas incentiva a produção de conhecimento, mas também trabalha para garantir que ele seja acessível e beneficie a sociedade como um todo. Através de iniciativas como a Revista de Extensão e Educação em Saúde, a instituição amplia

o alcance de seus projetos, promovendo a visibilidade de atividades inovadoras e impactando positivamente a comunidade.

A estratégia de internacionalização da FCMMG/Feluma é outro exemplo do compromisso com a qualidade e a responsabilidade social. Ao estabelecer parcerias com instituições internacionais, a faculdade enriquece a experiência acadêmica de seus alunos e docentes, ao mesmo tempo em que contribui para a troca global de conhecimento.

Portanto, a política de incentivo à produção científica, artística e cultural da FCMMG/Feluma contempla o compromisso da instituição com a excelência acadêmica, ética e responsabilidade social. Através dessa política, a faculdade busca não apenas promover o conhecimento, mas também criar um impacto positivo na sociedade, mostrando que a educação de qualidade é fundamental para um mundo melhor.

POLÍTICA DE PROPRIEDADE INTELLECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

GEORGE SCHAYER SABINO
JOSÉ FELIPPE PINHO DA SILVA
LEANDRO DUARTE DE CARVALHO
ROSANA COSTA DO AMARAL

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A implementação da Política de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) emerge como uma necessidade premente, impulsionada pela missão, visão e valores da instituição. Alinhada ao propósito de fomentar o desenvolvimento social e aprimorar a qualidade de vida através da educação, saúde, cultura, ciência, inovação e tecnologia, esta política delinea as diretrizes essenciais para a proteção, utilização e disseminação da propriedade intelectual produzida na instituição.

A visão da FCMMG de consolidar-se como uma referência nacional e internacional em excelência educacional é refletida na promoção de uma cultura de inovação e criatividade. Incentiva-se, assim, a produção de conhecimento que possa impactar positivamente a sociedade. Esta política visa, portanto, criar um ambiente propício para a geração de ideias disruptivas, ao mesmo tempo em que garante a proteção e a disseminação ética dessas inovações.

Os pilares fundamentais desta política repousam nos valores institucionais de igualdade, liberdade, autonomia, solidariedade e justiça. Assegurando oportunidades equânimes para todos os membros da comunidade acadêmica, ela promove a liberdade de criação e a autonomia no desenvolvimento de projetos inovadores. Além disso, enfatiza-se a importância da solidariedade e da justiça na transferência de tecnologia, visando garantir que os benefícios da inovação alcancem a sociedade de maneira inclusiva e equitativa.

Por meio desta política, a FCMMG reitera seu compromisso com a inovação, a propriedade intelectual e a transferência de tecnologia. Ao fazê-lo, promove-se a criatividade, a colaboração e a responsabilidade social no contínuo processo de desenvolvimento de novos conhecimentos e tecnologias.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Promover um ambiente acadêmico que incentive a inovação, a pesquisa e a criatividade, estabelecendo diretrizes para a proteção da propriedade intelectual e facilitando a transferência de tecnologia para a sociedade, garantindo que a FCMMG cumpra seu papel como agente de transformação social.

Objetivos Específicos

- Proteção da Propriedade Intelectual: Definir mecanismos para proteger direitos autorais, patentes, marcas, segredos comerciais e outras formas de propriedade intelectual desenvolvidas na instituição, garantindo a segurança e a valorização do trabalho criativo.
- Fomentar a Inovação e a Criatividade: Estimular a pesquisa, a inovação e a criatividade por meio de incentivos, infraestrutura adequada e programas de apoio ao desenvolvimento de novas ideias e tecnologias.
- Facilitar a Transferência de Tecnologia: Estabelecer processos para a transferência de tecnologia, permitindo que a inovação desenvolvida na FCMMG seja utilizada pela sociedade, por empresas e outras instituições, com foco na responsabilidade social e no desenvolvimento sustentável.
- Incentivar a Colaboração e Parcerias: Criar oportunidades para colaboração entre pesquisadores, estudantes, empresas e outras instituições acadêmicas, promovendo parcerias que acelerem a transferência de tecnologia e a inovação conjunta.
- Garantir a Ética e a Justiça Social: Assegurar que a transferência de tecnologia seja feita de maneira ética e justa, garantindo que os benefícios da inovação cheguem a um público mais amplo, especialmente àqueles que mais precisam.
- Educar sobre Propriedade Intelectual: Fornecer orientação e treinamento sobre aspectos legais e práticos da propriedade intelectual para a comunidade acadêmica, a fim de aumentar a conscientização e a compreensão sobre a importância da proteção e da transferência de tecnologia.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A Política de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) envolve diversos grupos para estimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Ela se aplica a estudantes de graduação e pós-graduação, incentivando projetos que possam gerar propriedade intelectual ou tecnologias inovadoras. Os docentes são parte ativa, orientando e colaborando em pesquisas que visem a inovação. O corpo administrativo e os colaboradores da FCMMG também contribuem, fornecendo além do suporte para viabilizar as práticas previstas na política a ideação e desenvolvimentos de soluções inovadoras no contexto dos serviços e processos da Instituição. A Fundação Educacional Lucas Machado (Feluma) e seus institutos trabalham em conjunto com potenciais parceiros externos, como empresas e outras instituições acadêmicas e tecnológicas, para impulsionar a inovação e facilitar a transferência de tecnologia. Essa ampla abrangência busca criar um ambiente acadêmico propício à criatividade e ao progresso tecnológico, alinhado à missão, visão e valores da FCMMG.

CONDIÇÕES

- Criação do Instituto de Inovação e Incorporação Tecnológica da Feluma: Estabelecimento de uma unidade especializada para coordenação e desenvolvimento de projetos tecnológicos e pesquisa inovadora.
- Contratação de Especialistas: Recrutamento de profissionais qualificados em propriedade intelectual e transferência de tecnologia para orientar a comunidade acadêmica e apoiar a criação de patentes.
- Infraestrutura Adequada: Disponibilidade de laboratórios bem equipados, tecnologia avançada e sistemas de gerenciamento de qualidade.
- Cultura de Inovação: Promoção de uma cultura institucional que incentive a inovação e reconheça os esforços de alunos, professores e colaboradores.
- Processos Claros de Documentação: Estabelecimento de procedimentos para registro e proteção da propriedade intelectual, com equipe especializada para avaliação e acompanhamento de projetos tecnológicos.
- Assessoria Jurídica Especializada: Prestação de apoio legal especializado para questões relacionadas à propriedade intelectual, incluindo registro de patentes, licenciamento de tecnologia e contratos de transferência de tecnologia.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

- Definição de Processos e Normas Internas: Estabelecer procedimentos claros para o registro, proteção e comercialização de propriedade intelectual, bem como para a transferência de tecnologia para parceiros externos.
- Comitê de Propriedade Intelectual: Criar um comitê especializado para analisar e aprovar projetos de inovação, avaliar solicitações de patentes e gerenciar questões relacionadas à propriedade intelectual.
- Documentação e Contratos: Implementar procedimentos padronizados para documentar a propriedade intelectual e estabelecer contratos que regulem sua utilização, licenciamento e transferência. Estes contratos devem incluir cláusulas claras sobre direitos e obrigações das partes envolvidas.
- Parcerias Estratégicas: Desenvolver parcerias com empresas, instituições de pesquisa e outros stakeholders para fomentar a inovação e ampliar as oportunidades de transferência de tecnologia.
- Incentivos à Inovação: Criar programas e iniciativas que incentivem a inovação entre os estudantes, professores e colaboradores, como bolsas de pesquisa, competições de inovação e reconhecimento de projetos inovadores.
- Formação e Treinamento: Oferecer capacitação contínua para a comunidade acadêmica sobre propriedade intelectual, direitos autorais e transferência de tecnologia, a fim de garantir que todos compreendam os procedimentos e sigam as diretrizes da política.
- Acesso a Recursos e Ferramentas: Fornecer acesso a ferramentas tecnológicas, infraestrutura de pesquisa e outros recursos que facilitem o desenvolvimento de projetos inovadores e a proteção da propriedade intelectual.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Os indicadores para aferir o impacto da Política de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) e na Fundação Educacional Lucas Machado (Feluma) devem medir a eficácia da política e sua contribuição para o avanço da inovação e do desenvolvimento tecnológico. Aqui estão alguns exemplos de indicadores relevantes:

- **Número de Patentes Registradas:** Indica quantos registros de patentes a instituição obteve, mostrando a produção de propriedade intelectual.
- **Acordos de Parceria e Transferência de Tecnologia:** Reflete o número de acordos de parceria firmados com outras instituições ou empresas para transferência de tecnologia ou cooperação em inovação.
- **Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento:** Mede o número de projetos de pesquisa com potencial para inovação e transferência de tecnologia.
- **Publicações Acadêmicas Relacionadas à Inovação:** Conta as publicações científicas geradas a partir de projetos inovadores, demonstrando a atividade de pesquisa.
- **Eventos de Inovação Realizados:** Quantifica eventos, conferências ou simpósios relacionados à inovação e propriedade intelectual realizados pela instituição.
- **Número de Startups ou Empresas Incubadas:** Mostra o impacto da política na promoção do empreendedorismo e na criação de novas empresas a partir de projetos da instituição.
- **Investimentos em Inovação:** Medida dos recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de projetos inovadores ou ao apoio de programas de transferência de tecnologia.
- **Formação e Treinamento:** Quantifica a participação de alunos, docentes e colaboradores em programas de formação ou workshops sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação desta política é parte integrante de uma estratégia de inovação que engloba diversos setores e iniciativas, refletindo o compromisso da instituição com a pesquisa, desenvolvimento e transferência de conhecimento.

A presença do Instituto de Inovação e Incorporação Tecnológica é um componente fundamental para o sucesso desta política. Este instituto oferece um ambiente propício para a pesquisa aplicada e para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras, promovendo a colaboração entre pesquisadores, docentes, estudantes e parceiros externos.

Outro exemplo do esforço para fortalecer a inovação é o investimento em parcerias estratégicas com empresas e instituições com expertise em inovação, propriedade intelectual e transferência de tecnologia. Essas parcerias ampliam as oportunidades de desenvolvimento de projetos inovadores e facilitam a transferência de tecnologia para a sociedade, consolidando a posição da FCMMG/Feluma como uma instituição de referência no campo da inovação e tecnologia.

Assim, a Política de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia proporciona uma estrutura para a promoção da inovação, incentivando a criatividade e o empreendedorismo, enquanto garante a proteção adequada dos direitos de propriedade intelectual. A implementação dessa política contribui para uma cultura institucional de inovação, que beneficia a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INOVAÇÃO

FLAVIA CARDOSO SCHAPER
GEORGE SCHAYER SABINO
ROBERTO ZAMBELLI DE ALMEIDA PINTO
RODRIGO ITABORAY FRADE

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Política Institucional de Inovação é um documento elaborado com o propósito de estabelecer diretrizes e procedimentos que orientem as ações e práticas relacionadas à promoção da inovação em nossa instituição. Este documento reflete o compromisso da Fundação Educacional Lucas Machado (Feluma) com a excelência acadêmica, a integridade institucional e o bem-estar de todos os membros da comunidade acadêmica.

A elaboração desta política surge da necessidade de impulsionar a cultura de inovação em toda a Feluma, alinhando-se ao compromisso de sermos uma instituição de referência nacional em educação e desenvolvimento tecnológico. Além disso, está em conformidade com os princípios estabelecidos em nosso Plano de Desenvolvimento Institucional e o Planejamento Estratégico 2024/2028, que destaca a inovação como um dos pilares estratégicos para o progresso e a excelência da instituição.

Esta política é essencial para garantir que estejamos preparados para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais competitivo e dinâmico, onde a inovação é um diferencial decisivo para o sucesso de qualquer profissional ou instituição. Ao desenvolver e implementar esta política, buscamos cultivar uma cultura de inovação em toda a nossa comunidade, envolvendo líderes, colaboradores, professores e alunos.

Ao promover a inovação, visamos não apenas manter nossa relevância no mercado, mas também contribuir para o crescimento econômico, a abordagem sistematizada de problemas sociais e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Por meio desta política, pretendemos incentivar o desenvolvimento de ideias inovadoras na comunidade Feluma que impactem os setores de educação, saúde e a sociedade em geral, buscando soluções criativas e sustentáveis para os desafios atuais e futuros.

É fundamental ressaltar que esta política é parte integrante do compromisso da Feluma com a ética, a transparência e a responsabilidade social. Ao elaborar esta política, assumimos o compromisso em garantir o cumprimento dos mais altos padrões éticos e legais em todas as nossas atividades institucionais, promo-

vendo um ambiente propício à inovação, à colaboração e ao crescimento pessoal e profissional de todos os membros da comunidade acadêmica.

OBJETIVOS

Objetivo geral

O objetivo geral da Política Institucional de Inovação é estabelecer diretrizes e procedimentos que promovam a cultura da inovação em toda a instituição. Esta política busca garantir a integridade, transparência e eficácia das práticas relacionadas à inovação, contribuindo para a excelência acadêmica, o desenvolvimento tecnológico e a melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

Objetivos específicos

- Cultivar a cultura de inovação em toda a Feluma, envolvendo líderes, colaboradores, professores e alunos.
- Apoiar o desenvolvimento de ideias inovadoras que impactem os setores de educação, saúde e toda a sociedade.
- Pesquisar e implementar tecnologias emergentes para o aprimoramento de processos e serviços, com foco na sustentabilidade e responsabilidade social.
- Incentivar a digitalização para aumentar eficiência, acessibilidade e construir uma base de dados confiável.
- Fomentar parcerias estratégicas com empresas, instituições de pesquisa e órgãos governamentais para promover o financiamento, a colaboração e o intercâmbio de conhecimentos e recursos.
- Estimular a formação de equipes multidisciplinares para abordar desafios complexos e desenvolver soluções inovadoras, incentivando a troca de ideias e experiências entre os membros da comunidade acadêmica e profissional.
- Promover a educação e capacitação contínuas em inovação, fornecendo recursos e programas de treinamento para alunos, professores e colaboradores.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A Política Institucional de Inovação se aplica a todos os membros da comunidade da instituição, incluindo, mas não se limitando a:

- Docentes
- Discentes
- Funcionários administrativos
- Colaboradores terceirizados

Além disso, a política abrange todas as unidades, departamentos e setores da instituição, garantindo que a cultura de inovação permeie todas as áreas de atuação da Feluma.

CONDIÇÕES

Para a efetiva implementação da Política Institucional de Inovação da Feluma, são necessárias as seguintes condições:

- **Recursos Humanos:** O Instituto de Inovação e Incorporação Tecnológica Ciências Médicas com uma equipe multidisciplinar composta por pesquisadores, profissionais da saúde, engenheiros, programadores e outros especialistas capacitados para liderar projetos inovadores. Essa diversidade de conhecimentos contribui para a geração de ideias criativas e para a realização de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de ponta.
- **Infraestrutura:** Dispõe-se de um andar dedicado à inovação, equipado com uma variedade de recursos e tecnologias. Isso inclui, além do escritório de trabalho e salas de reuniões, infraestrutura de Tecnologia da Informação, bem como equipamentos como impressora 3D, laboratório de eletrônica e instrumentos de análises biológicas. Essa infraestrutura diversificada oferece suporte, mas não limitando o escopo do projeto, para discussões e encontros de inovação e a realização de experimentos, prototipagem e testes de novas soluções.
- **Estrutura Administrativa:** O Instituto de Inovação e Incorporação Tecnológica Ciências Médicas conta com o suporte e apoio do setor da Qualidade, que oferece assistência personalizada e orientações para garantir que os projetos de inovação atendam aos requisitos de qualidade definidos pela instituição. Além disso, o setor emprega ferramentas estruturadas pelo setor da Qualidade para registro de informação, análise de indicadores e gerenciamento de projetos relacionados à inovação, garantindo a conformidade com as regulamentações e padrões aplicáveis.

Tais recursos e condições são relevantes para o sucesso da Política Institucional de Inovação da Feluma, pois proporcionam às equipes as estruturas e suportes necessários para desenvolver e implementar projetos inovadores com excelência.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

As diretrizes e procedimentos da Política Institucional de Inovação da Feluma são organizados em três categorias principais, alinhadas aos objetivos estratégicos da instituição: I) Estímulo à Cultura de Inovação, II) Fomento à Promoção de Ideias e III) Desenvolvimento Profissional. Essas categorias abrangem programas e projetos específicos destinados a promover a inovação, impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, e capacitar os membros da comunidade acadêmica para os desafios do futuro.

Estímulo à cultura de inovação

Viabilizar o desenvolvimento da cultura de inovação em nossos cursos de graduação e pós-graduação com a promoção de programas de capacitação e a criação de espaços físicos e virtuais que incentivem a criatividade e a colaboração entre os membros da comunidade acadêmica.

Estabelecer fluxos claros e bem definidos para a avaliação de propostas de inovação, garantindo que todas as ideias sejam consideradas de maneira justa e transparente, e que aquelas com maior potencial sejam adequadamente apoiadas e implementadas.

São exemplos de programas e projetos alinhados com essa diretriz:

Ressonância de Ideias Ciências Médicas/Feluma

- Propósito: Estimular a elaboração e desenvolvimento de ideias transformadoras para solucionar problemas e contribuir para o avanço institucional.
- Atividades: Fluxo para captação e desenvolvimento conjunto de ideias inovadoras.
- Objetivo: Integrar a inovação como parte essencial da cultura institucional, alinhando ideias com o Planejamento Estratégico da instituição.

Programa de iniciação científica dedicado a Inovação (PROBIC-INOVA).

- Propósito: Estimular a elaboração de projeto cujo produto seja considerado inovador
- Atividades: Por meio de um edital são selecionados projetos orientador por um professor e com até cinco bolsistas.
- Objetivo: fomentar projetos de inovação no âmbito dos cursos de graduação.

Fomento à promoção de ideias

Desenvolver iniciativas que incentivam ativamente os membros da comunidade acadêmica a compartilhar suas ideias e propor soluções criativas para os desafios que enfrentamos. Por meio de programas de incentivo, workshops, competições e outras atividades, buscamos despertar o potencial inovador de nossos estudantes e professores, proporcionando-lhes o suporte necessário para transformar suas ideias em projetos concretos e impactantes.

Hackfest Ciências Médicas: O Futuro da saúde em nossas mãos

- Propósito: Fomentar a inovação e a tecnologia na área da saúde, criando soluções tecnológicas inovadoras para os desafios enfrentados na saúde e educação.
- Atividades: Hakcaton (simpósio) de Inovação em Saúde, Desafio de Inovação.
- Objetivo: Promover a colaboração multidisciplinar e criar soluções práticas e inovadoras para os desafios da área da saúde e/ou educação.

Projeto de Inovação Biolab 3D

- Propósito: Laboratório de prototipagem equipado com tecnologias para promover a criação de projetos inovadores.
- Atividades: Acesso a Ferramentas de fabricação, Ambiente Colaborativo.

- Objetivo: Democratizar o acesso à fabricação e prototipagem, incentivando a criação de projetos inovadores em diversas áreas.

Desenvolvimento profissional

Incentivar a criação de oportunidades de aprendizado contínuo para nossos docentes, colaboradores e estudantes. Através de programas de formação, workshops, palestras e parcerias com instituições de renome, buscamos oferecer acesso a conhecimentos atualizados e práticas inovadoras em diversas áreas. Nosso objetivo é capacitar os membros de nossa comunidade acadêmica a alcançarem seu pleno potencial e a contribuir de forma significativa para a sociedade e para o avanço de suas áreas de atuação. São exemplos dessa diretriz:

Programa de Intercâmbio Tecnológico e Desenvolvimento Pessoal (PITeD)

- Propósito: Criar um ambiente colaborativo de aprendizado e prática para promover o compartilhamento de conhecimentos tecnológicos e o desenvolvimento pessoal.
- Atividades: Grupos de Estudo, Sessões de Prática.
- Objetivo: Impulsionar a transformação digital e o crescimento pessoal na instituição, estimulando uma cultura de intercâmbio tecnológico e aprendizado contínuo.

Curso de Inovação e negócios na área da saúde (Parceria Skema Business School).

- Propósito: Proporcionar o intercâmbio de conhecimentos entre profissionais e acadêmicos de diferente área.
- Atividades: Realizar curso que integra alunos dos cursos da área da saúde da FCMMG e alunos do curso de administração e negócios com a finalidade de desenvolverem soluções inovadoras.
- Objetivo: Fornece conhecimentos aos alunos sobre as ferramentas para o desenvolvimento de projetos em negócio que buscam soluções para problemas da área da saúde.

A implementação eficaz dessas iniciativas envolve o comprometimento e a colaboração de todos os membros da comunidade, bem como a disponibilidade de recursos humanos, infraestrutura adequada e apoio administrativo necessário para garantir o sucesso dos projetos em todas as áreas.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A avaliação e o acompanhamento são cruciais para garantir a efetividade contínua da política. Serão construídos, junto ao Setor da Qualidade da Feluma, indicadores específicos para avaliar o progresso em relação aos objetivos estabelecidos. O principal indicador de desempenho estará relacionado aos resultados alcançados por cada projeto. Esses resultados serão compartilhados no sistema de gestão estruturado pela Qualidade e apresentados nas práticas de apresentação regular para Alta Direção (ACAD).

Por meio dessas medidas de avaliação e acompanhamento, o Instituto de Inovação e Incorporação Tecnológica Ciências Médicas busca que sua política permaneça eficaz, relevante e alinhada com seus objetivos institucionais e com as necessidades da comunidade em constante evolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Institucional de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do Instituto de Inovação e Incorporação Tecnológica Ciências Médicas representa um passo significativo na jornada institucional em direção à inovação, ao progresso e à excelência. Ao longo deste documento, são delineados diretrizes e procedimentos que visam orientar a conduta e as práticas de todos os membros da comunidade acadêmica e administrativa.

É fundamental impulsionar a inovação e o desenvolvimento tecnológico em nossa instituição, reconhecendo que esses elementos são essenciais para enfrentar os desafios contemporâneos e promover avanços nas áreas de saúde, educação e sociedade em geral.

Além disso, esta política reflete nosso compromisso com a excelência, a integridade e a responsabilidade em todas as nossas atividades. Estamos comprometidos na promoção de uma cultura de inovação que estimule a criatividade, a colaboração e o desenvolvimento pessoal em todos os níveis da instituição.

À medida que avançamos na implementação desta política, reconhecemos que há desafios a serem superados e melhorias a serem feitas. No entanto, com o comprometimento de toda a comunidade Feluma, será possível alcançar os objetivos e promover avanços significativos em direção a nosso planejamento estratégico e seus objetivos.

Em última análise, a Política Institucional de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico representa o compromisso firme da instituição com a busca contínua da excelência e a criação de um impacto positivo duradouro na comunidade e na sociedade como um todo. Agradece-se a todos os envolvidos neste processo e espera-se testemunhar os frutos desse compromisso em um breve futuro.

ANEXO

Programa de Intercâmbio Tecnológico e Desenvolvimento Pessoal

EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

POLÍTICA DE RELACIONAMENTO COM O GOVERNO E A COMUNIDADE

CLAUDIA DE LOURDES SOARES LARANJEIRA
JOSÉ CELSO CUNHA GUERRA PINTO COELHO
MARIA DO CARMO
RAFAEL DUARTE SILVA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais/Feluma é uma instituição comprometida com a excelência acadêmica, a promoção da saúde e o desenvolvimento da comunidade em que está inserida. Nesse contexto, a interação com o governo e a comunidade é estratégica e indispensável para alcançar seus objetivos institucionais.

A visão da Instituição é ser reconhecida nacional e internacionalmente como uma instituição de referência em educação médica, pesquisa e assistência à saúde. Para alcançar essa visão, é essencial estabelecer parcerias sólidas com o governo e a comunidade, pois são eles que fornecem apoio, recursos e oportunidades para o crescimento e aprimoramento contínuo da instituição.

A missão da FCMMG/Feluma é formar profissionais de saúde qualificados, éticos e comprometidos com o bem-estar da sociedade. Essa missão só pode ser plenamente realizada se houver uma integração eficaz com o governo e a comunidade, pois são eles que representam os beneficiários finais dos serviços prestados pela instituição.

Em relação aos valores, estabelecer uma política institucional de relacionamento reafirma seu compromisso com esses valores, reconhecendo que a colaboração e o diálogo com os diversos atores sociais são essenciais para promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

A interface com a comunidade ocorre por meio de importantes parcerias no âmbito da administração pública, agências governamentais, organizações da sociedade civil e representações comunitárias. Essas parcerias não apenas fortalecem os laços entre a FCMMG/Feluma e a comunidade, mas também proporcionam um ambiente propício para a troca de conhecimentos, experiências e recursos, contribuindo para a construção do saber de maneira colaborativa e inclusiva.

Portanto, a política institucional de relacionamento com o governo e a comunidade é essencial, pois reflete sua visão, missão e valores, além de promover o desenvolvimento mútuo e o bem-estar coletivo. Essa política é uma manifestação concreta do compromisso da instituição com a transformação social e o avanço da saúde pública.

OBJETIVOS

Objetivo geral

O objetivo geral dessa política é estabelecer e fortalecer vínculos estratégicos e colaborativos entre a Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (Feluma), o governo e a comunidade, visando promover o desenvolvimento institucional, a melhoria da qualidade de vida da população e o avanço da saúde pública. Essa política busca criar um ambiente propício para a cooperação mútua, a troca de conhecimentos e experiências, e a realização de ações conjuntas que beneficiem tanto a instituição quanto os diversos segmentos da sociedade. Além disso, ela visa garantir uma atuação transparente, ética e responsável da instituição em suas relações com o governo e a comunidade, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e o exercício da responsabilidade social.

Objetivos específicos

Os objetivos específicos dessa política podem incluir:

- Estabelecer parcerias estratégicas com órgãos governamentais e agências públicas para colaboração em projetos de pesquisa, extensão e assistência médica.
- Desenvolver programas e iniciativas de responsabilidade social que atendam às necessidades e demandas da comunidade local e regional.
- Promover ações de educação em saúde junto à população, visando a prevenção de doenças, promoção do bem-estar e adoção de hábitos saudáveis.
- Participar ativamente de fóruns, conselhos e comissões governamentais relacionados à saúde e à educação, contribuindo com propostas e políticas públicas na área.
- Realizar atividades de capacitação e treinamento para profissionais de saúde da rede pública e sociedade civil visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.
- Incentivar o envolvimento dos estudantes, professores e colaboradores da Feluma em ações de voluntariado e projetos comunitários, fortalecendo o vínculo entre a instituição e a sociedade.
- Criar canais de comunicação eficazes entre a Feluma, o governo e a comunidade, facilitando o diálogo, o compartilhamento de informações e a participação ativa dos diferentes atores envolvidos.
- Monitorar e avaliar periodicamente o impacto das ações desenvolvidas pela instituição no contexto do relacionamento com o governo e a comunidade, buscando aprimorar continuamente as práticas e resultados alcançados.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A Política de Relacionamento com o Governo e com a Comunidade se aplica a todos os membros da comunidade da instituição, incluindo, mas não se limitando a:

- Docentes
- Discentes
- Funcionários administrativos
- Colaboradores terceirizados
- Órgãos governamentais
- Sociedade na qual a instituição está inserida

Além disso, a política abrange todas as unidades, departamentos e setores da instituição, garantindo que as ações dessa política permeie todas as áreas de atuação da Feluma.

CONDIÇÕES

Estrutura organizacional adequada: A instituição deve contar com uma estrutura organizacional adequada para coordenar e gerenciar as atividades relacionadas à política de relacionamento com o governo e a comunidade. Isso incluir a criação de uma reitoria de integração docente assistencial, uma evolução na estrutura de governança que visa fortalecer o relacionamento da instituição com o governo e sociedade.

Estabelecer parcerias estratégicas com órgãos governamentais, agências públicas, organizações da sociedade civil e representações comunitárias, buscando alinhar interesses e objetivos comuns e promover uma colaboração efetiva.

Promover capacitação e engajamento dos colaboradores à política de relacionamento com o governo e a comunidade, compreendendo sua importância e contribuindo ativamente para sua implementação.

Estabelecer canais de comunicação transparentes e eficazes entre a instituição, o governo e a comunidade, facilitando o diálogo, o compartilhamento de informações e a participação dos diferentes atores envolvidos.

Monitoramento e avaliação que permita identificar eventuais desafios e oportunidades de melhoria ao longo do tempo.

Todas as atividades relacionadas à política de relacionamento com o governo e a comunidade devem ser pautadas pelos princípios éticos e legais, garantindo a integridade e a transparência das ações da instituição. No contexto da política institucional de relacionamento com o governo e a comunidade da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (Feluma), o compliance ético desempenha um papel crucial.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

Estabelecimento de Objetivos Claros:

- Definir os objetivos específicos da política, alinhados à visão, missão e valores da instituição.
- Estabelecer metas mensuráveis para acompanhar o progresso e o impacto das iniciativas.

Identificação de Stakeholders:

- Identificar os principais stakeholders, incluindo órgãos governamentais, agências públicas, organizações da sociedade civil e representações comunitárias.
- Mapear as necessidades e expectativas desses stakeholders em relação à instituição.

Desenvolvimento de Parcerias:

- Estabelecer canais de comunicação e colaboração com os stakeholders relevantes.
- Desenvolver acordos formais de parceria, delineando responsabilidades e expectativas mútuas.

Comunicação Estratégica:

- Criar um plano de comunicação estratégica para divulgar as atividades da instituição e promover o engajamento dos stakeholders.
- Utilizar diferentes canais de comunicação, como mídias sociais, newsletters, eventos e reuniões presenciais.

Capacitação e Engajamento dos Colaboradores:

- Fornecer treinamento regular aos colaboradores sobre a política de relacionamento com o governo e a comunidade, destacando a importância do compliance ético.
- Promover uma cultura organizacional que valorize a transparência, a integridade e a responsabilidade social.

Monitoramento e Avaliação:

- Implementar um sistema de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso das iniciativas e avaliar seu impacto.
- Realizar avaliações periódicas para identificar áreas de melhoria e fazer ajustes conforme necessário.

Gestão de Riscos:

- Identificar e gerenciar os riscos associados às atividades de relacionamento com o governo e a comunidade, incluindo riscos éticos, legais e reputacionais.
- Desenvolver planos de contingência para lidar com possíveis crises ou situações de emergência.

Revisão e Atualização constante:

- Revisar regularmente a política e os procedimentos para garantir que estejam alinhados com as melhores práticas e as mudanças no ambiente externo e interno.
- Envolver os stakeholders relevantes no processo de revisão e atualização.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A implementação eficaz da política de relacionamento com o governo e a comunidade envolve uma série de ações coordenadas. Isso inclui o desenvolvimento de indicadores de desempenho específicos para avaliar o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos, bem como a inclusão de indicadores relacionados à satisfação dos stakeholders, eficácia das parcerias estabelecidas, qualidade das atividades desenvolvidas e conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis. Além disso, é crucial realizar auditorias internas regulares para avaliar a conformidade com as políticas, procedimentos e padrões éticos estabelecidos, enquanto também se considera a realização de auditorias externas conduzidas por organizações independentes para garantir uma avaliação imparcial e objetiva do sistema de compliance e das práticas de relacionamento com o governo e a comunidade. Ademais, avaliações periódicas de riscos são necessárias para identificar e mitigar possíveis ameaças à conformidade e integridade, incluindo riscos éticos, legais, operacionais e reputacionais. A revisão regular das políticas, procedimentos e documentos relacionados ao sistema de qualidade, compliance e políticas de relacionamento com o governo e a comunidade é fundamental, certificando-se de que todos os documentos estejam atualizados e em conformidade com as normas e legislações aplicáveis. Além disso, é crucial solicitar feedback dos stakeholders envolvidos no relacionamento com o governo e a comunidade, utilizando pesquisas de satisfação, entrevistas e outros métodos de coleta de feedback para avaliar a eficácia das iniciativas e identificar áreas de melhoria. Por fim, é essencial garantir que todos os colaboradores compreendam suas responsabilidades e estejam capacitados para agir de acordo com os padrões éticos e legais estabelecidos. Essas ações combinadas contribuirão para a eficácia e integridade das operações da instituição, promovendo uma cultura de transparência, responsabilidade e excelência. A elaboração de relatórios periódicos de monitoramento que resumam os principais resultados, desafios, lições aprendidas e planos de ação para melhoria contínua com discussão em reuniões ordinárias com a alta direção e aos órgãos responsáveis pela governança da instituição, demonstram o compromisso com a transparência e prestação de contas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao implementar e operacionalizar essa política de relacionamento com o governo e a comunidade, a FCMMG/Feluma reitera sua missão de ser uma instituição comprometida com a excelência acadêmica, a promoção da saúde e o desenvolvimento da comunidade. Essa política reflete não apenas a busca incessante pela qualidade em todas as suas atividades, mas também a convicção de que a educação, a pesquisa e a assistência em saúde devem ser voltadas para o bem-estar e o progresso de toda a sociedade. A FCMMG/Feluma reconhece que sua responsabilidade vai além dos muros da instituição e se estende aos diversos segmentos da sociedade, contribuindo para a construção de um futuro mais justo, inclusivo e saudável para todos. Portanto, reafirma-se aqui o compromisso da Feluma em ser um agente de transformação social, trabalhando em estreita colaboração com o governo, a comunidade e outros parceiros para alcançar esse objetivo nobre e essencial.

POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO COM O SUS

ALEXANDRE SÉRGIO DA COSTA BRAGA
ANA PAULA PINHEIRO CHAGAS FERNANDES
MARIA DO CARMO
RODRIGO SANTANA DUTRA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG), atuando sob a concepção do valor do ser humano, se esforça para formar profissionais capazes de inserir-se na ordem social com competência técnica, procedimental, atitudinal e atentos aos princípios éticos da tolerância, diversidade, solidariedade e justiça. Assim, desenvolve ações e projetos com o intuito de cooperar para a melhoria da qualidade de vida da população.

Os novos profissionais devem estar capacitados para os desafios que a prática exige e preparados para buscar respostas às indagações advindas dessa prática. Busca-se, portanto, estimular a formação de um aluno crítico, reflexivo, com capacidade de articular a teoria com a realidade, vivenciando o contato precoce, já no início do curso, com o sistema de saúde do país, a população usuária, a comunidade e equipes multiprofissionais.

A integração dos cursos com o sistema de saúde exige a seleção de cenários da rede pública, desde a atenção primária até a terciária (centros de saúde, escolas, instituições de longa permanência para idosos, ambulatório para atenção especializada, unidades de pronto atendimento e hospitais).

Cenários de aprendizagem não devem se restringir aos locais de desenvolvimento de práticas profissionais meramente preestabelecidas; devem, sim, representar espaços em que as relações dos sujeitos sejam eficazmente desenvolvidas, abrindo caminhos para a criatividade e as transformações; e possibilitar incorporar o estudante a um processo enriquecedor de produção do serviço, favorecendo fecundas construções em sua formação profissional. A Atenção Básica à Saúde é concebida como a principal porta de entrada do sistema de atenção à saúde; é previsto que tenha capacidade resolutiva para 80% dos problemas de saúde da população. A Organização Mundial da Saúde anuncia, como diretriz, que 80% dos problemas de saúde da população devem ter resolutividade na Atenção Básica à Saúde. Isto implica profissionais e diretrizes de ação que pressupõem contato com um número extenso de variáveis, remetidas a um campo de complexidade, acolhidas por uma clínica ampliada, que comporte aspectos biomédicos, subjetivos e sociais dos sujeitos.

A inserção do estudante desde o início dos cursos em atividades práticas propicia um campo potencial e necessário, condizente com a realidade vivenciada pela grande massa populacional brasileira, possibilitando ao estudante uma clínica ampliada dos saberes, a aplicação efetiva de ações preventivas e promotoras da saúde coletiva, e a vivência do acolhimento à demanda, com avaliação da vulnerabilidade das pessoas e comunidades. A familiarização dos estudantes com a prática geral melhora consideravelmente as habilidades de comunicação e compreensão de percepções dos pacientes, ajuda os pacientes a entender alunos como seres humanos e ajuda a reconhecer a importância da relação médico-paciente. Observa-se a vital importância da inserção dos alunos na Unidade Básica de Saúde, pois, mais do que aprender a rotina do serviço de saúde e desenvolver procedimentos, isto permite a construção do conhecimento de forma mais próxima das necessidades de saúde da população assistida.

No Brasil, como exemplo de destaque para a inter-relação entre os cursos e o SUS cita-se as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Medicina, lançadas pelo Conselho Nacional de Educação, que têm, em seu Art. 3º, uma convergência com esta abordagem:

“O Curso de Graduação em Medicina tem como perfil do formando egresso/profissional o médico, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a atuar, pautado em princípios éticos, no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano”.

Isto explica, em parte, o esforço em aliar a composição curricular dos cursos mantidos pela FCMMG, nas últimas décadas, a uma dada consonância com as políticas instituídas pelo Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Educação, com ênfase na reorientação das práticas formativas de profissionais de saúde e no desenvolvimento dos recursos humanos em atuação.

OBJETIVOS

Objetivos gerais

A política de integração com o Sistema Único de Saúde (SUS) visa formar profissionais generalistas, humanistas, críticos e reflexivos, com sólidos princípios éticos e compromisso com a integralidade da assistência à saúde. Esses profissionais serão capacitados para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, desde a promoção e prevenção até a recuperação e reabilitação, com foco na responsabilidade social e na promoção da saúde integral do ser humano.

Objetivos específicos

- Contato Precoce com o Sistema de Saúde: Proporcionar aos estudantes um contato precoce com o sistema de saúde do país, incluindo a população usuária, equipes multiprofissionais e diversos cenários de aprendizagem, desde a atenção primária até a terciária.
- Formação de Alunos Críticos e Reflexivos: Estimular a formação de alunos críticos e reflexivos, capazes de articular a teoria com a prática e de enfrentar os desafios da prática médica.
- Clínica Ampliada: Promover uma formação profissional que incorpore uma clínica ampliada, contemplando aspectos biomédicos, subjetivos e sociais dos pacientes.
- Aplicação de Ações Preventivas e Promotoras da Saúde Coletiva: Permitir a aplicação efetiva de ações preventivas e promotoras da saúde coletiva, visando ao bem-estar da população.
- Acolhimento à Demanda dos Pacientes: Capacitar os estudantes para o acolhimento à demanda dos pacientes, compreendendo suas necessidades de saúde e oferecendo assistência adequada.
- Construção do Conhecimento Próximo às Necessidades da População Assistida: Inserir os alunos em atividades práticas desde o início do curso para permitir a construção do conhecimento de forma mais próxima das necessidades de saúde da população assistida.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A política de integração com o Sistema Único de Saúde (SUS) abrange estudantes de todos os cursos de graduação/ pós-graduação da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, o próprio SUS, equipes multiprofissionais e gestores de saúde. Esta política envolve as coordenações de cursos na implementação de mudanças curriculares, professores que ministram aulas teóricas e práticas, professores que orientam os estudantes nos cenários de prática, e os próprios estudantes, que participam ativamente de atividades práticas nos serviços de saúde. Os gestores de saúde desempenham um papel fundamental ao fornecer suporte institucional e logístico para as atividades práticas em conexão de gestores públicos para o atendimento das expectativas da sociedade.

CONDIÇÕES

A implementação da política de integração com o Sistema Único de Saúde (SUS) requer uma série de condições essenciais, considerando tanto aspectos legais quanto éticos. Incluindo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação, e que seja pautada em sólidos princípios éticos, como respeito à autonomia dos pacientes e beneficência. Além disso, é necessário garantir infraestrutura adequada nas instituições de ensino e nos serviços de saúde, bem como capacitação dos professores e preceptores responsáveis pela orientação dos estudantes. Um sistema de avaliação contínua deve ser implementado para monitorar a eficácia da política, e transparência e prestação de contas são fundamentais para garantir a legitimidade e o sucesso das iniciativas. Ao cumprir essas condições, as instituições de ensino superior e os serviços de saúde podem desenvolver uma política de integração que promova uma formação ética, legalmente compatível e comprometida com a responsabilidade social e a promoção da saúde pública.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

- Criação da Disciplinas de Prática em Saúde Coletiva (PSC): Desde os primeiros anos da graduação, as disciplinas de PSC inserem os estudantes no cenário de prática do SUS, tanto em Belo Horizonte como na região metropolitana. Os alunos têm a oportunidade de compreender os determinantes sociais do processo saúde-doença, incluindo aspectos epidemiológicos, individuais e coletivos. São estimulados a desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, realizando projetos de intervenção baseados em diagnósticos locais.
- Incentivo de Prática Clínica em Cenário Ambulatorial: Os estudantes vivenciam a prática clínica em cenários ambulatoriais, tanto na atenção primária quanto na especializada. O Ambulatório Ciências Médicas, próximo à FCMMG, proporciona estrutura para atendimento e integração entre os cursos de graduação, promovendo conhecimento multidisciplinar, trabalho em equipe e integralidade do cuidado.
- No contexto do curso médico, a Disciplina de Medicina de Família e Comunidade (MFC): Inseridas na matriz curricular desde 2006, as disciplinas de MFC visam complementar a formação profissional, promovendo mudanças adequadas às necessidades de saúde da população. O foco está na vivência no SUS, na atenção primária e na Estratégia de Saúde da Família, alinhando-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).
- Incentivo de Atividades de Extensão: Desde 2020, as atividades de extensão foram incorporadas ao currículo, seguindo diretrizes estabelecidas para a educação superior. A disciplina Prática Formativa na Comunidade (PFC), praticada no curso médico, por exemplo, proporciona interação com a comunidade por meio de ações de saúde construídas colaborativamente, reafirmando valores como inclusão, igualdade e integralidade.
- Realização de Internatos em Áreas Específicas: Os estudantes realizam internatos, em resposta às demandas da transição demográfica e epidemiológica da população brasileira. Esses internatos visam proporcionar experiência prática e aprimoramento nos cuidados a esses grupos específicos.
- Realização de Internato em Saúde Coletiva: O internato em Saúde Coletiva, ocorre na região metropolitana de Belo Horizonte ou em municípios do interior de Minas Gerais, proporcionando aos estudantes a compreensão das relações entre saúde e doença na sociedade, em colaboração com outros cursos da área da saúde.
- Nos últimos anos da formação, os estudantes dos cursos de graduação realizam internatos nas áreas clínicas atuando junto aos sistemas públicos de saúde municipal e colaborando para o aprimoramento da qualidade da atenção à saúde nos diferentes níveis.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Para garantir a eficácia e qualidade da política de relacionamento com o Sistema Único de Saúde (SUS), são adotadas diversas estratégias de avaliação e acompanhamento. Isso inclui a implementação de um sistema de avaliação contínua, que monitora o desempenho dos estudantes e a qualidade das atividades práticas nos serviços de saúde, com feedback construtivo para orientar o desenvolvimento profissional. Além disso, o registro e acompanhamento das atividades de extensão são apoiados pelo setor de pesquisa e extensão, utilizando indicadores específicos e ferramentas de acompanhamento, como relatórios e registros fotográficos. Essas medidas visam garantir a relevância e impacto das ações realizadas, contribuindo para o desenvolvimento dos estudantes e a melhoria da saúde da comunidade atendida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de relacionamento com o Sistema Único de Saúde (SUS) apresenta uma abordagem abrangente e integrada, visando não apenas a formação acadêmica dos estudantes dos cursos de graduação, mas também o desenvolvimento de profissionais capacitados e comprometidos com a saúde da comunidade. As diretrizes e procedimentos estabelecidos garantem não só a inserção precoce dos estudantes nos cenários de prática do SUS, mas também a avaliação contínua de seu desempenho e o acompanhamento das atividades de extensão. O apoio do setor de pesquisa e extensão, aliado ao comprometimento das instituições de ensino e dos profissionais de saúde, fortalece a implementação eficaz dessa política. Com isso, espera-se não apenas a formação de médicos mais qualificados, mas também uma contribuição significativa para a promoção da saúde e o aprimoramento do sistema de saúde como um todo.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DIREITOS HUMANOS E APOIO ÀS MINORIAS, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

JOSÉ FELIPPE PINHO DA SILVA
LETÍCIA LEMOS JARDIM
MARIANA RIBEIRO VOLPINI LANA
RODRIGO SANTANA DUTRA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A instituição da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais consagra a educação ambiental, os direitos humanos e o apoio às minorias como pilares essenciais de sua visão, missão e valores. Estes valores não apenas permeiam, mas estão profundamente enraizados em todas as facetas de nossos programas acadêmicos. Nosso compromisso é não só com a excelência acadêmica, mas também com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente.

A Política de Educação Ambiental e Direitos Humanos da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais é um documento que reflete nossa dedicação em garantir o respeito e a promoção desses princípios em todas as esferas da instituição. Esta política não é apenas um conjunto de diretrizes; é um compromisso vivo com a diversidade, igualdade e justiça social, que se manifesta em cada interação dentro de nossa comunidade acadêmica.

Ao adotar uma abordagem transversal, contínua e permanente, valorizamos a diversidade étnico-racial em todos os aspectos de nossos currículos. Reconhecemos que a construção de uma sociedade mais justa começa na sala de aula, onde os futuros profissionais da saúde são moldados. Portanto, incorporamos ativamente em nosso ensino a consciência sobre a importância dos direitos humanos e da preservação ambiental.

Nossa política se baseia em documentos internacionais reconhecidos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e os Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos. Além disso, buscamos a participação ativa de defensores dos direitos humanos em nossa comunidade acadêmica, incentivando o engajamento e a multiplicação desses valores.

Ao internalizar esses princípios, capacitamos nossos alunos não apenas como profissionais de saúde competentes, mas como agentes de mudança social. Eles são preparados não apenas para tratar doenças, mas

também para promover a dignidade humana e o bem-estar de todos os indivíduos, independentemente de sua origem étnica, cultural, social ou econômica.

Portanto, esta política não é apenas uma formalidade; é um compromisso ativo com a construção de um mundo mais justo e sustentável. Cada membro de nossa comunidade acadêmica é chamado a abraçar esses valores e a se tornar um defensor apaixonado dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente. Juntos, estamos construindo um futuro mais brilhante e inclusivo para todos.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Promover a conscientização, ações e práticas que visem à preservação e proteção do meio ambiente, à promoção dos direitos humanos e ao apoio às minorias, à promoção das relações étnico-raciais e à responsabilidade social, tanto dentro quanto fora do ambiente acadêmico. Esta política visa garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, que contribua para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

Objetivos específicos

- Promover a Conscientização: Fomentar a compreensão dos direitos humanos, da importância da preservação ambiental e da necessidade de apoio às minorias, promoção das relações étnico-raciais e à responsabilidade social dentro da comunidade acadêmica.
- Integrar os Princípios em Todas as Esferas: Garantir que os valores de educação ambiental, direitos humanos e apoio às minorias estejam incorporados em todas as atividades e decisões da instituição, desde a formulação de políticas até a prática cotidiana.
- Incentivar a Diversidade e a Igualdade Étnico-Racial: Implementar medidas que valorizem a diversidade étnico-racial em todos os aspectos dos programas acadêmicos, promovendo a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de sua origem.
- Respeitar os Princípios Internacionais: Alinhar as políticas da instituição com os princípios e diretrizes internacionais de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e os Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos.
- Capacitar Profissionais Socialmente Responsáveis: Formar profissionais da saúde conscientes de sua responsabilidade social, ética e comprometidos com a promoção da dignidade humana e o bem-estar de todos os indivíduos.
- Prevenir Conflitos e Violações: Estabelecer diretrizes claras para orientar a conduta dos membros da comunidade acadêmica, visando prevenir conflitos e violações dos direitos humanos, promovendo um ambiente de respeito e inclusão.
- Engajar Defensores dos Direitos Humanos: Incentivar o engajamento de defensores dos direitos humanos dentro da comunidade acadêmica, criando um ambiente propício para o diálogo ativo e a multiplicação desses valores.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A Política de Direitos Humanos abrange todos os sujeitos que estão implicados na comunidade acadêmica, em suas diversas esferas, incluindo discentes, docentes, colaboradores e profissionais que estão a serviço da educação.

CONDIÇÕES

Para que esta política seja implementada com sucesso, algumas condições são essenciais, levando em consideração a infraestrutura disponível e a estrutura administrativa da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG):

Infraestrutura Adequada:

- Utilização eficaz dos espaços disponíveis, como o Teatro Feluma, auditórios, espaços do diretório acadêmico e áreas de convivência, para a realização de eventos, palestras, workshops e atividades culturais relacionadas à política de Educação Ambiental, Direitos Humanos e Apoio às Minorias.
- Manutenção e adequação dos espaços físicos para garantir conforto e acessibilidade a todos os membros da comunidade acadêmica.

Estrutura Administrativa:

- Fortalecimento dos setores administrativos, como o setor de comunicação, responsável por divulgar a política e os eventos relacionados, e o setor de pesquisa e extensão, para apoiar o desenvolvimento de projetos relacionados aos temas da política.
- Funcionamento eficiente da Comissão Própria de Avaliação (CPA), ouvidoria e canal ético, garantindo canais eficazes de comunicação e feedback entre os membros da comunidade acadêmica e a gestão da instituição.

Núcleo de Desenvolvimento Docente:

- Atuação do Núcleo de Desenvolvimento Docente para oferecer capacitações e formação contínua aos docentes, preparando-os para integrar os temas transversais da política em suas disciplinas e atividades acadêmicas.

Espaços de Convívio:

- Utilização do Café Teatro como espaço para convívio e realização de atividades culturais e debates relacionados aos temas da política, promovendo a integração e troca de ideias entre os membros da comunidade acadêmica.

Núcleo de Apoio Psicopedagógico:

- Disponibilização de serviços do Núcleo de Apoio Psicopedagógico para oferecer suporte emocional e psicológico aos alunos, professores e colaboradores, especialmente diante de questões sensíveis relacionadas aos direitos humanos e às minorias.

Ao garantir essas condições, a FCMMG estará apta a implementar e sustentar efetivamente a política de Educação Ambiental, Direitos Humanos e Apoio às Minorias, promovendo um ambiente acadêmico inclusivo, ético e comprometido com a transformação social.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

Divulgar a política de direitos humanos, promoção das relações étnico-raciais e à responsabilidade social para toda a comunidade acadêmica e colaboradores da FCMMG:

- Desenvolver uma campanha de comunicação abrangente para divulgar a política de direitos humanos, utilizando diversos canais, como e-mails, redes sociais, murais e palestras.
- Oferecer treinamentos e workshops para todos os membros da comunidade acadêmica e colaboradores, visando garantir que compreendam plenamente os princípios e diretrizes da política.

Incluir no Projeto Político Pedagógico dos cursos de graduação e de pós-graduação temas transversais que possam abordar determinado compromisso ético-político na formação e na futura atuação profissional de nossos alunos:

- Revisar e atualizar os Projetos Políticos Pedagógicos de todos os cursos de graduação e pós-graduação para incluir temas transversais relacionados aos direitos humanos, preservação ambiental e apoio às minorias.
- Integrar esses temas em disciplinas específicas e em atividades extracurriculares.

Incentivar a realização de seminários e conferências, eventos artísticos e culturais cujos temas sejam dedicados a educação ambiental, direitos humanos e apoio às minorias, promoção das relações étnico-raciais e à responsabilidade social buscando a aproximação entre a ciência e a ética na formação profissional do discente:

- Organizar seminários, conferências e palestras com especialistas em educação ambiental, direitos humanos e inclusão de minorias, convidando a participação de alunos, professores e membros da comunidade.
- Promover eventos artísticos e culturais, como exposições, peças de teatro e exibições de filmes, que abordem questões relacionadas a esses temas, estimulando uma reflexão crítica e ética entre os participantes.

Incentivar os desenvolvimentos de projetos de extensão e de pesquisa voltados para os temas desta política:

- Criar incentivos financeiros e bolsas de pesquisa para estudantes e professores que desenvolvam projetos relacionados aos temas da política, como estudos sobre direitos humanos, impacto ambiental de determinadas práticas ou inclusão de minorias na sociedade.
- Estabelecer parcerias com outras instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil para ampliar o alcance e o impacto dos projetos desenvolvidos.

Buscar parcerias para desenvolvimento de atividades de responsabilidade social voltados para as temáticas de educação ambiental, direitos humanos e apoio às minorias:

- Estabelecer parcerias com organizações não governamentais, empresas e órgãos governamentais que atuem na área de direitos humanos, preservação ambiental e apoio às minorias, buscando oportunidades de colaboração em projetos e programas de responsabilidade social.
- Promover a participação dos alunos e professores em atividades e campanhas promovidas por essas organizações, proporcionando oportunidades de engajamento e aprendizado prático.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Para avaliar e acompanhar a implementação da política de Educação Ambiental, Direitos Humanos e Apoio às Minorias na Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, são estabelecidas as seguintes formas de medição e acompanhamento contínuo:

Avaliação de Conhecimento e Adesão à Política:

- Questionários de Conhecimento: Aplicação de questionários periódicos para alunos, professores e colaboradores para avaliar o conhecimento sobre os princípios e diretrizes da política.
- Taxa de Adesão: Acompanhamento da adesão voluntária dos membros da comunidade acadêmica a treinamentos e workshops relacionados à política.

Integração Curricular e Implementação de Temas Transversais:

- Análise dos Projetos Pedagógicos: Revisão periódica dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos para avaliar a inclusão e a abordagem adequada dos temas transversais.
- Avaliação de Disciplinas: Verificação da presença e abordagem dos temas da política em disciplinas específicas por meio de avaliações de cursos e feedback dos alunos.

Realização de Eventos e Atividades:

- Participação em Eventos: Registro da participação de alunos, professores e colaboradores em seminários, conferências e eventos culturais relacionados à política.

- **Feedback dos Participantes:** Coleta de feedback dos participantes sobre a relevância e qualidade dos eventos realizados.

Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa e Extensão:

- **Número de Projetos Desenvolvidos:** Contagem do número de projetos de pesquisa e extensão relacionados à política iniciados e concluídos ao longo do tempo.
- **Impacto dos Projetos:** Avaliação do impacto dos projetos desenvolvidos, por exemplo, através de indicadores de mudança de comportamento, políticas influenciadas ou melhorias na comunidade.

Estabelecimento de Parcerias e Engajamento com a Comunidade:

- **Número de Parcerias Estabelecidas:** Registro do número de parcerias firmadas com organizações da sociedade civil, empresas e órgãos governamentais.
- **Participação em Atividades de Responsabilidade Social:** Acompanhamento da participação dos membros da comunidade acadêmica em atividades de responsabilidade social promovidas por parceiros externos.

Feedback da Comunidade Acadêmica:

- **Pesquisas de Satisfação:** Realização de pesquisas de satisfação regulares com alunos, professores e colaboradores para avaliar a eficácia e impacto da política.
- **Canais de Comunicação Abertos:** Manutenção de canais de comunicação abertos para receber feedback, sugestões e denúncias relacionadas à implementação da política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo a importância da efetivação dos direitos humanos e ambientais, a Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) enfatiza a necessidade de transformar princípios em práticas tangíveis. Para isso, exige-se a inclusão de disciplinas com temas transversais, o desenvolvimento de projetos de extensão, de pesquisa, estágios curriculares e atividades das Ligas Acadêmicas. Essas iniciativas representam o compromisso da instituição em traduzir os ideais em ações concretas, capacitando os alunos para a promoção e defesa dos direitos fundamentais em suas futuras práticas profissionais.

No Brasil, a relevância dos Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH), juntamente com outras políticas setoriais, delineia um amplo panorama de ações governamentais voltadas para a promoção e defesa dos direitos humanos. Nesse contexto, a FCMMG reconhece sua responsabilidade no contexto universitário em contribuir para a consolidação de um sistema nacional de direitos humanos. Por meio de seu compromisso com a educação, a igualdade de gênero, a equidade racial, o meio ambiente e outras áreas correlatas, a instituição busca não apenas formar profissionais qualificados, mas também agentes de transformação social, capazes de promover uma cultura de respeito, inclusão e justiça em toda a sociedade.

ANEXO

Ações e atividades realizadas com a interface dos Direitos Humanos:

1) Proibição do Trote estudantil

Vale destacar que, o Regimento Interno da FCMMG, artigo 129, proíbe, sob punição da suspensão das atividades escolares por até oito dias letivos, a participação em trote estudantil que possa causar constrangimento ou humilhação, aplicado a discente da Faculdade.

2) Implementação do Trote Solidário

O “Troto Solidário”, uma iniciativa discente, tem o objetivo de arrecadar roupas, alimentos, brinquedos e produtos de higiene pessoal para instituições carentes da cidade.

3) Nome Social

O Decreto Presidencial Nº 8.727/2016 dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal. Nome social se refere à designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida. A FCMMG adota em seus atos e procedimentos o nome social, de acordo com seu requerimento e solicitação junto ao Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico–NAAP. O campo “Nome Social”, também, está presente nos registros de sistema de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas e de formulários. O Nome Social aparece em destaque nestes instrumentos, acompanhado do nome civil, o qual é utilizado apenas para fins administrativos internos.

4) Disciplinas Direta ou Indiretamente vinculadas ao Campo dos Direitos Humanos

Comum a todos os cursos, a disciplina Ciências Sociais promove a reflexão sobre o caráter social das ciências e do saber médico, fisioterapêutico, do enfermeiro e do psicólogo; sobre as relações indivíduo-sociedade com ênfase na construção social do indivíduo e da cultura; trabalha a construção de conceitos de socialização, controle social, instituição, violência simbólica e resistência social; proporciona o estudo das relações sociais pelas quais se constituem tanto os indivíduos quanto a prática profissional da medicina, fisioterapia, enfermagem e psicologia; viabiliza o reconhecimento da organização dos serviços públicos de saúde; oportuniza o estudo dos Direitos Humanos, a questão das minorias na sociedade, as relações étnico-raciais, a história e cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

Além desta disciplina, muitas outras proporcionam aprofundamento nas questões descritas acima como, por exemplo, as disciplinas: Saúde Ambiental, Saúde Coletiva, Prevenção e Promoção na Saúde Comunitária e Enfermagem em Saúde da Família e Comunidade são focadas no estudo do estabelecimento das relações entre a interferência humana no ambiente e nos impactos epidemiológicos de tais relações. Além das disciplinas Educação em saúde e Humanização da assistência; Práticas em Saúde Coletiva comum aos cursos de Fisioterapia e Medicina e, ainda, as disciplinas específicas do curso de Psicologia como Fundamentos de Psicologia Social e Psicologia Social, Filosofia clássica e Filosofia contemporânea, Psicologia e Educação e Políticas Públicas, Psicologia Comunitária e Intervenção Psicossocial, Ética Profissional Temas Contemporâneos em Psicologia, Psicologia, Arte e Cultura.

5) Projetos de Extensão, Núcleos, Grupos de Pesquisas e Laboratórios em Direitos Humanos

Além das disciplinas extensionistas inseridas nos currículos dos cursos de graduação da FCMMG, como a “Prática formativa na Comunidade”, oferecem ao aluno uma oportunidade de vivenciar e identificar problemas sociais, bem como formular, desenvolver e avaliar ações com potencial transformador junto a públicos diversos. A participação em projetos de extensão e ligas acadêmicas, permitem aos estudantes produzir e divulgar conhecimentos sobre desigualdades sociais e suas consequências na saúde da população; aprofundar sobre doenças negligenciadas prevalentes em países em desenvolvimento e o conhecimento sobre a sua relação com indicadores socioeconômicos, incentivando uma visão humana, integrada e democrática da sociedade, com a participação ativa da comunidade acadêmica.

6) Sustentabilidade ambiental

Disciplinas curriculares extensionistas buscam desenvolver e avaliar ações que comunguem com as pautas: desenvolvimento sustentável, comunidades sustentáveis, educação ambiental, biossegurança e gerenciamento de resíduos, integração intercultural da humanidade, globalização, padrões de consumo, vigilância em saúde epidemiológica e ambiental, uso de materiais recicláveis para a expressão artística, cursos comunitários, orientação para o desenvolvimento pessoal e profissional e cidadania. Além de disciplinas curriculares a FCMMG apresenta um conjunto de medidas e ações que buscam a minimização e o controle de riscos inerentes a determinadas atividades com intuito de preservar a saúde humana, animal e ambiental. Cita-se como exemplo a separação de lixo (infectante, materiais biológicos e descartáveis). Outra medida adotada pela FCMMG é a utilização de lâmpadas com sensor de presença, sendo uma ferramenta simples e eficaz de manter as luzes acesas somente o tempo necessário, evitando desperdícios.

7) Serviço social

O Serviço Social da FCMMG tem foco na coletividade e na integração do aluno. O Assistente Social analisa, acompanha e propõe alternativas para melhorar as condições de vida do discente, além de cuidar de programas de bolsas de estudos e financiamento.

8) Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico

A FCMMG em consonância com sua missão institucional e atenta a Legislação Brasileira vigente criou o Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico – NAAP. O objetivo do setor é dar apoio psicopedagógico aos discentes visando qualidade no processo educativo, a partir da abordagem clínica e pedagógica nas diversas formas de manifestação do sofrimento e dificuldades pedagógicas encontradas durante o curso. Dedicar-se, também, as ações e reflexões, no contexto político contemporâneo, sobre a acessibilidade e a importância do reconhecimento e da visibilidade das pessoas com deficiência, avaliando as implicações das barreiras atitudinais, estruturais e pedagógicas na esfera dos cursos de graduação, a diversidade e os esforços para o desenvolvimento de práticas que levem à efetivação de uma educação inclusiva.

Alguns dispositivos jurídicos em favor dos direitos humanos, importantes no contexto acadêmico:

- a) Lei no 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- b) Lei no 9.795/1999, estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental;
- c) Lei no 10.639/2003, que instaura a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio;
- d) Lei no 11.096/2005, estabelece o Programa Universidade para Todos (PROUNI);
- e) Lei no 11.645/2008, determina a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
- f) Lei no 12.288/2010, o Estatuto da Igualdade Racial;
- g) Lei no 12.343/2010, que institui o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNII) –relacionada, portanto, ao direito à cultura e ao lazer;
- h) Lei no 12.527/2011 que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas;
- i) Lei no 12.711/2012, conhecida como a Lei de Cotas, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio;
- j) Lei no 13.146/2015, o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência;
- k) Decreto no 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT);
- l) Decreto no 8.727/2016 que dispõe sobre o uso de nome social e reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

ANA CRISTINA NUNES DE GUSMÃO
JAIR LEOPOLDO RASO
JULIANA SILVA BARRA
YARA VIEIRA LEMOS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As considerações iniciais oferecem uma visão clara dos motivos legais e institucionais que fundamentam a política de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural na Feluma e seus institutos. Essa política é essencial para cumprir a missão institucional de impulsionar o desenvolvimento social e a qualidade de vida através da educação, saúde, cultura, ciência, inovação e tecnologia. Além disso, ela está alinhada com a visão da Feluma de ser uma referência nacional e internacional em educação, saúde, ciência e tecnologia, representada por marcas fortes e propostas inovadoras.

Do ponto de vista legal, essa política se apoia em diversos instrumentos normativos, como leis, regulamentos e portarias, que estabelecem a necessidade de promover a valorização da diversidade, proteger os direitos humanos e combater a discriminação e o preconceito. Além disso, ela está em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o qual define as metas e estratégias da instituição para alcançar sua visão e missão.

Internamente, essa política atende à demanda da comunidade acadêmica por um ambiente inclusivo, que valorize a diversidade, respeite os direitos fundamentais e promova a sustentabilidade ambiental, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural. Ao promover esses valores, a Feluma e seus institutos demonstram seu compromisso com a formação de cidadãos conscientes, éticos e socialmente responsáveis, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, inclusiva, sustentável e culturalmente rica.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Promover a valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Isso implica criar um ambiente institucional que seja inclusivo, que respeite os direitos humanos fundamentais, que promova a sustentabilidade ambiental e que apoie a expressão cultural e artística em todas as suas formas. Essa política busca não apenas cumprir com os requisitos legais e normativos, mas também cultivar uma cultura organizacional que reconheça e celebre a multiplicidade de perspectivas, experiências e expressões culturais dentro da comunidade acadêmica e além dela.

Objetivos específicos

Os objetivos específicos dessa política podem incluir:

- Implementar programas e ações educativas que promovam a conscientização sobre a importância da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
- Desenvolver estratégias para proteger e preservar o meio ambiente, incluindo ações de conservação de recursos naturais, redução de emissões de carbono, gestão de resíduos e proteção da biodiversidade.
- Promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica, gênero, orientação sexual, religião, deficiência ou qualquer outra característica protegida.
- Apoiar iniciativas que promovam a expressão cultural e artística, incentivando a criação, produção, divulgação e fruição de obras e manifestações culturais diversas.
- Preservar e promover a memória cultural e o patrimônio histórico, arquitetônico, artístico e cultural, por meio de ações de restauração, conservação, pesquisa e difusão.
- Fomentar a colaboração e o engajamento da comunidade acadêmica e da sociedade em geral na promoção dos valores da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A Política Institucional de Inovação se aplica a todos os membros da comunidade da instituição, incluindo, mas não se limitando a:

- Docentes
- Discentes
- Funcionários administrativos
- Colaboradores terceirizados
- Sociedade na qual a instituição está inserida

Além disso, a política abrange todas as unidades, departamentos e setores da instituição, garantindo que a cultura de inovação permeie todas as áreas de atuação da Feluma.

CONDIÇÕES

Fomento para programas educacionais, projetos de conservação ambiental, iniciativas culturais, pesquisa histórica, entre outros. Isso incluir verbas para custeio de pessoal, fomento para atividades de extensão e de responsabilidade social, manutenção de espaços culturais, a exemplo do centro de memória e investimentos em infraestrutura sustentável.

Investimento em profissionais qualificados, gestores culturais, historiadores, artistas, entre outros, podem ser necessários para planejar, coordenar e executar as atividades previstas na política.

Estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil, empresas, instituições governamentais e outros atores relevantes pode ser fundamental para ampliar o alcance e a eficácia das iniciativas.

Possuir equipamentos e tecnologias adequadas podem ser necessários para apoiar atividades de pesquisa, educação ambiental, gestão de acervos culturais, entre outras.

Investir na capacitação e formação de pessoal para lidar com questões relacionadas à diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural é fundamental para garantir a qualidade e o impacto das ações.

Possuir recursos para comunicação e divulgação para disseminar informações sobre as atividades desenvolvidas, engajar a comunidade e sensibilizar o público em geral para as questões abordadas pela política, a exemplo da Revista de Extensão e Educação em Saúde – REES – da FCMMG

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

- **Fomentar a Inclusão e Acolhimento:** Garantir a participação equitativa de todas as comunidades e minorias, em todas as iniciativas relacionadas à política. Estabelecer espaços seguros e inclusivos onde todos se sintam bem-vindos e respeitados, independentemente de sua origem ou identidade a exemplo das unidades assistenciais que compõe o sistema FCMMG/Feluma.
- **Promoção da Diversidade e da Inclusão:** Desenvolver programas educacionais e culturais que abordem a diversidade em todas as suas formas, incluindo o curso livre de teatro, peças teatrais e projetos de extensão em arte e cultura; Integrar perspectivas de minorias em todas as atividades acadêmicas e culturais, reconhecendo e valorizando suas contribuições únicas para a sociedade.
- **Desenvolvimento Humano e Social:** Implementar projetos de extensão e pesquisa que abordem questões relacionadas aos moradores de rua e minorias, visando compreender suas necessidades e promover soluções sustentáveis; Incentivar a participação ativa de estudantes, professores e mem-

bros da comunidade em iniciativas de extensão e pesquisa que promovam a inclusão social e a justiça cultural.

- **Difusão do Conhecimento e da Cultura:** Realizar eventos acadêmicos dedicados à diversidade, como seminários, conferências e simpósios, que promovam o diálogo intercultural e o intercâmbio de ideias; Organizar exposições, performances artísticas e apresentações culturais que destaquem a riqueza e a complexidade das diversas culturas e identidades presentes na comunidade.
- **Preservação e Promoção do Patrimônio Cultural:** Apoiar a produção e a difusão de obras de arte e projetos culturais que celebrem a diversidade, a memória cultural e o patrimônio cultural das comunidades locais e globais. Manter e desenvolver espaços culturais, como o centro de memórias, e o teatro Feluma, que preservem e promovam a história e a identidade cultural da instituição e da região circundante.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Definição de indicadores de desempenho claros e mensuráveis para cada objetivo e meta estabelecidos pela política. Esses indicadores podem incluir taxas de participação em atividades relacionadas à política, resultados de pesquisas de satisfação, número de denúncias recebidas e resolvidas, entre outros.

Realizar avaliações qualitativas periódicas para entender o impacto das ações da política na comunidade acadêmica e na cultura organizacional da instituição. Isso pode incluir entrevistas, grupos focais e pesquisas qualitativas.

Solicitar feedback regular da comunidade acadêmica por meio de pesquisas de opinião, grupos de discussão e outros mecanismos de consulta, para garantir que suas necessidades e preocupações sejam consideradas na implementação da política.

Realizar revisões periódicas da política com base nos resultados da avaliação, feedback da comunidade e mudanças no contexto institucional ou externo. Isso garantirá que a política permaneça relevante e eficaz ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as diretrizes e procedimentos estabelecidos para a política de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, é evidente o compromisso da instituição em promover uma sociedade mais inclusiva, justa e culturalmente rica. Ao integrar programas educacionais, projetos de extensão, eventos acadêmicos e iniciativas de preservação, estamos não apenas cumprindo com nossa missão institucional, mas também assumindo um papel ativo na construção de um futuro mais sustentável e igualitário.

Por meio da educação ambiental, da promoção dos direitos humanos, do apoio às minorias e da valorização da diversidade cultural, estamos capacitando indivíduos a se tornarem cidadãos conscientes, éticos e

socialmente responsáveis. Ao mesmo tempo, estamos reconhecendo e celebrando a multiplicidade de perspectivas, experiências e expressões culturais que enriquecem nossa comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

É fundamental destacar que esta política não é apenas um conjunto de diretrizes e procedimentos, mas sim um compromisso coletivo com a construção de um mundo melhor para as gerações presentes e futuras. Ao trabalharmos juntos para promover a diversidade, proteger o meio ambiente, preservar a memória cultural, estimular a produção artística e valorizar o patrimônio cultural, estamos dando passos significativos em direção a uma sociedade mais justa, sustentável e culturalmente inclusiva.

Portanto, reafirmamos nosso compromisso com os valores e princípios desta política, e estamos prontos para enfrentar os desafios e oportunidades que surgirem no caminho. Que cada ação que empreendermos seja guiada pela busca da igualdade, da justiça e do respeito mútuo, e que possamos continuar a inspirar e ser inspirados pelo potencial transformador da diversidade e da cultura em todas as suas formas.

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LARISSA TAVARES AGUIAR
LETÍCIA LEMOS JARDIM
MARIA DO CARMO
MARIANA RIBEIRO VOLPINI LANA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As atividades de responsabilidade social e desenvolvimento sustentáveis da FCMMG encontram apoio no Núcleo de Extensão e Responsabilidade Social, seção do Setor de Pesquisa e Extensão dedicada responsável por planejar, executar, mapear, supervisionar e avaliar ações que tenham como objetivo o desenvolvimento sustentável da comunidade na qual a Instituição se insere. Atualmente o núcleo é composto quatro sub-seções que desenvolvem atividades voltadas a responsabilidade social e desenvolvimento social de forma integrada ou não à atividades de extensão.

Na Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG), entendemos a Responsabilidade Social como o compromisso assumido com o desenvolvimento de ações coletivas que visam promover o desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida e a promoção social. Nosso Núcleo de Extensão e Responsabilidade Social baseia suas atividades nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Com a nova governança institucional aprovada em janeiro de 2024, foi estabelecida a Diretoria de Pesquisa e Extensão, um órgão superior responsável pelo estudo e definição de ações estratégicas relacionadas às atividades de pesquisa e extensão na instituição. Neste contexto regulamentar, o Setor de Pesquisa e Extensão é diretamente subordinado a esta diretoria, garantindo uma gestão integrada e eficiente das iniciativas acadêmicas voltadas para o desenvolvimento científico e a promoção do engajamento comunitário.

A política de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável é essencial para garantir o equilíbrio entre o crescimento econômico, a preservação ambiental e o bem-estar social. Tal política responde às demandas de uma sociedade cada vez mais consciente e exigente em relação à ética e à sustentabilidade. Ao integrar práticas sustentáveis e socialmente responsáveis, a organização contribui para a conservação dos recursos naturais, a redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Além disso, essa abordagem proativa ajuda a mitigar riscos, a garantir a conformidade com regulamentações

ambientais e sociais e a fomentar uma cultura organizacional de longo prazo que valoriza e protege o meio ambiente e a sociedade. A implementação de uma política de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, portanto, não é apenas uma escolha ética, mas uma estratégia inteligente que assegura a perenidade e a relevância da instituição no cenário global contemporâneo.

OBJETIVOS

Objetivos gerais

Com base nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU, o objetivo principal do Núcleo de Extensão e Responsabilidade Social da FCMMG é contribuir para a promoção da saúde e bem-estar (ODS 3) da comunidade local e global por meio de ações de extensão universitária, projetos de pesquisa e programas educacionais voltados para questões de saúde pública e cuidados em saúde.

Objetivos específicos

São objetivos específicos do Núcleo de Extensão e Responsabilidade Social do Setor de Pesquisa e Extensão FCMMG:

- Desenvolver programas de educação em saúde para comunidades locais, abordando temas como prevenção de doenças, promoção da saúde mental e bem-estar, e cuidados primários de saúde.
- Realizar campanhas de conscientização sobre questões de saúde pública, como vacinação, higiene pessoal e prevenção de doenças transmissíveis.
- Estabelecer parcerias com instituições de saúde locais para oferecer serviços de assistência médica básica em comunidades carentes.
- Organizar workshops e treinamentos para capacitar membros da comunidade em habilidades de primeiros socorros e cuidados de saúde básicos.
- Promover a inclusão de grupos vulneráveis, como idosos, pessoas com deficiência e minorias étnicas, em programas de saúde e educação.
- Realizar pesquisas comunitárias para identificar as principais necessidades de saúde e desenvolver intervenções adequadas.
- Estabelecer projetos de desenvolvimento sustentável, como alimentação saudável e programas de reciclagem, para promover a saúde ambiental e a sustentabilidade.
- Colaborar com instituições que ofereçam bolsas de estudo e oportunidades de estágio para estudantes interessados em trabalhar em áreas relacionadas à saúde comunitária e responsabilidade social.
- Colaborar com outras instituições e organizações da sociedade civil para ampliar o alcance e o impacto das atividades de responsabilidade social.
- Avaliar regularmente o impacto das atividades do núcleo e adaptar os programas conforme necessário para atender às necessidades emergentes da comunidade.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

Essa política se estende a toda a comunidade acadêmica, abrangendo tanto discentes quanto docentes dos cursos de graduação e pós-graduação. Além disso, inclui também os institutos vinculados à Feluma, mantenedora da FCMMG, ampliando significativamente o alcance das atividades. Adicionalmente, ela envolve toda a comunidade sobre a qual a instituição exerce influência, assegurando um impacto positivo e abrangente.

CONDIÇÕES

O Núcleo de Extensão e Responsabilidade Social da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) é composto por diferentes subnúcleos, cada um com suas atribuições específicas, visando promover ações de extensão e responsabilidade social alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

- Núcleo de Suporte e Acompanhamento à Extensão Curricular: Este núcleo tem como responsabilidade o apoio e acompanhamento da extensão curricular na FCMMG. Suas principais atribuições incluem a construção/atualização de material de apoio às atividades de extensão, capacitações docentes nas peculiaridades da extensão curricular e orientação aos coordenadores dos cursos sobre o registro dos resultados e produtos conforme a resolução nº 10 de 2018.
- Núcleo de Desenvolvimento e Acompanhamento de Projetos de Extensão e Responsabilidade Social: Responsável pelo apoio à construção de projetos discentes e docentes, este núcleo visa também a construção de projetos de extensão em linhas de cuidados, o estabelecimento de parcerias externas interinstitucionais, além da condução de ações de responsabilidade social. Núcleo de Apoio às Ligas Acadêmicas. Este núcleo tem como foco o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão das ligas de interesse institucional, bem como o auxílio a docentes e discentes e a gestão de ações estratégicas das ligas em proveito da instituição.
- Núcleo de Controle da Produção e Divulgação de Atividades de Extensão e Responsabilidade Social: Responsável pela gestão editorial da Revista de Extensão e Educação em Saúde (REES), controle dos indicadores em extensão, gestão da plataforma de extensão e responsabilidade social, além da organização de eventos de extensão e capacitações discentes e docentes para atividades nessa área. Este núcleo conta com 1 professor da graduação dedicando 10 horas semanais.
- Composição do corpo docente administrativo: O corpo administrativo é composto por analistas, assistentes e auxiliares administrativos, responsáveis por proporcionar apoio administrativos as atividades de extensão e responsabilidade social. Enquanto isso, o corpo docente é constituído por professores doutores com vasta experiência na área de saúde coletiva e ações junto à comunidade, também encarregados de planejar, executar, mapear, supervisionar e avaliar as atividades acadêmicas e de extensão.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

Desenvolver programas de educação em saúde para comunidades locais:

- Temas abordados: prevenção de doenças, promoção da saúde mental e bem-estar, cuidados primários de saúde.
- Procedimentos: Incentivar a criação de material educativo, organização de palestras e seminários.

Realizar campanhas de conscientização sobre questões de saúde pública:

- Focos: vacinação, higiene pessoal, prevenção de doenças transmissíveis.
- Procedimentos: Planejamento e execução de campanhas de mídia, eventos comunitários e distribuição de materiais informativos.

Estabelecer parcerias com instituições de saúde locais:

- Oferecer serviços de assistência médica básica em comunidades carentes.
- Procedimentos: Firmar acordos de cooperação, coordenação de visitas e serviços médicos.
- Apoiar a organizar workshops e treinamentos para capacitação comunitária.

Promover a inclusão de grupos vulneráveis:

- Design de programas inclusivos, campanhas de sensibilização, parcerias com organizações de defesa.
- Realizar pesquisas comunitárias para identificação de necessidades.
- Conduzir estudos de campo, análises de dados, publicação de resultados e recomendações.

Estabelecer projetos de desenvolvimento sustentável:

- Parcerias com organizações ambientais, desenvolvimento de programas educativos, implementação de iniciativas práticas.
- Colaborar com instituições para oferecer bolsas e estágios.
- Estabelecimento de convênios, divulgação de oportunidades, acompanhamento de beneficiários.

Ampliar o alcance e impacto das atividades de responsabilidade social:

- Networking, participação em consórcios, co-organização de eventos.
- Avaliar regularmente o impacto das atividades.
- Adaptar programas conforme necessidades emergentes.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

O Setor de Pesquisa e Extensão da nossa instituição oferece toda a estrutura de suporte necessária para o desenvolvimento de atividades de extensão e responsabilidade social. Isso inclui documentações específicas para a submissão de propostas, editais direcionados para a seleção de alunos e projetos a serem fomentados com recursos próprios, além de métodos de avaliação dos projetos por meio de indicadores específicos. Também conduzimos capacitações junto ao núcleo de desenvolvimento docente, visando garantir que as atividades alcancem seus objetivos propostos.

Além disso, diversos indicadores para medir o impacto das nossas ações de extensão e responsabilidade social. Estes incluem o número de projetos desenvolvidos ao longo do tempo, o total de participantes envolvidos, o impacto na comunidade local em termos de melhorias na qualidade de vida e acesso a serviços, a produção acadêmica resultante das atividades, as parcerias estabelecidas com outras instituições e organizações, o efeito na formação acadêmica dos estudantes, a satisfação dos participantes e as mudanças de comportamento e atitude observadas. Esses indicadores nos permitem avaliar o sucesso e o alcance das nossas iniciativas, garantindo que estejamos cumprindo nossa missão de promover o desenvolvimento social e contribuir para o bem-estar da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável destacam o compromisso da instituição em promover a saúde e o bem-estar das comunidades locais, bem como em contribuir para um futuro sustentável. Através do desenvolvimento de programas de educação em saúde, campanhas de conscientização e estabelecimento de parcerias com instituições de saúde locais, a instituição visa oferecer serviços de assistência médica básica e capacitar as comunidades carentes. Além disso, a inclusão de grupos vulneráveis é priorizada, com a realização de pesquisas comunitárias e o desenvolvimento de programas inclusivos em parceria com organizações de defesa. No âmbito do desenvolvimento sustentável, projetos são estabelecidos em colaboração com organizações ambientais, visando a implementação de iniciativas práticas e programas educativos. Para ampliar o alcance e impacto das atividades de responsabilidade social, a instituição busca expandir seu networking e participação em eventos, além de avaliar regularmente o impacto das atividades e adaptar programas conforme as necessidades emergentes. Essas ações refletem o compromisso da instituição em contribuir para o bem-estar das comunidades e para um futuro mais sustentável, demonstrando seu papel ativo na promoção da responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.

POLÍTICA DE EXTENSÃO

CAMILA MENEZES SABINO DE CASTRO
RAQUEL DE CARVALHO LANA CAMPELO
SUMAYA GIAROLA CECILIO
VALQUÍRIA FERNANDES MARQUES

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Política de Extensão da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) constitui-se como um dispositivo sinalizador do modo como a extensão, em suas diversas modalidades, é operada na Instituição, visando orientar o planejamento, a execução e a avaliação de ações extensionistas de pertinência social.

A concepção da Política de Extensão da FCMMG, ao orientar-se pelo conceito, diretrizes, princípios e objetivos que compõem o sentido de extensão no País¹, convida os professores, alunos e técnico-administrativos da Instituição a se envolverem ativamente, de modo suficiente, para dar materialidade ao seu conteúdo, tornando-a um instrumento Institucional efetivo.

A extensão, como umas das funções sociais da FCMMG, atua como um espaço privilegiado de produção de conhecimento para a superação das desigualdades sociais existentes no País, sobretudo, em Belo Horizonte e cidades vizinhas. Ao fomentar programas, projetos e ações de extensão que considerem os saberes populares e os valores democráticos de igualdade de direitos, a FCMMG promove o desenvolvimento social do cidadão, dentro e fora de seus muros, com foco na sustentabilidade ambiental e social (GADOTTI, 2017)².

O termo extensão, na acepção que nos interessa aqui, indica a ação de estender em sua regência sintática de verbo transitivo relativo, de dupla complementação – estender algo a [...]. A ação de extensão se dá no domínio do humano e não do natural, o que equivale dizer que a extensão de seus conhecimentos e de suas técnicas se faz aos homens para que possam transformar melhor o mundo em que estão [...]. O conceito de

1 A Política de extensão da FCMMG foi elaborada a partir da Política Nacional de Extensão Universitária de 2012, do FORPROEX.

2 FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

extensão também não tem o sentido do ponto de vista humanista, pois não é um humanismo abstrato, mas concreto, científico (FREIRE, 1983, p. 20)³.

Como traz Freire (1983), prógono do sentido de extensão, ao estender as ações e produções acadêmicas à comunidade, as IES se tornam forças motrizes para a elaboração da práxis do conhecimento acadêmico. Nesse sentido, a FCMMG vem se empenhando, ao longo dos seus mais de setenta anos, para assegurar a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, com foco na resolução de problemas sociais e fortalecimento das políticas públicas de saúde.

As ações de extensão desenvolvidas na FCMMG visam, portanto, colaborar para a aplicação do sentido de extensão, em diferentes cenários sociais, sobretudo, aqueles marcados por disparidades e iniquidades. Desse modo, a operacionalização das ações de extensão deverá estar de acordo com as políticas públicas de interesse geral da sociedade, seguindo, igualmente, as políticas internas da FCMMG.

Atualmente, como forma de atender às recomendações da esfera de formação de recursos humanos na área da saúde e, ainda, promover uma formação cidadã e consciente ao sentido de extensão universitária, a FCMMG desenvolve atividades de extensão discentes, docentes, curriculares e extracurriculares.

Para isso, espera-se que, os atores inseridos nos processos extensionistas da FCMMG, tenham clareza do sentido de extensão, bem como compreendam o “arsenal” analítico, teórico e conceitual a ela relacionado. Ainda, que se comprometam com metodologias de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação e, sempre que possível, de seus impactos sociais. Para além dos avanços Institucionais em termos de curricularização da extensão, motivados por resoluções federativas, bem como concepções e metodologias relativas à extensão, reconhece-se que, há, ainda, um longo caminho a percorrer, tendo em vista os objetivos que a FCMMG pretende alcançar.

Desse modo, a implementação de ações extensionistas, de forma a promover mudanças dentro e fora da FCMMG, devem ser orientadas por normas internas, que sejam condizentes às macro políticas formativas, dentro de uma política institucional própria.

OBJETIVOS

Apresenta-se neste documento a Política de Extensão da FCMMG que tem como objetivo principal nortear as ações institucionais para o incentivo, desenvolvimento, acompanhamento e registro do impacto social e acadêmico das atividades de extensão da FCMMG. Como objetivo específico, implementar estratégias para o desenvolvimento de ações extensionistas dentro das modalidades: programa, projeto, prestação de serviços, cursos, eventos e produções.

3 GADOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê? Instituto Paulo Freire. 2017.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

Setor de Pesquisa e Extensão

O Setor de Pesquisa e Extensão da FCMMG busca implementar uma política de desenvolvimento de atividades de extensão em todos os cursos de graduação da FCMMG, de modo interdisciplinar e multiprofissional).

Setores sociais envolvidos

A FCMMG se propõe a desenvolver atividades de extensão em comunidades situadas nas áreas de abrangência de Unidades Básicas de Saúde (UBS) do SUS/Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras instituições, privadas, públicas ou filantrópicas que mantém convênios, tanto na região metropolitana de Belo Horizonte, quanto nos municípios do interior do Estado de Minas Gerais.

Abrangência Institucional

- Extensão docente;
- Extensão discente;
- Extensão inter e institucionais;
- Extensão curricular;
- Ligas Acadêmicas.

CONDIÇÕES

Considera-se como condições para o desenvolvimento, implementação e avaliação da extensão na FCMMG, a precisa compreensão: i) dos conceitos de extensão; ii) dos princípios norteadores da extensão na FCMMG; iii) dos eixos e linhas de extensão e iv) das modalidades das ações de extensão.

Definições e conceitos da extensão

Compreende-se a extensão, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a IES e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012)⁴.

Reflete-se que a extensão é o modo como a FCMMG se insere na sociedade. Essa inserção deve ser orientada por diretrizes, sendo elas: i) Interação Dialógica, ii) Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, iii)

⁴ FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. 2012.

Indissociabilidade Ensino-Pesquisa- Extensão, Impacto na Formação do Estudante e, finalmente, IV) Impacto e Transformação Social (NOGUEIRA, 2000)⁵.

- **Interação Dialógica:** Com relação ao diálogo, as atividades de extensão devem estar pautadas na ideia de interação entre a FCM- MG e a sociedade, com o intuito de gerar benefícios mútuos, de construção de redes de interlocutores e implementadores. Devem propiciar a construção de um espaço para compreensão das demandas da sociedade e para a articulação política entre as pessoas e as organizações. Devem, ainda, priorizar uma interação com os segmentos sociais de exclusão, com vistas à construção de um pacto pelo desenvolvimento, justiça e equidade. Acredita-se que, por meio de uma relação dialógica, é possível que a comunidade problematize as dificuldades enfrentadas e se empenhe na transformação constante da realidade. Como dizia Freire, “ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade” (FREIRE, 1983, p. 28).
- **Interdisciplinaridade e interprofissionalidade:** Para que os saberes ocorram e modifiquem conceitose concepções muitas vezes cristalizados pela sociedade, a proposta interdisciplinar fortalece as ações extensionistas favorecendo o estudo, a análise, a execução e a mudança de conteúdo a partir de diferentes áreas do conhecimento imbricadas entre si, superando noções estáticas. Com respeito à interdisciplinaridade, é necessária a articulação intersetorial, interprofissional e interdisciplinar, não só pela dimensão, complexidade e diversidade dos problemas a serem trabalhados, mas também pelo aporte de conceitos, modelos e metodologias complementares e de afirmação dos compromissos.
- **Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão:** A diretriz Indissociabilidade Ensino–Pesquisa– Extensão reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa).
- **Impacto na Formação do Estudante:** As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante através da ampliação do universo de referência e do contato direto com as grandes questões contemporâneas, possibilitando o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos.
- **Impacto e Transformação Social:** As atividades de extensão devem produzir impacto social, pela possibilidade de construção e de transformação, e devem ultrapassar o predomínio de ações pontuais e limitadas, mesmo que estas tenham efeitos positivos. As intervenções propiciadas devem ser organizadas, tendo como referência as crises e os principais problemas sociais, identificados, estudados e transformados através de um planejamento estratégico. Devem estar voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população, devendo incluir o planejamento conjunto aos movimentos sociais para, assim, permitir a superação das desigualdades e da exclusão social. Sendo assim, as atividades não devem ser vistas apenas como instrumento de mudança diante dos problemas sociais, mas devem também contemplar um resultado de retroalimentação, gerando transformações na própria instituição de ensino.

5 NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; Fórum, 2000.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

As ações extensionistas da FCMMG são orientadas pela Resolução CNE/CES N°7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n° 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação–PNE 2014-2024.

Ainda, os princípios norteadores das atividades de extensão na FCMMG, baseados nas publicações do FORPROEX e outras entidades federativas, são:

- A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País;
- A Faculdade não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve ser sensível a seus problemas e apelos, sejam os expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- A Faculdade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil;
- A ação cidadã da Faculdade não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nela produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
- A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
- A atuação junto ao sistema de ensino deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

Eixos e linhas de extensão

A Extensão da FCMMG acontece articulada às políticas públicas brasileiras e, conforme pactuado no âmbito do FORPROEX, pautada por três eixos integradores, tendo como prioridade oito áreas de atuação.

Os eixos integradores são Áreas Temáticas, Território e Grupos Populacionais.

O eixo Áreas Temáticas tem por objetivo nortear a sistematização das ações de Extensão em oito áreas correspondentes a grandes focos de política social. São elas:

- Comunicação
- Cultura
- Direitos Humanos e Justiça
- Educação
- Meio Ambiente

- Saúde
- Tecnologia e Produção
- Trabalho

Quadro 1. Definições das áreas temáticas. Belo Horizonte.

DENOMINAÇÃO	DEFINIÇÕES
Comunicação	Comunicação social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária; rádio universitária; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de comunicação social; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área.
Cultura	Desenvolvimento de cultura; cultura, memória e patrimônios; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo, música e dança; produção teatral e circense; rádio universitária; capacitação de gestores de políticas públicas do setor cultural; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área.
Direitos Humanos e Justiça	Assistência jurídica; capacitação e qualificação de recursos humanos de gestores de políticas públicas de direitos humanos; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de grupos sociais; organizações populares; questão agrária.
Educação	Educação básica; educação e cidadania; educação a distância; educação continuada; educação de jovens e adultos, especial e infantil; ensino fundamental, médio, técnico e profissional; incentivo à leitura; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de educação; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; tecnologia digital e educação; tecnocultura e educação; formação de docentes; acessibilidade.
Meio-ambiente	Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos do meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de meio ambiente; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação ambiental, gestão de recursos naturais, sistemas integrados para bacias regionais; acessibilidade.
Saúde	Promoção à saúde e à qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher, à criança, à saúde de adultos, ao idoso, ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho, esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas; tecnologia e saúde; acessibilidade.

Tecnologia e Produção	Transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; pólos tecnológicos; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de ciência e tecnologia; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de propriedade e patentes; acessibilidade.
Trabalho	Reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas do trabalho; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho; trabalho e cibercultura; acessibilidade.

Fonte: Denominação das Áreas Temáticas de Extensão a partir de 1º de janeiro de 2006. FOR-PROEX.

A classificação em áreas temáticas favorece estudos e relatórios sobre a produção da extensão brasileira, segundo agrupamentos temáticos, bem como a articulação de indivíduos ou grupos que atuam na mesma área temática.

As áreas temáticas da extensão foram criadas em 1999 e revisadas em 2006. Uma forma complementar de classificação das ações de extensão é por linha de extensão. As linhas especificam e detalham os temas para a nucleação das ações de extensão, não sendo necessariamente ligadas a uma determinada área temática.

A utilização da classificação em linhas é muito importante como indução ao agrupamento de projetos tematicamente assemelhados em programa. Tanto a classificação de áreas temáticas quanto a de linhas de extensão foram criadas pelo FORPROEX e são adotadas pelo conjunto das universidades públicas e privadas. São elas:

Quadro 2. Linhas de extensão, em ordem alfabética, para classificação das ações de extensão e formas de operacionalização mais frequentes. Belo Horizonte, 2022.

1. 2006 – Alfabetização, leitura e escrita: Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas.
2. 2006 – Artes cênicas: Dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
3. 2006 – Artes integradas: Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.
4. 2006 – Artes plásticas: Escultura, pintura, desenho, gravura, instalação, apropriação; formação, memória, produção e difusão 11 cultural e artística.
5. 2006 – Artes visuais: Artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; memória, produção e difusão cultural e artística.

6. 2006 – Comunicação estratégica: Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.
7. 2006 – Desenvolvimento de produtos: Produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, dispensação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos.
8. 2006 – Desenvolvimento regional: Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas à elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS; participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.
9. 2006 – Desenvolvimento rural e questão agrária: Constituição e/ou implementação de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural.
10. 2006 – Desenvolvimento tecnológico: Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.
11. 2006 – Desenvolvimento urbano: Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo.
12. 2006 – Direitos individuais e coletivos: Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária, individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.
13. 2006 – Educação profissional: Formação técnica profissional, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho.
14. 2006 – Empreendedorismo: Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e polos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando a pró atividade.
15. 2006 – Emprego e renda: Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/ associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros.

16. 2006 – Endemias e epidemias: Planejamento, implementação e avaliação de metodologias de intervenção e de investigação tendo como tema o perfil epidemiológico de endemias e epidemias e a transmissão de doenças no meio rural e urbano; previsão e prevenção.
17. 2006 – Espaços de ciência: Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização desses espaços.
18. 2006 – Esporte e lazer: Práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político pedagógico das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos.
19. 2006 – Estilismo: Estilismo e moda.
20. 2006 – Fármacos e medicamentos: Uso correto de medicamentos para a assistência à saúde, em seus processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos.
21. 2006 – Formação de professores (formação docente): Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.
22. 2006 – Gestão do trabalho: Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano e rural (formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, dentre outros).
23. 2006 – Gestão informacional: Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
24. 2006 – Gestão institucional: Estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não-governamentais.
25. 2006 – Gestão pública: Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).
26. 2006 – Grupos sociais vulneráveis: Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.
27. 2006 – Infância e adolescência: Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção tendo como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.

28. 2006 – Inovação tecnológica: Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento; considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).
29. 2006 – Jornalismo: Processos de produção e edição de notícias para mídias impressas e eletrônicas; assessorias e consultorias para órgãos de imprensa em geral; crítica de mídia.
30. 2006 – Jovens e adultos: Processos de atenção (saúde, assistência social, etc), emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.
31. 2006 – Línguas estrangeiras: Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos políticopedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução.
32. 2006 – Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem: Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.
33. Mídias-artes: Mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital.
34. Mídias: Veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádios, televisão, jornal, revistas, internet, etc); promoção do uso didático dos meios de educação e de ações educativas sobre as mídias.
35. 2006 – Música: Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
36. 2006 – Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares: Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONGs, OSCIPs, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros.
37. 2006 – Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial: Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.
38. 2006 – Pessoas com deficiências, incapacidades, e necessidades especiais: Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.
39. 2006 – Propriedade intelectual e patente: Processos de identificação, regulamentação e registro de direitos autorais e sobre propriedade intelectual e patente.

40. 2006 – Questões ambientais: Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.
41. 2006 – Recursos hídricos: Planejamento de microbacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e bacias hidrográficas; prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a conselhos estaduais, comitês e consórcios municipais de recursos hídricos.
42. 2006 – Resíduos sólidos: Orientação para desenvolvimento de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor o lixo; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, instalação de manejo de resíduos sólidos urbanos reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final (aterros sanitários e controlados), e remediação de resíduos a céu aberto; orientação à organização de catadores de lixo.
43. 2006 – Saúde animal: Processos e metodologias visando a assistência à saúde animal: prevenção, diagnóstico e tratamento; prestação de serviços institucionais em laboratórios, clínicas e hospitais veterinários universitários.
44. 2006 – Saúde da família: Processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família.
45. 2006 – Saúde e proteção no Trabalho: Processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo o ambiente de trabalho e como público os trabalhadores urbanos e rurais; saúde ocupacional.
46. 2006 – Saúde humana: Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras.
47. 2006 – Segurança alimentar e nutricional: Incentivo à produção de alimentos básicos, autoabastecimento, agricultura urbana, hortas escolares e comunitárias, nutrição, educação para o consumo, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar.
48. 2006 – Segurança pública e defesa social: Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e seus familiares; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção a vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário.
49. 2006 – Tecnologia da informação: Desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital.
50. 2006 – Temas específicos / Desenvolvimento humano: Temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, linguística, (letras e artes), visando a reflexão, discussão, atualização e aperfeiçoamento humano.

51. 2006 – Terceira idade: Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação pessoas idosas e suas famílias.

52. 2006 – Turismo: Planejamento e implementação do turismo (ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso, etc) como setor gerador de emprego e renda; desenvolvimento de novas tecnologias para avaliações de potencial turístico; produção e divulgação de imagens em acordo com as especificidades culturais das populações locais.

53. 2006 – Uso de drogas e dependência química: Prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.

Fonte: FOR-PROEX. Extensão universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007. 112 p. (Coleção Extensão Universitária; v. 6).

O eixo Território destina-se à promoção da integração das ações extensionistas em termos espaciais, assim como das políticas públicas com as quais elas se articulam. A integração espacial de intervenções públicas surge como estratégia para superar os efeitos negativos do território, o qual apresenta desigualdades sociais e de exclusão relacionadas às condições precárias de vida e às dimensões qualitativas de pobreza para grande parte da população.

O eixo Grupos Populacionais busca promover a integração das ações extensionistas, assim como a das políticas públicas com as quais elas se articulam, em grupos populacionais específicos, especialmente os excluídos e aqueles em situação de vulnerabilidade social e deve estar ancorada, como no eixo anterior, na diretriz de interdisciplinaridade e interprofissionalidade.

As áreas de atuação prioritárias, na articulação da Extensão com as políticas públicas, são as seguintes:

- Preservação e sustentabilidade do meio ambiente;
- Ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica;
- Melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira;
- Melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso;
- Melhoria do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária;
- Promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes;
- Ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência;
- Formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos.

Ainda, a FCMMG compromete-se com o fortalecimento da Extensão no enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais e o combate a todas as formas de desigualdade e discriminação.

Como na articulação com as políticas públicas, a articulação da Extensão da FCMMG com os movimentos sociais também deve estar pautada pela competência, espírito crítico e autonomia, mas deve também buscar preservar a autonomia desses movimentos, estabelecendo com eles relações horizontais, de parceira, renunciando, assim, a qualquer impulso de condução ou cooptação.

A extensão da FCMMG também surge articulada aos objetivos para o desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Figura 1. Objetivos para o desenvolvimento sustentável da ONU. Agenda 2030. Belo Horizonte, 2022.



Fonte: Google Imagens.

A Agenda 2030 da ONU é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhece-se que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é um desafio global, além de um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas demonstram a escala e a ambição da nova Agenda universal. Os Objetivos e metas estimulam a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância para a humanidade e para o planeta: i) Pessoas (ações para erradicação da pobreza e da fome, em todas as suas formas e dimensões); ii) Planeta (ações de proteção do planeta, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais; medidas urgentes sobre a mudança climática); iii) Prosperidade (promoção de uma vida próspera e de plena realização pessoal para todos os seres humanos; progresso econômico, social e tecnológico em harmonia com a natureza); iv) Paz (promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência); v) Parceria (mobilização do Desenvolvimento Sustentável).

Modalidades das ações de extensão

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 7, de 18 de dezembro de 2018, as atividades extensionistas se inserem nas seguintes modalidades: Programa, Projeto, Cursos, Eventos, Prestação de Serviços, Produção e Publicação Acadêmica.

MODALIDADE DE EXTENSÃO	DEFINIÇÃO
Programa	Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo (Política Nacional de Extensão).
Projeto	Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado". Os projetos podem, ou não, ser vinculados a um Programa. (Política Nacional de Extensão).
Cursos	Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos". A característica dos cursos abrange atualização, capacitação e/ou aperfeiçoamento (Política Nacional de Extensão).
Eventos	Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produtos cultural, artístico, esportivo, científico, e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade (Política Nacional de Extensão). Ex.: Congressos, Seminários, Feiras, Exposições, Espetáculos etc.
Prestação de Serviço	Ação que implica na prestação de serviços à comunidade em nome do IFSP, que envolva a realização de assessorias e consultorias, emissão de laudos técnicos, análises laboratoriais, palestras, entre outros. Vinculadas às áreas de atuação da instituição, respondem às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho, priorizando iniciativas de diminuição de desigualdades sociais.
Produção e Publicação acadêmica	Caracterizam-se como a produção de publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica (Política Nacional de Extensão).

Fonte: PROEX, 2016.

Ainda, a FCMMG sugere o seguinte raciocínio para escolha da modalidade:

Figura 2. Fluxograma Modalidade de Extensão. Belo Horizonte, 2022.



Fonte: Pesquisa e Extensão FCMMG.

Extensão docente

Anualmente, o Setor de Pesquisa e Extensão lança editais para a avaliação de Projetos de Extensão Docente. Tais editais procuram estimular o desenvolvimento de projetos de extensão planejados por docentes da Instituição, em parceria com a comunidade, de modo interdisciplinar e indissociável ao tripé pesquisa, ensino e extensão.

Tais ações são importantes para a formação do estudante, para o atendimento prestado à comunidade e para o reconhecimento da FCMMG enquanto instituição que preconiza o diálogo entre a educação e a sociedade.

São objetivos dos editais para execução de Projetos de Extensão docente:

- Apoiar projetos de extensão de docentes da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, com o intuito de fortalecer as ações de extensão acadêmica frente a problemas de saúde da sociedade e estabelecer uma relação dialógica entre a instituição de ensino e a sociedade;
- Estimular a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos, docentes e discentes, no engajamento em projetos de extensão de visibilidade e relevância social.

A proposta extensionista é submetida por um professor e/ou pesquisador, com título de Mestre ou Doutor, vinculado à FCMMG no período de vigência do edital de seleção de projeto de extensão.

A proposta apresentada deverá ter caráter extensionista bem definido, no que concerne a: indissociabilidade entre os pilares ensino/pesquisa/extensão, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, impacto e transformação social, impacto na formação do estudante e interação dialógica com a comunidade. Deve compreender uma ou mais das seguintes linhas de extensão: desenvolvimento urbano, desenvolvimento regional, saúde humana, saúde e proteção no trabalho, esporte e lazer, terceira idade, uso de drogas e dependência química, educação continuada de gestores e/ ou profissionais de sistemas públicos, infância e adolescência, jovens e adultos, grupos sociais vulneráveis, meio ambiente e educação ambiental e/ou desenvolvimento de sistemas sociais.

Posteriormente, por meio de edital específico, é realizada a seleção semestral, portanto duas entradas anuais de acadêmicos bolsistas e voluntários para a participação nos projetos.

No sentido de fomentar a atividade extensionista, que deverá ser interdisciplinar, ao fim dos projetos, o professor orientador é contemplado com uma gratificação e cada bolsista inserido no projeto recebe uma bolsa pelo projeto executado.

Uma vez aprovado e após o período de execução do projeto, os docentes responsáveis devem registrar, por meio de formulários específicos disponibilizados pelo Setor de Pesquisa e Extensão, os resultados, os produtos e os efeitos do projeto. O preenchimento dos formulários é fator *sine qua non* para a avaliação do projeto e validação por meio de certificado.

Extensão discente

Trata-se de uma modalidade que objetiva proporcionar aos acadêmicos a possibilidade de planejarem, submeterem e desenvolverem projetos sob orientação de um professor e/ou pesquisador, com título de Mestre ou Doutor, vinculado à FCMMG no período de vigência do edital de seleção de projeto de extensão.

Os projetos de extensão discentes são desenvolvidos semestralmente e selecionados por meio de um edital acompanhado pela Instituição. O que difere esta modalidade é a apresentação da proposta por meio de projeto de extensão com o grupo de alunos sob orientação do professor.

Extensão inter e institucionais

As atividades extensionistas inter e institucionais são ações junto a comunidade que visam atender de maneira estratégica as demandas da sociedade. Para isso, são estabelecidas parcerias com organizações privadas ou governamentais, filantrópicas e públicas para o desenvolvimento de atividades de impacto social.

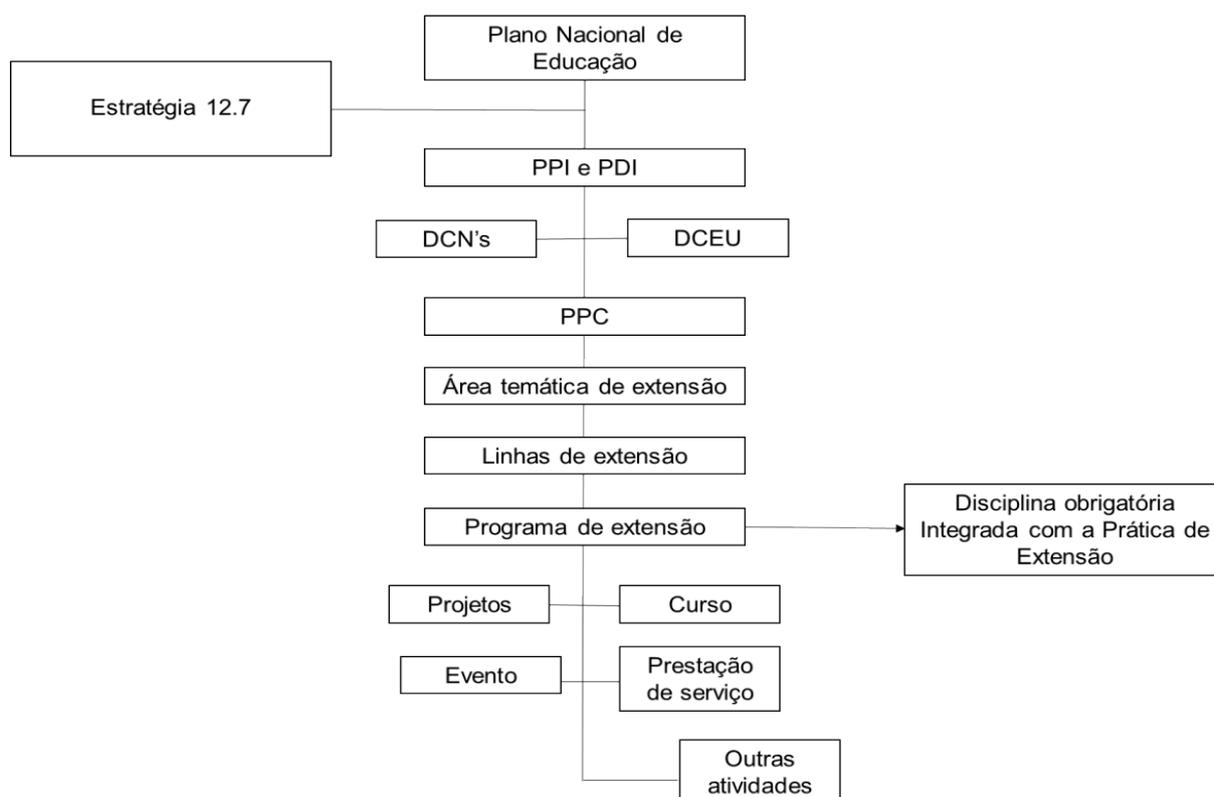
Extensão curricular

O Plano Nacional de Educação – PNE–2014/2024, em sua meta 12, Estratégia 7, assegura, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária.

Tal fato se apresenta como um grande desafio, mas, também, como uma oportunidade para institucionalizar a curricularização da extensão nas IES. A novidade dessa meta, deste último decênio, é a definição da sua execução na forma de programas e projetos de extensão.

As atividades de extensão curriculares nos cursos de graduação da FCMMG devem ser apresentadas nos/ pelos projetos pedagógicos dos cursos, considerando as respectivas especificidades.

Figura 3. Extensão Curricular FCMMG. Belo Horizonte, 2022.



Fonte: Pesquisa e Extensão FCMMG.

A definição das disciplinas que realizarão atividades de extensão deve ser aprovada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso.

Os Coordenadores de Cursos da FCMMG devem manter o diálogo com o professor responsável pela disciplina extensionista curricular, bem como com o Setor de Pesquisa e Extensão. É sugerido, ainda, a existência de um representante, delegado pelo coordenador do curso, para reunir informações e assessorá-lo em relação às atividades extensionistas no âmbito do curso.

As atividades de extensão curriculares devem ser, portanto, desenvolvidas no âmbito da grade curricular dos cursos de graduação, fazendo parte integral da carga horária obrigatória a ser cursada pelo estudante.

Ainda, as ações extensionistas curriculares devem possuir um plano de ensino que explicita os elementos essenciais:

- a designação do professor orientador;
- o eixo temático do programa ou Linha de Extensão relacionada;
- os objetivos da ação, incluindo os resultados esperados;
- a metodologia da ação, bem como as estratégias de avaliação;
- a metodologia de avaliação do impacto da atividade, bem como a mensuração de produtos;
- a metodologia de avaliação da participação do estudante;
- a metodologia de avaliação da instituição parceira/comunidade;
- a metodologia de registro das ações.

Atualmente, as atividades de extensão curriculares estão distribuídas no decorrer dos cursos de graduação da FCMMG, atendendo à Resolução CNE/CES 07/2018.

Extensão pelas Ligas Acadêmicas

Além dos projetos de extensão docente, as ligas acadêmicas impulsionam as atividades de extensão.

As Ligas Acadêmicas na área da Saúde são definidas como projetos de extensão que surgem das necessidades de aprofundamento e domínio de determinado campo de saber no qual, entretanto, verificam-se lacunas na oferta pelo ensino ou oportunidades rotineiras de aprendizado (CAVALCANTI et al., 2021)⁶.

As ligas são importantes para ampliar as oportunidades de desenvolvimento de atividades de extensão e encontram-se nelas estudantes motivados que contam com apoio dos docentes orientadores e do apoio administrativo do Setor de Pesquisa e Extensão para que as ações atinjam os seus objetivos.

Para a abertura de Ligas Acadêmicas, tanto a proposta quanto o estatuto da Liga são avaliados pelos monitores e professores responsáveis pelo acompanhamento das atividades das ligas acadêmicas do Setor de Pesquisa e Extensão a partir dos seguintes critérios:

- Relevância acadêmica e social; proposta interdisciplinar, exclusividade do tema da liga e contribuição da proposta para inovação do assunto e existência de demanda populacional por qualificação profissional ou ampliação da abordagem da temática junto à população assistida pela FCMMG.
- Coerência entre o tema estudado e os objetivos a serem alcançados, bem como a relação destes com as propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais e os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação da FCMMG, a integração entre ensino, pesquisa e extensão e a interdisciplinaridade.
- Avaliação do funcionamento da liga tendo em vista a proposta inicial, considerando, o número de componentes, a definição dos cargos, a duração dos mandatos, as condições de ingresso e todos os

aspectos descritos no devido estatuto. Os recursos financeiros necessários para o funcionamento da liga e para a execução de suas atividades de extensão também serão avaliados.

- Articulação das propostas com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o enquadramento na concepção de uma Liga Acadêmica, a democratização do processo de formação da Liga, o respeito aos princípios éticos e humanísticos e o embasamento da ideologia na interdisciplinaridade.
- Cautela para a Liga não se materializar em um espaço de precoce especialização, em que pese estar quase sempre relacionado a uma especialidade e não a uma área de intervenção social ou a uma aproximação universidade-sociedade.

As Ligas Acadêmicas da FCMMG apresentam, anualmente, projetos de Extensão ao Setor de Pesquisa e Extensão. As atividades de extensão devem ser contempladas em conformidade com as Normas para Construção de Projeto de Extensão de Ligas Acadêmicas, disponibilizadas pelo Setor, aos membros da Diretoria. Além disso, o projeto deverá ser aprovado pelo Setor de Pesquisa e Extensão para então, serem iniciadas as atividades extensionistas.

Os cenários de intervenção das Ligas precisam ser tomados como espaços de aprendizado ampliado não só da técnica, mas também da leitura social, do desenvolvimento ético, do respeito ao usuário, da compreensão de sistema, da apropriação das políticas de saúde e da construção de interações críticas entre universidade, sociedade e sistema de saúde (CAVALCANTE et al., 2021)⁶.

Para que o tripé universitário seja cumprido de forma indissociável, as ligas acadêmicas devem consultar o Manual de Ligas Acadêmicas do Setor de Pesquisa e Extensão.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho para as atividades de extensão são instrumentos importantes para se mensurar os resultados obtidos. Com a utilização deles é possível acompanhar se os objetivos, efeitos e impactos estão sendo alcançados e diante dos resultados, planos de ações com propostas de melhorias podem ser elaborados e praticados.

São indicadores utilizados para mensurar o desempenho das atividades extensionistas na FCMMG:

- Público alcançado pela ação extensionista;
- Número de ações de extensão desenvolvidas por modalidade/curso;
- Percepção de transformação e grau de satisfação do público externo em relação aos programas e projetos;
- Percepção de transformação e grau de satisfação do discente em relação aos programas e projetos;

6 CAVALCANTE, A.S.P. et al. Em busca da definição contemporânea de “ligas acadêmicas” baseada na experiência das ciências da saúde. *Interface (Botucatu)*. 2021; 25: e190857 <https://doi.org/10.1590/interface.190857>

- Efeitos da atividade extensionista no desenvolvimento de habilidades no estudante;
- Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas.

Registros

No sentido de auxiliar cursos e professores na construção das propostas, acompanhamento e registro dos resultados das atividades de extensão, o Setor de Pesquisa e Extensão da FCMMG disponibiliza modelos de documentação para a proposta, acompanhamento e registro das atividades de extensão, respeitadas as suas especificidades.

Divulgação de resultados da extensão

Independente da modalidade de extensão, todas as atividades devem se comprometer a divulgar os resultados alcançados nas comunidades em que aconteceram, bem como nas Instituições Parcerias. Os alunos e docentes extensionistas são orientados sobre o compromisso de retornar à população-alvo para apresentar os processos avaliativos, conquistas e dificuldades enfrentadas. Com o objetivo de ampliar o alcance das atividades extensionistas da FCMMG, há um perfil no Instagram (@extensaocmmg) sob gestão do Setor de Pesquisa e Extensão.

Além disso, o Setor de Pesquisa e Extensão conta com o apoio da Comunicação Feluma na divulgação das experiências exitosas.

Divulgação de resultados da extensão extracurricular

Os resultados das atividades de extensão extracurriculares (projetos docentes, discentes e ligas acadêmicas) incluem a entrega de um relatório semestral e final.

Os relatórios devem conter, ainda, uma carta de submissão de um artigo ou resumo resultante do projeto, ou de parte deste no caso do relatório semestral, para uma revista científica ou evento científico com anais (01 (um) artigo científico ou 01 (um) resumo simples ou expandido submetido e/ou aceito em revistas da área ou anais de eventos; 01 (um) trabalho apresentado em evento científico da área).

Além disso, o Setor de Pesquisa e Extensão apresenta estratégias de suporte à publicação, que podem ser solicitadas pelos professores envolvidos nas atividades extensionistas.

O Setor de Pesquisa e Extensão organiza, também, anualmente, dois eventos com publicações de anais sobre as atividades de extensão ocorridas no ano letivo vigente: o Simpósio de Pesquisa e Extensão e o Simpósio Internacional de Extensão e Educação em Saúde.

Divulgação de resultados da extensão curricular

Os resultados das ações de extensão curricular são divulgados por meio de diferentes estratégias, sendo elas:

Apresentação dos resultados dentro de propostas pedagógicas avaliativas, determinadas pelos critérios de avaliação das disciplinas vinculadas (exemplo: apresentação de trabalhos em sala de aula, em formato de seminário; confecção de banner e exposição em espaços acadêmicos etc);

Apresentação dos resultados, ao encerramento do semestre, nos locais em que as atividades foram realizadas (exemplo: apresentação dos resultados para os gerentes ou coordenadores das instituições e colaboradores, além da apresentação dos resultados para o público-alvo das atividades etc);

Apresentação dos resultados por meio de apresentação de trabalhos em eventos científicos (que acontece a partir da inscrição, submissão e aprovação de resumos simples ou expandidos em diferentes eventos científicos nacionais e internacionais);

Apresentação dos resultados por meio da apresentação de trabalhos em eventos científicos institucionais (que acontece a partir da inscrição, submissão e aprovação de resumos simples ou expandidos no Simpósio de Educação em Saúde da FCMMG e Simpósio de Pesquisa e Extensão).

Publicação de artigos originais ou relatos de experiência, em diferentes periódicos nacionais e internacionais (que acontece a partir da submissão e aprovação de artigos, pelos discentes e docentes envolvidos, em periódicos).

Divulgação de resultados em revistas de pesquisa e extensão

A FCMMG conta com a Revista Interdisciplinar Ciências Médicas (RICM), um periódico semestral, publicado em formato eletrônico, que tem como objetivo divulgar a produção de trabalhos interdisciplinares relacionados às áreas de conhecimento da saúde. A revista publica artigos originais, revisões e relatos de casos.

A RICM atualmente é indexada nas seguintes plataformas: Latindex , Diadorim, Livre, Google Acadêmico, REDIB.

Além da RICM, há a Revista de Extensão e Educação em Saúde Ciências Médicas (REES), dedicada à produção e compartilhamento de saberes experienciados em ações extensionistas de diferentes atores, em diferentes cenários sociais. A REES tem como objetivo fortalecer o diálogo Universidade-Sociedade por meio de publicações de textos que refletem a práxis, a metodologia, o referencial teórico e os processos da extensão universitária interdisciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Política de Extensão da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) representa um compromisso com a promoção do conhecimento e a superação das desigualdades sociais, orientando ações extensionistas em consonância com os princípios democráticos e os valores de igualdade de direitos. Ao fomentar programas, projetos e ações que consideram os saberes populares e promovem o desenvolvimento social, a FCMMG atua como uma força motriz para a transformação da realidade brasileira e regional, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de saúde.

As ações de extensão desenvolvidas na FCMMG visam colaborar para a aplicação do sentido de extensão em diferentes cenários sociais, especialmente aqueles marcados por disparidades e iniquidades. É fundamental que tais ações estejam alinhadas com as políticas públicas de interesse geral da sociedade e com as diretrizes internas da instituição.

Atualmente, a FCMMG promove atividades de extensão envolvendo discentes, docentes, atividades curriculares e extracurriculares, com o objetivo de atender às recomendações da formação de recursos humanos na área da saúde e promover uma formação cidadã e consciente. Para isso, é necessário que os envolvidos nessas atividades compreendam o sentido de extensão e se comprometam com metodologias de avaliação dos resultados e impactos sociais das ações realizadas.

Embora haja avanços significativos em termos de curricularização da extensão e desenvolvimento de concepções e metodologias relativas à extensão, reconhece-se que ainda há desafios a serem superados. Portanto, a implementação de ações extensionistas deve ser orientada por normas internas que estejam alinhadas com as macro políticas formativas, dentro de uma política institucional própria, garantindo assim a efetividade e relevância das atividades de extensão da FCMMG.

POLÍTICA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO E O ASSÉDIO

FERNANDA BRANDÃO MACHADO CARNEIRO
LARISSA TAVARES AGUIAR
JOSÉ FELIPPE PINHO DA SILVA
MARIANA RIBEIRO VOLPINI LANA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Política Institucional Contra a Discriminação e o Assédio é um documento elaborado pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos que orientem as ações e práticas relacionadas à criação de um ambiente de trabalho livre de assédio moral, assédio sexual e de todas as formas de discriminação para todos os membros da comunidade acadêmica, incluindo gestores e funcionários. Este documento reflete o compromisso de todos os gestores e gestoras da FCMMG com a liderança pelo exemplo, respeitando os princípios éticos e profissionais e adotando uma postura de total intolerância em relação ao assédio moral e à discriminação no âmbito da Instituição.

A elaboração desta política surge da necessidade de que a construção e os diálogos sejam francos e abertos porque em um ambiente onde haja formas excludentes de tratamento, a contribuição coletiva se apequena e as pessoas mais oprimidas ficam vulneráveis, tendo seu potencial humano e profissional comprometidos. Por meio desta política, buscamos implementar medidas de prevenção, acolhimento, apuração, responsabilização e monitoramento, que garantam a plena realização do direito de trabalhar em um ambiente justo, equânime, diverso, seguro e respeitoso em conformidade com a legislação federal e diretrizes dos órgãos regulamentares.

É fundamental ressaltar que esta política é parte integrante do compromisso da FCMMG com a excelência acadêmica, a integridade institucional e o bem-estar de todos que mantém relações com a instituição. Ao desenvolver e implementar esta política, pretendemos promover um ambiente de trabalho digno, respeitoso para todos por meio da conscientização e da mudança de cultura e de comportamento das pessoas que integram a FCMMG, garantindo o cumprimento dos mais altos padrões éticos e legais em todas as nossas atividades institucionais.

OBJETIVOS

Objetivo geral

O objetivo geral da Política Institucional Contra a Discriminação e o Assédio é estabelecer diretrizes e responsabilidades, bem como definir os eixos de atuação e procedimentos, visando orientar, divulgar e implementar mecanismos de prevenção, acolhimento, tratamento e análise de relatos e denúncias referentes a casos de assédio moral, assédio sexual e a todas as formas de discriminação na FCMMG. Além de estabelecer os mecanismos de investigação dos casos, responsabilização dos envolvidos e remediação e restauração do ambiente de trabalho, de forma a proporcionar um espaço justo, equânime, diverso, seguro, respeitoso, saudável, ético e livre de condutas inadequadas.

Objetivos específicos

- Prevenir a ocorrência de discriminação e assédio por meio da disponibilização de canais abertos e com divulgação ampla ao público da comunidade acadêmica, que garante a confidencialidade (em benefício do denunciado e do denunciante) e disponibilizar tratamento humanitário por meio de escuta ativa e busca por solução do problema direcionado ao caso em concreto.
- Estabelecer procedimentos para o tratamento das situações trazidas ao conhecimento dos gestores; disponibilizar materiais educativos sobre o tema; realizar a capacitação do corpo funcional e dos dirigentes, esclarecimento e conscientização sobre o tema; prestar apoio psicológico às pessoas vitimadas; reparar a quem foi submetido/a ao comportamento inadequado, na medida proporcional aos danos causados; promover o contraditório e ampla defesa; e responsabilizar a quem praticou as condutas inadequadas, após o devido processo de apuração.
- Garantir a plena aderência às legislações federais e estaduais além de regramentos e orientações dos órgãos competentes no que tange à prevenção e enfrentamento do assédio e discriminação e garantir a conformidade com “Os fundamentos da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho, a proibição de todas as formas de assédio e de discriminação, bem como o direito à segurança, à saúde, ao trabalho e à honra”, previstos nos artigos 1º, incisos III e IV; 3º, IV; 5º, incisos X; 6º; 7º, inciso XXII; 39, § 3º; e 170, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil; n° 58, de 07 de março de 2023; e b) O direito a um mundo do trabalho livre de violência e assédio, nos termos da Convenção n° 190 da Organização Internacional do Trabalho – OIT;
- Fomentar a cultura de não tolerância de comportamentos inadequados e inaceitáveis que contrariem esta política e tomar medidas incisivas para prevenir, identificar e responsabilizar as pessoas que praticarem tais atitudes.
- Avaliar regularmente a eficácia da política e realizar ajustes conforme necessário para garantir sua relevância e efetividade e atualizar de forma periódica as políticas e protocolos adotados conforme regulamentação da matéria pelo órgão competente.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A Política Institucional Contra a Discriminação e o Assédio se aplica aos membros da FCMMG, incluindo docentes, discentes, gestores e funcionários administrativos. Todos são responsáveis pelo comprometimento com a aplicação das regras e valores dispostas nesta política e implementados pela Instituição. A colaboração e o comprometimento de todos os envolvidos são essenciais para o sucesso da política e para garantir sua adesão e eficácia em toda a instituição.

CONDIÇÕES

Para a efetiva implementação da Política Institucional Contra a Discriminação e o Assédio, devem ser garantidos a todos os integrantes da FCMMG a capacitação e o letramento sobre os comportamentos que são ou não enquadráveis no que toca aos conceitos de assédio moral, assédio sexual e discriminação, seja para avaliar condutas alheias, seja para pautar as condutas próprias. Alguns setores específicos na Instituição são voltados para a lida com denúncias e encaminhamentos próprios e mais adequados a cada caso.

- Recursos Humanos: Garantir a disponibilidade de pessoal qualificado e treinado para liderar e executar as atividades relacionadas à política, como assegurar as melhores condições possíveis para que eventuais ocorrências de assédio ou discriminação sejam adequadamente relatadas e tratadas. Isso inclui a designação de responsáveis por: práticas de análise do clima organizacional, dos riscos psicossociais e, especialmente, do absentéismo, com ênfase em mudanças repentinas nos padrões normalmente observados e em áreas dados estatisticamente discrepantes; Orientação permanente ao corpo funcional sobre como buscar apoio e reunir provas; Apoio a gestores que precisem lidar diretamente com condutas problemáticas; Prática da escuta qualificada em denúncias, com orientações claras de elementos probatórios para encaminhamento da denúncia, com a observância da gradação de condutas, analisada pelo contexto em que ela acontece, do histórico de relacionamento entre os envolvidos e da combinação entre o tom do que é dito e das ações não-verbais. O Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico (NAAP) da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais é um setor que atua na escuta de potenciais vítimas e/ou agressores. Além disso, garantir o corpo de seguranças treinados.
- Infraestrutura: Providenciar os recursos materiais e tecnológicos necessários para apoiar a implementação da política, como a disponibilização de materiais educativos sobre o tema; recursos para permanente promoção de eventos de capacitação, esclarecimento e conscientização sobre o tema, voltado ao corpo funcional e aos dirigentes; uso de câmaras de vigilância.
- Infraestrutura Administrativa: Assegurar a existência de um canal seguro e eficaz para a realização de denúncias que assegure a confidencialidade do denunciante e do denunciado e é um canal divulgado à toda comunidade acadêmica; e a criação de comitês, grupos de trabalho ou outras instâncias de coordenação e governança para investigar e solucionar as demandas recebidas.
- Recursos Financeiros: Dispor de recursos financeiros suficientes para cobrir os custos associados à implementação e manutenção da política ao longo do tempo. Isso inclui a alocação de orçamento específico, a busca de financiamento externo, quando necessário, e o monitoramento dos gastos relacionados à política.

Garantir que todas essas condições estejam adequadamente atendidas é fundamental para o sucesso da política e para assegurar sua eficácia e sustentabilidade a longo prazo.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

A seguir, são apresentadas as principais diretrizes e os procedimentos a serem seguidos para a efetivação da Política Institucional Contra a Discriminação e o Assédio:

Canais de recebimento e encaminhamento de denúncias

Canal ético

Objetivo: Receber, avaliar, conduzir e responder relatos sobre denúncias de assédio e discriminação, de forma segura e sigilosa.

Descrição: Criação do “Canal Ético”, um canal de comunicação direta com o Comitê de Integridade e Ética da Feluma. O canal é responsável por receber, avaliar, conduzir e responder denúncias de assédio e discriminação, e outras situações contrárias ao Código de Ética e Conduta e ao Estatuto da Feluma que envolvam funcionários, colaboradores, prestadores de serviços, diretores ou conselheiros, com imparcialidade e respeito, visando melhorar nosso ambiente de trabalho e as práticas de gestão. O canal ético permite a identificação de potenciais infrações e garante o sigilo dos dados coletados; tendo acesso restrito à funcionários treinados e qualificados para direcionar as denúncias ao local devido para apuração.

Vinculado ao Comitê de Integridade e Ética, há um canal de comunicação (Canal ético) que servirá para o encaminhamento de dúvidas, sugestões e denúncias relativas ao cometimento de infração ética ou legal por parte dos colaboradores, membros dos Conselhos Diretor, Deliberativo e Fiscal, Diretores, terceirizados e prestadores de serviços. As denúncias feitas a esse canal poderão ser encaminhadas por meio do e-mail integridade@feluma.org.br, ou através de portal eletrônico específico para esse fim. Para que as denúncias acarretem em procedimentos investigativos de fato, elas deverão conter elementos suficientemente fortes de materialidade e deverão ser pormenorizadas, de modo que informem o autor da irregularidade, descrição detalhada da conduta delatada e, caso seja possível, a indicação de provas ou testemunhas. Poderão ser feitas denúncias anônimas, mas caso o denunciante se identifique, é garantido seu anonimato e a proteção de seus dados pessoais. A única exceção a essa regra ocorrerá em situações em que autoridades administrativas ou judiciais requeiram tais informações por necessidade de instauração de procedimentos derivados do objeto da denúncia. Caso seja recebida alguma denúncia relativa a profissionais de classe, será verificado o respectivo Código de Ética de sua categoria profissional e apresentado o caso às comissões internas competentes que adotarão as medidas cabíveis. É possível a realização de confissão, caso em que a revelação feita pelo infrator desempenhará papel atenuante no momento de aplicação das penalidades. Todas as investigações conduzidas pelo Comitê correrão em sigilo.

As violações a este Código e demais Políticas da Feluma não são toleradas e serão investigadas. Após análise dos fatos e comprovada a responsabilidade dos envolvidos, independente do cargo ou função, estes estarão sujeitos a aplicação de medidas disciplinares, conforme a gravidade da infração, a saber:

- Medidas administrativas: orientação e treinamento;
- Medidas disciplinares legais, baseadas na gravidade e/ou reincidência da violação e outras circunstâncias relevantes.

As penalidades administrativas e disciplinares não excluem outros direcionamentos aos órgãos externos competentes, para ações éticas e disciplinares, trabalhistas, cíveis e criminais cabíveis.

Ouvidoria

Objetivo: Receber, analisar e encaminhar de forma diligente e imparcial todas as manifestações recebidas, sejam elas reclamações, informações, sugestões, elogios, solicitações ou denúncias, visando resolver os problemas apresentados, atender às demandas dos envolvidos e promover a melhoria contínua da qualidade dos processos e serviços oferecidos.

Descrição: Atuando como um canal de diálogo aberto e transparente, a Ouvidoria estabelece uma ponte entre os clientes internos e externos e a gestão dos serviços educacionais e de saúde. Seu compromisso se estende ao combate ao assédio em todas as suas formas, assegurando que todos os membros da comunidade tenham um ambiente livre de qualquer tipo de comportamento abusivo ou discriminatório. Todo processo de gestão das manifestações, da sua abertura ao fechamento, é registrado em um software de gestão que foi desenvolvido na instituição considerando a especificidade da Feluma e seus institutos. O acesso a Ouvidoria se dá pelos sites das unidades institucionais mantidas pela Feluma – Fundação Educacional Lucas Machado.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A avaliação e o acompanhamento da Política Institucional Contra a Discriminação e o Assédio são fundamentais para garantir sua efetividade e relevância contínuas. As seguintes abordagens serão adotadas para avaliar e acompanhar a implementação e o impacto da política:

- **Indicadores de Desempenho:** Serão desenvolvidos indicadores específicos para medir o progresso em relação aos objetivos e metas estabelecidos pela política. Esses indicadores serão monitorados regularmente para avaliar o sucesso da implementação e identificar áreas que exigem melhorias.
- **Avaliação Periódica:** Serão realizadas avaliações periódicas da política para revisar sua eficácia e relevância, levando em consideração feedbacks e experiências de todos os envolvidos. Essas avaliações fornecerão insights valiosos para ajustes e aprimoramentos necessários.
- **Pesquisas e Consultas:** Serão conduzidas pesquisas e consultas com os membros da comunidade afetados pela política para avaliar sua percepção, satisfação e sugestões de melhoria. Esses dados serão utilizados para informar decisões e iniciativas futuras relacionadas à política.

- **Relatórios de Progresso:** Relatórios regulares de progresso serão elaborados e compartilhados com todas as partes interessadas para fornecer transparência e prestação de contas sobre o andamento da implementação da política. Esses relatórios destacarão conquistas, desafios e áreas de foco para o futuro.
- **Mecanismos de Revisão:** Serão estabelecidos mecanismos formais de revisão da política, permitindo sua atualização e adaptação conforme necessário para garantir sua relevância contínua em face de mudanças nas circunstâncias e necessidades institucionais. A instituição está comprometida em buscar se atualizar sobre as normas legislativas e cartilhas de orientação dos entes públicos sobre as tratativas mais adequadas e assertivas na lida com o tema em questão. Por meio dessas medidas de avaliação e acompanhamento, a FCMMG garantirá que a Política Contra a Discriminação e o Assédio a permaneça eficaz, relevante e alinhada com seus objetivos institucionais e com as necessidades da comunidade em constante evolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Institucional Contra a Discriminação e o Assédio representa um marco importante na jornada da FCMMG em direção à consecução de seus objetivos e à promoção de seus valores fundamentais. Ao longo deste documento, foram delineadas diretrizes claras e procedimentos detalhados que visam orientar a conduta e as práticas de todos os membros da comunidade acadêmica e administrativa.

Reconhecemos a importância vital de é estabelecer diretrizes, princípios e responsabilidades, bem como definir os eixos de atuação e procedimentos, visando orientar, divulgar e implementar mecanismos de prevenção, acolhimento, tratamento e análise de relatos e denúncias referentes a casos de assédio moral, assédio sexual e a todas as formas de discriminação na FCMMG. Para, isso, estamos comprometidos em assegurar que os princípios e padrões estabelecidos nesta política sejam incorporados em todas as áreas de nossa instituição.

Além disso, esta política reflete nosso compromisso com o respeito e a dignidade e nossa dedicação em promover proporcionar um espaço justo, equânime, diverso, seguro, respeitoso, saudável, ético e livre de condutas inadequadas.

À medida que avançamos na implementação desta política, reconhecemos que ainda há desafios a serem superados e melhorias a serem feitas. No entanto, estamos confiantes de que, com o apoio e o comprometimento de toda a comunidade, seremos capazes de alcançar nossos objetivos e tornar realidade a visão estabelecida.

Em última análise, a Política Institucional Contra a Discriminação e o Assédio representa um compromisso firme com a excelência, a integridade e a responsabilidade em todas as nossas atividades e em todos os aspectos de nossa instituição atingindo todos os setores da Instituição, considerando gestores, funcionários, discentes e membros temporários. Agradecemos a todos os envolvidos neste processo e estamos ansiosos para ver os impactos positivos que esta política trará para nossa comunidade e para a sociedade como um todo.

ANEXO

DEFINIÇÕES IMPORTANTES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL CONTRA A DISCRIMINAÇÃO E O ASSÉDIO

ASSÉDIO MORAL: conduta abusiva que expõe pessoas ou grupos a situações hostis e de humilhação, constrangimento, intimidação, agressividade e menosprezo, causando-lhes sofrimento psíquico ou físico, interferindo negativamente tanto na sua vida pessoal quanto na sua vida profissional e degradando o clima de trabalho. Tais violências são frequentemente direcionadas a mulheres, especialmente em razão de gravidez, do período de amamentação e da responsabilidade familiar, a servidores (as) terceirizados e pessoas negras e lgbtqiap+, e podem se manifestar por meio de comportamentos inapropriados, microagressões e na criação de ambientes intimidatórios, hostis e tóxicos. O assédio moral pode ocorrer entre colegas, no mesmo nível hierárquico, ou entre chefe e subordinado.

ASSÉDIO SEXUAL: comportamento ou atitude sob forma verbal, não verbal ou física, de teor íntimo e sexual, considerado desagradável, indesejado, ofensivo e impertinente pela vítima. O assédio sexual se caracteriza pelo não consentimento da pessoa assediada. Trata-se de conduta que é tipificada como crime pelo ato de constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. (Código Penal, art. 216-A). O assédio sexual pode se manifestar por meio de mensagens escritas, gestos, cantadas, piadas, insinuações, chantagens ou ameaças; ou seja, de maneira sutil ou explícita, não sendo o contato físico requisito para a configuração do assédio sexual, bastando que ocorra a perseguição indesejada. É direito de toda pessoa não aceitar conviver com cantadas, gracejos, toques ou outros comportamentos que, de alguma forma, causem incômodo, mesmo que para as outras pessoas ou para a sociedade isso pareça natural e inofensivo. A política se estende a prevenção e enfrentamento de todos os delitos previstos no Título VI do Código Penal (crimes contra a dignidade sexual).

IMPORTUNAÇÃO SEXUAL: praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro, caracterizado por crimes sexuais contra vulnerável. (Lei nº 13.718/2018).

DISCRIMINAÇÃO: toda forma de tratamento desigual ou injusto, como distinção, exclusão, restrição ou preferência, fundamentada em algum tipo de preconceito. Toda discriminação tem origem na diferença entre pessoas. A Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) compreende a discriminação como toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, idade, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, ou qualquer outro que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão. A discriminação ou o preconceito devido a raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional é crime, conforme o Art. 140 do Código Penal e a Lei 7.716/89. A injúria racial, antes tratada como um delito menos grave no Código Penal, foi equiparada ao crime de racismo pela Lei 14.532/23. Além disso, desde junho de 2019, o Supremo

Tribunal Federal (STF) equiparou a LGBTfobia aos crimes raciais. Assim, estão aqui incluídas todas as práticas afins.

VÍTIMA: pessoa diretamente impactada pela conduta alegada.

DENUNCIANTE: Qualquer pessoal que tenha acesso aos canais de denúncia da Instituição e querem relatar uma prática de conduta inadequada que se enquadra como assédio ou discriminação (seja como alguém que presenciou o fato, ou vítima ou até sujeito ativo em busca de confissão).

ACOLHIMENTO: procedimento de escuta qualificada, sem emissão de julgamentos por parte dos profissionais que acolhem, com a efetivação de registro dos fatos e realização de encaminhamentos necessários, com respeito à intimidade, à vida privada e ao sigilo das informações recebidas. Como procedimento complexo que visa à efetividade do atendimento à demanda, inclui tanto a escuta como os encaminhamentos necessários à saúde e integridade da vítima e à denúncia.

SAÚDE NO TRABALHO: processo de construção contínua, que busca assegurar os meios e condições para a construção de uma trajetória em direção ao bem-estar físico, mental e social, considerada a especificidade do ambiente de trabalho.

APURAÇÃO INFORMADA POR TRAUMA: apuração capacitada em técnicas de condução de entrevista com pessoas que possam ter experienciado o trauma, dada a especificidade destas situações.

POLÍTICA DE ADESÃO AO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI

ANA PAULA LIMA DE ALMEIDA AMORIM
JOSÉ CELSO CUNHA GUERRA PINTO COELHO
JOSÉ FELIPPE PINHO DA SILVA
MARIANA RIBEIRO VOLPINI LANA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Política Institucional de Adesão ao Programa Universidade para Todos (Prouni) da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) estabelece diretrizes e procedimentos para a implementação do programa, garantindo que seus benefícios sejam acessíveis aos estudantes que atendem aos critérios legais. A FCMMG está comprometida com a conformidade às normas e regulamentos do Prouni, promovendo transparência e equidade no processo de seleção e manutenção das bolsas de estudo.

A Fundação Educacional Lucas Machado (Feluma), entidade filantrópica mantenedora da FCMMG é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS que é concedido pelo Ministério da Educação às entidades privadas sem fins lucrativos que atuam na área da educação básica, regular e presencial, e da educação superior.

Para ser contemplada com o CEBAS, as organizações devem conceder, por meio de suas escolas, bolsas de estudos integrais e parciais, próprias ou através do Programa Universidade para Todos – Prouni, para estudantes de graduação e pós-graduação, selecionados de acordo com o perfil socioeconômico definido pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. No caso da Feluma, a oferta de bolsas para estudantes da FCMMG é através da adesão ao Prouni com bolsa integral destinada a alunos com renda familiar mensal per capita de até 1 ½ (um e meio) salário mínimo.

Ao ingressar pelo Prouni, o estudante cujo curso seja de tempo integral com carga horária média igual ou superior a 6 horas diárias de aula durante todo o curso, poderá pleitear junto ao Sisprouni a Bolsa Permanência, destinada exclusivamente ao custeio das despesas educacionais, conforme Portaria Normativa nº 19, de 14 de setembro de 2011.

Este documento reflete o compromisso da FCMMG e da Fundação Educacional Lucas Machado (Feluma) com a missão, visão e valores institucionais, além de apoiar a inclusão social e ampliar o acesso ao ensino

superior de qualidade, conforme as diretrizes do Ministério da Educação (MEC). Visa também assegurar a implementação eficaz e o monitoramento das ações, garantindo que os benefícios do programa sejam plenamente alcançados.

Ao facilitar o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda, a FCMMG e a Feluma destacam seu compromisso com o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida por meio da educação, saúde, cultura, ciência, inovação e tecnologia, em alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição.

Com a implementação desta política, a FCMMG reforça seu compromisso com a excelência acadêmica, a integridade institucional e o bem-estar de todos os membros de sua comunidade acadêmica.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

A Política Institucional de Adesão ProUni tem por objetivo assegurar que os benefícios do programa sejam acessíveis aos estudantes que atendem aos critérios legais, promovendo um acesso equitativo e inclusivo ao ensino superior, com práticas íntegras, transparentes e eficazes em toda a FCMMG.

Objetivos específicos:

- Estabelecer procedimentos claros para a análise das documentações enviadas pelos candidatos, assegurando a legitimidade dos documentos apresentados e a admissão de estudantes beneficiários do Prouni, garantindo transparência e equidade em todas as etapas do processo.
- Promover a conscientização e o treinamento dos membros envolvidos com o Prouni nas suas diretrizes e práticas, assegurando que estejam devidamente informados e preparados para apoiar os estudantes beneficiários.
- Assegurar a conformidade com as legislações, regulamentações e padrões específicos do Prouni, garantindo que todas as ações estejam em conformidade com as normas estabelecidas pelo MEC.
- Fomentar uma cultura de inclusão e equidade dentro da FCMMG, promovendo valores que reforcem a missão da instituição de impulsionar o desenvolvimento social e a qualidade de vida por meio da educação, saúde, cultura, ciência, inovação e tecnologia.
- Avaliar regularmente a eficácia da política de adesão ao Prouni, realizando ajustes conforme necessário para garantir sua relevância e efetividade, e assegurar que os objetivos de inclusão e excelência sejam consistentemente alcançados.

ABRANGÊNCIA / ENVOLVIDOS

A Política Institucional de Adesão ao Prouni abrange os Beneficiários – todos os estudantes qualificados para o Prouni, incluindo tanto os candidatos ao ingresso quanto os alunos já matriculados que buscam a

manutenção das bolsas – e os Setores Administrativos e Acadêmicos responsáveis pela concessão, renovação e supervisão das bolsas de estudo, englobando a inscrição, seleção e acompanhamento dos estudantes beneficiados, em conformidade com as normas legais e regulamentares.

Esta política envolve diretamente os estudantes beneficiários, o Serviço Social, a Coordenação de Curso, a Secretaria Acadêmica, o Setor Financeiro, a Direção da Faculdade e sua mantenedora, a Feluma. Também inclui o MEC, que estabelece as diretrizes gerais do Prouni, e todos os membros da instituição que, direta ou indiretamente, contribuem para criar um ambiente acadêmico inclusivo e de alta qualidade, respeitando os princípios e objetivos do programa.

CONDIÇÕES

A adesão, renovação da adesão e emissão de Termo Aditivo ao Prouni estão sujeitas ao atendimento das seguintes condições:

- **Cadastro Informativo:** A mantenedora deve estar livre de registros no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), conforme o art. 15 da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- **Quitação de Tributos:** A mantenedora deve comprovar a quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), conforme estipulado pela Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005.
- **Credenciamento e Regularidade:** A faculdade deve estar devidamente credenciada pelo MEC e manter-se em situação regular, sem pendências administrativas junto ao MEC.
- **Oferecimento de Bolsas:** A faculdade deve disponibilizar bolsas de estudo integrais (100%) para estudantes que atendam aos critérios de baixa renda, exclusivamente para cursos de graduação.
- **Formalização e Renovação:** A adesão e renovação devem ser formalizadas por meio de um termo de adesão, que requer renovação periódica conforme os regulamentos do MEC.
- **Prestação de Contas:** Cumprir com as exigências de prestação de contas e monitoramento dos bolsistas, de acordo com as normas do MEC.
- **Infraestrutura e Qualidade de Ensino:** Dispor de infraestrutura adequada e garantir a oferta de ensino de qualidade.
- **Processo Seletivo:** A seleção dos bolsistas deve ser baseada no desempenho dos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), seguindo os critérios estabelecidos pelo MEC.
- **Bolsa de Permanência:** Garantir que os estudantes com bolsa integral tenham acesso à Bolsa de Permanência, que auxilia na cobertura de despesas como transporte, alimentação e materiais acadêmicos, para apoiar a permanência dos alunos no ensino superior.

DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

São diretrizes da Política Institucional de Adesão ao Prouni da FCMMG:

- Inclusão Social - A FCMMG compromete-se a ampliar o acesso à educação superior para estudantes de baixa renda, fortalecendo sua responsabilidade social e promovendo a inclusão.
- Qualidade de Ensino - Manter e aprimorar a qualidade do ensino oferecido, garantindo que todos os alunos, independentemente de sua condição socioeconômica, recebam uma educação de excelência.
- Transparência e Ética - Todas as etapas do processo de adesão e seleção ao PROUNI serão conduzidas com total transparência e ética, garantindo a imparcialidade e o respeito aos critérios estabelecidos pelo programa.
- Sustentabilidade Financeira - Adotar práticas que garantam a sustentabilidade financeira da instituição, equilibrando a oferta de bolsas com as opções econômicas da FCMMG.

Os procedimentos para efetivação da Política Institucional de Adesão ao Prouni da FCMMG envolvem:

- Adesão institucional ao Prouni: Inscrição ao programa Prouni por meio do preenchimento do Termo de Adesão no qual a instituição deverá preencher e submeter o Termo de Adesão ao Prouni conforme os prazos estabelecidos pelo MEC e garantir que todos os dados institucionais estejam atualizados no sistema, facilitando a gestão das bolsas.
- Oferta de Bolsas: a instituição deverá definir, o número de vagas a serem oferecidas por curso e modalidade (integrais e parciais). Realizar ampla divulgação das vagas disponíveis, utilizando os meios de comunicação institucionais e parcerias com escolas e outras entidades educacionais.
- Processo Seletivo: Seguir rigorosamente os critérios de seleção estabelecidos pelo MEC, garantindo prioridade aos estudantes de escolas públicas e bolsistas integrais de escolas privadas. Solicitar e verificar a documentação necessária para comprovação das informações fornecidas pelos candidatos, como renda familiar e histórico escolar.
- Acompanhamento e Suporte aos Bolsistas: Implementar programas de acompanhamento e suporte acadêmico para os bolsistas, incluindo tutoria e monitoria e disponibilizar serviços de apoio psicossocial para auxiliar os bolsistas em possíveis dificuldades pessoais e acadêmicas.
- Monitoramento e Avaliação: Realizar avaliações periódicas do programa, com foco no desempenho acadêmico dos bolsistas e na adequação dos procedimentos adotados e enviar relatórios regulares ao MEC, conforme exigido, detalhando a utilização das bolsas e o desempenho dos estudantes.
- Garantir apoio institucional para a participação em eventos acadêmicos científicos dos beneficiários, de modo a equalizar as oportunidades.
- Capacitação e Sensibilização: Capacitar as equipes envolvidas no processo de adesão e gestão do Prouni, garantindo o entendimento completo das diretrizes e procedimentos e promover campanhas de sensibilização junto à comunidade acadêmica sobre a importância do Prouni e a contribuição de todos para o sucesso do programa.

AVALIAÇÕES E ACOMPANHAMENTO

As seguintes formas de acompanhamento serão adotadas para avaliar e monitorar a implementação e o impacto da política:

Indicadores de Desempenho

- Taxa de Adesão e Retenção de Bolsistas: Medição da porcentagem de estudantes que aceitam as bolsas oferecidas e permanecem matriculados durante todo o curso. Este indicador ajuda a avaliar a atratividade e a eficácia do programa em manter os estudantes.
- Desempenho Acadêmico dos Bolsistas: Avaliação do desempenho acadêmico dos bolsistas por meio das notas médias semestrais e anuais. Indicadores específicos podem incluir a taxa de aprovação em disciplinas e a média geral de notas.
- Taxa de Conclusão de Curso: Medição da porcentagem de bolsistas que concluem seus cursos dentro do tempo previsto. Este indicador avalia a eficácia do programa em apoiar os estudantes até a conclusão de seus estudos.
- Empregabilidade dos Egressos: Avaliação da taxa de empregabilidade dos bolsistas após a conclusão do curso. Este indicador ajuda a medir o impacto do programa na inserção dos estudantes no mercado de trabalho.
- Taxa de Renovação das Bolsas: Medição da porcentagem de bolsas renovadas a cada semestre ou ano, verificando se os bolsistas estão mantendo os requisitos para continuar no programa.
- Acompanhamento Financeiro: Monitoramento da utilização dos recursos destinados ao programa, garantindo a eficiência e transparência na administração das bolsas.

Outras formas de acompanhamento

- Pesquisas e Consultas: Devem ser conduzidas pesquisas e consultas com os membros da comunidade afetados pela política para avaliar sua percepção, satisfação e sugestões de melhoria. Esses dados serão utilizados para informar decisões e iniciativas futuras relacionadas à política.
- Reuniões de Acompanhamento: Devem ser realizadas reuniões periódicas com coordenadores de curso e representantes dos bolsistas para discutir o progresso, resolver problemas e implementar melhorias necessárias.
- Mecanismos de Revisão: Por meio dos indicadores são adotados mecanismos formais, por meio de atualização de diretrizes, procedimentos e políticas, conforme necessário para garantir sua relevância contínua em face de mudanças nas circunstâncias e necessidades institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Institucional de Adesão ao ProUni marca um avanço significativo na jornada da FCMMG em direção à realização de seus objetivos e à promoção de seus valores fundamentais. Este documento estabelece diretrizes claras e procedimentos detalhados para orientar as práticas e condutas de todos os membros da comunidade acadêmica e administrativa.

A Faculdade reconhece a importância de ampliar o acesso ao ensino superior e está comprometida em garantir que os princípios e padrões estabelecidos nesta política sejam integrados em todas as áreas da instituição.

Além disso, esta política reflete o compromisso da FCMMG com a inclusão social, a igualdade de oportunidades e a promoção de um ambiente educacional de alta qualidade. Espera-se que a implementação desta política proporcione benefícios significativos aos estudantes de baixa renda, apoiando seu desenvolvimento pessoal e profissional.

À medida que a implementação avança, é reconhecido que desafios permanecem e melhorias são necessárias. Com o apoio e comprometimento de toda a comunidade institucional, será possível atingir os objetivos e concretizar a visão estabelecida.

ANEXOS

Os anexos da Política Institucional de Adesão ao ProUni incluem as leis e regulamentos que sustentam e orientam a implementação desta política. Esses documentos fornecem a base legal e os critérios que devem ser seguidos para assegurar conformidade e eficácia.

Abaixo estão listados os principais anexos relevantes:

Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005:

Institui o Programa Universidade para Todos (ProUni) e estabelece seus objetivos, critérios de elegibilidade e obrigações das instituições de ensino participantes.

Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005:

Regulamenta a Lei nº 11.096/2005, detalhando as normas para a concessão de bolsas de estudo e os procedimentos de adesão ao ProUni.

Portaria Normativa MEC nº 1, de 2 de janeiro de 2015:

Define as regras e diretrizes complementares para a execução do ProUni, incluindo a seleção e matrícula dos bolsistas, a renovação de bolsas e a prestação de contas pelas instituições de ensino.

Portaria Normativa MEC nº 19, de 20 de novembro de 2008:

Estabelece os procedimentos para a supervisão e acompanhamento das instituições de ensino superior participantes do ProUni.

PL 5.395/2023:

Trata do Programa Bolsa Permanência como parte da Política Nacional de Assistência Estudantil.

Resoluções e Instruções Normativas Complementares:

Documentos adicionais emitidos pelo Ministério da Educação (MEC) que podem incluir atualizações, alterações ou esclarecimentos sobre a implementação do ProUni.

Regimento Interno da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais.

